

**UFRRJ**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPHR**

**DISSERTAÇÃO**

**“Flores horizontais”: Sociabilidade, prostituição e travestilidade na Zona do Manguê (1960-1970)**

**Claudielle Pavão da Silva**

**2016**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPHR**

**“Flores horizontais”: Sociabilidade, prostituição e travestilidade na Zona  
do Mangue (1960-1970)**

**Claudielle Pavão da Silva**

Sob a orientação do professor  
**Álvaro Pereira do Nascimento**

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do Título de **Mestre em História**, no Curso de Pós-Graduação em História, na Área de Concentração: Estado e relações de poder, Linha de Pesquisa: Relações de poder, Trabalho e Práticas Culturais.

Seropédica, RJ  
2016

981

S586f

T

Silva, Claudielle Pavão da, 1987-

"Flores horizontais": sociabilidade, prostituição e travestilidade na zona do mangue (1960-1970) / Claudielle Pavão da Silva - 2016.

123 f.: il.

Orientador: Álvaro Pereira do Nascimento.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em História.

Bibliografia: f. 116-121.

1. Brasil - História - Teses. 2. Rio de Janeiro - História - 1960-1970 - Teses. 3. Prostituição - História - 1960-1970 - Teses. 4. Prostituição - Rio de Janeiro - 1960-1970 - Teses. 5. Ciências sociais e história - Teses. I. Nascimento, Álvaro Pereira do, 1964-. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Curso de Pós-Graduação em História. III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO E  
DOUTORADO**


*“Flores horizontais: sociabilidade, prostituição e travestilidade na Zona do Mangue (1960-1970)”*

**CLAUDIELLE PAVÃO DA SILVA**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em História**, no Programa de Pós-Graduação em História – Curso de Mestrado, área de concentração em Relações de Poder e Cultura.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 06/04/2016

Banca Examinadora:

  
Professor Doutor **ÁLVARO PEREIRA DO NASCIMENTO (UFRRJ)**  
Orientador e presidente da banca

  
Professor Doutor **CARLOS EDUARDO COUTINHO DA COSTA (UFRRJ)**

  
Professora Doutora **CAETANA MARIA DAMASCENO (UFRRJ)**

  
Professora Doutora **GIOVANA XAVIER DA CONCEIÇÃO NASCIMENTO (UFRJ)**

  
Professor Doutor **MARCOS LUIZ BRETAS DA FONSECA CAMPOS (UFRJ)**

À dona Tereza

## **Agradecimentos**

A pesquisa nunca é solitária, apesar da historiadora ou historiador muitas vezes se ver na calada da noite apenas em companhia das fontes, dos livros e xícaras de café. Não obstante, há sempre que se lembrar de todas as pessoas envolvidas na construção desse trabalho final que vos apresento.

Agradeço ao Programa de Pós Graduação em História pelo aceite do projeto de pesquisa, assim como ao Programa da Capes por financiar meus estudos até o momento em que fui aprovada como professora de História pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Aproveito para também agradecer aos colegas de trabalho da Escola Municipal Escultor Leão Velloso, que sempre se interessaram pelos dados e causos referentes à pesquisa, o que me ajudou a ter confiança sobre a importância deste trabalho. Aos colegas e às amigas que fiz na Escola Municipal Daniel Piza, muito obrigada pelo afeto, pela contribuição em algumas análises e pela paciência em algumas ausências necessárias para a conclusão desse trabalho. Um abraço apertado à Monique, Simone e Tânia.

Aos amigos de longa data, que trago no peito desde a graduação, obrigada pelo carinho e pelos convites que me permitiram distrair a mente em meio ao furacão da dissertação: Juliana Drumond, Gabriel do Nascimento, Michel dos Santos, Nelson Marques e Gabrielle Rolim.

Minhas desculpas e agradecimentos também aos familiares que não me deixaram de me convidar para viagens e festas, apesar das minhas frequentes recusas: Gelia Havier, Vítor Fernandes, Fernanda Andrade, Arthur Fernandes e Bárbara Vitória.

As dificuldades encontradas no manuseio das primeiras fontes, como foi o caso dos Boletins de Ocorrência, foram amenizadas pela afetuosidade da funcionária Elisângela que, desde o primeiro momento, foi prestativa e receptiva à minha presença. O café, as conversas e a amizade se estenderam para além do arquivo.

Às mulheres que me ajudaram na elaboração das ideias em torno da prostituição e da travestilidade, muito obrigada. Em muitos momentos temi não fazer um trabalho a altura da resiliência e da luta das mulheres maravilhosas que conheci ao longo da pesquisa. Amara Moira, Alessandra Ramos Makkeda, Monique Prada, Gabriela Leite e tantas outras mulheres, com seus discursos, artigos e presenças em eventos, foram inspirações para este trabalho.

Aproveito também para agradecer ao Núcleo de Pesquisas Degenera, principalmente à Professora Dr<sup>a</sup> Amana Mattos pela oportunidade de participar dos debates e análises de textos tão importantes para o fortalecimento da luta dos movimentos sociais pelos direitos.

A construção das ideias e os diferentes e importantes olhares sobre o objeto de pesquisa, eu dedico com alegria e imensa gratidão à professora e amiga Giovana Xavier. Foi com ela que eu aprendi a me ver como uma mulher negra e intelectual, o que permitiu que eu enxergasse estradas e caminhos onde jamais pensei passar. Esse cuidado em mostrar o que sou foi um despertar para a execução de meu papel social enquanto professora da rede pública. Muito obrigada, Gi.

À todas as mulheres negras incríveis que conheci nas reuniões das Intelectuais Negras, minha gratidão. As histórias, pesquisas, trajetórias e lutas compartilhadas a cada encontro fortaleceram a minha identidade.

Ao meu professor e orientador Álvaro Nascimento, gratidão. Obrigada pelas críticas e reflexões de suma importância para que eu seguisse com este trabalho, apesar das intempéries. Eu levarei para minha vida, principalmente profissional, a forma com que construímos essa relação orientador/ orientanda. A leveza com que conduzia as reuniões, assim como a forma descontraída de apresentar os apontamentos necessários à pesquisa me ajudaram a construir melhor as ideias sobre esse objeto. Obrigada por considerar a forma com que vejo e leio o mundo, em minhas análises. Levarei comigo não só a maneira de conduzir a pesquisa, mas também, e mais importante, o modo pelo qual podemos trabalhar e construir conhecimento a partir de interações que valorizem o afeto e a amizade. Mais, eu sei que essas palavras não foram suficientes, ainda lhe devo um chopp.

De todo o meu coração, com o amor que transpassa essa encarnação, eu quero agradecer àqueles que se importaram com a minha educação desde meus anos iniciais na escola. Todo o amor e gratidão aos meus pais Antônio Claudio e Dalva Pavão e ao meu irmão Antônio Claudio Jr. Essa conquista também pertence a eles. Sem a vivência em família, o apoio e o afeto dedicados mim, eu sinceramente não sei se teria chegado até o momento de escrever esses agradecimentos.

Desde a monografia, passando pela entrega do projeto ao Programa de Pós Graduação em História, a qualificação e, enfim, a dissertação concluída, eu desfrutei da companhia de um excelente parceiro, Vinícius Fernandes. O casamento só nos ajudou a afinar cada vez mais

nosso samba. Muito obrigada pelo carinho e afeto traduzido em palavras de apoio, correção do texto, colocação das notas de rodapé, ajustes finais e, claro, às cervejinhas após um dia inteiro de escrita. Nunca me esqueço de agradecer aos mestres e ciganos por permitirem o nosso reencontro nesta vida. Nenhum mantra, nem velas nem frutas serão suficientes para expressar a alegria que tenho em construir um lar feliz, consciente e disposto ao crescimento ao seu lado. Juntos nós somos muito fortes.

Por fim, à espiritualidade que, atenta aos meus chamados, orienta e energiza minha atuação neste plano material, guardando meus caminhos e trazendo prosperidade a esta encarnação.



## RESUMO

SILVA, Claudielle Pavão da. **“Flores horizontais”**: Sociabilidade, prostituição e travestilidade na Zona do Mangue (1960-1970). 2016. 120p. Dissertação. (Mestrado em História) Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2016.

A presente pesquisa versa sobre as estratégias e experiências construídas por prostitutas e travestis nos anos finais da Zona do Mangue, região de baixo meretrício do Rio de Janeiro, entre os anos 1960 e 1970. Essa região foi marcada pela atuação repressora do poder público que a entendia como um espaço caracterizado por atividades criminosas e ocupado por indivíduos pertencentes às “classes perigosas”.

Para além da visão estereotipada das instituições do período, o objetivo foi apresentar a agência dos sujeitos desse processo histórico a partir de perspectivas que considerassem as relações de gênero, classe e raça, dentro de uma perspectiva interseccional.

A investigação deste cenário permitiu que novas reflexões e perspectivas acerca da prostituição e do modo de vida da população que habitava o Mangue fossem efetivadas. As experiências vividas por prostitutas e travestis nesse baixo meretrício foram analisadas e problematizadas a partir dos boletins de ocorrência, processos criminais, notícias em jornais e obras literárias produzidas pelo delegado Armando Pereira que trabalhou na 6ª delegacia de polícia, responsável pela região.

**Palavras-chave:** Zona do Mangue; prostituição; interseccionalidade.

## **ABSTRACT**

SILVA, Claudielle Pavão da. **“Flores horizontais”**: **Sociabilidade, prostituição e travestilidade na Zona do Mangue (1960-1970)**. 2016. 120p. Dissertação. (Mestrado em História) Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2016.

This research analyses the strategies and experiences built by prostitutes and transvestites at the final years of Zona do Mangue, Known Rio de Janeiro area of prostitution, between de sixties and seventies os twentieth century. This place was marked by a repressive attitude from the government, especially the police, that used to watch it as place featured by criminal activities and occupied by people that belongs to the so called “dangerous classes”.

Beyond this stereotyped version from de institutions of that period, the aim was to present the agency of people who lived this historic process from perspectives that take into account the gender, class and race relations, in an intersectional perspective.

This investigation achieved new perspectives of prostitution and the way of live of people who lived at Zona do Mangue. The experiences lived by prostitutes and transvestites were analyzed from the information taken at the police reports, litigations, news and literature produced by the sheriff Armando Pereira, of the 6<sup>a</sup> Police Station, that took care of that region security.

**Key-words:** Zona do Mangue; prostitution; intersectionality.

## **Sumário**

<b>Introdução.....</b>	<b>12</b>
------------------------	-----------

### **Capítulo I**

<b>Confinando a “mazela social”: A Zona do Mangue.....</b>	<b>27</b>
--	-----------

- E depois?...Personagens do Mangue e seus rastros.....	34
---	----

- Conclusão.....	50
------------------	----

### **Capítulo II**

<b>Vida rubra de bordel: prostituição na Zona do Mangue.....</b>	<b>53</b>
--	-----------

- Domésticas.....	66
-------------------	----

- Conclusão.....	86
------------------	----

### **Capítulo III**

<b>Flores da Vida: as travestis do Mangue.....</b>	<b>88</b>
--	-----------

- Conclusão.....	109
------------------	-----

<b>Conclusão.....</b>	<b>111</b>
-----------------------	------------

<b>Bibliografia.....</b>	<b>117</b>
--------------------------	------------

<b>Fontes consultadas.....</b>	<b>123</b>
--------------------------------	------------

## Introdução

O objetivo deste trabalho é analisar as estratégias e experiências de sujeitos históricos, principalmente prostitutas e travestis, que viveram ou passaram pela Zona do Mangue nos seus anos finais, entre as décadas de 1960 e 1970, momento em que paralelamente ocorreu o processo de remoção e desapropriação de pessoas e casas para a construção do metrô e do Centro Administrativo São Sebastião, um complexo de prédios que comportaria diversos setores da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro.

Este trabalho problematiza algumas questões relacionadas à prostituição, atividade que marcou a Zona do Mangue, uma área onde o baixo meretrício carioca resistiu a diversas investidas policiais ao longo de todo o século XX. Sendo assim, objetivamos contribuir para uma história social da prostituição, perscrutando a experiência de mulheres e travestis no exercício do ofício em meio a indivíduos que se apropriavam daquele espaço para exercer outras atividades como a venda de drogas, o jogo do bicho, o assalto a clientes e a repressão policial.

Apesar das repressões e tentativas de dar fim ao baixo meretrício, a Zona do Mangue resistiu até os anos finais da década de 1960<sup>1</sup>. Depois disso, as mulheres que lá se prostituíam migraram para uma vila, próxima à Praça da Bandeira: a Vila Mimosa. Como a Zona do Mangue não possuía o mesmo status e peso histórico que o Palácio Monroe tinha para a sociedade carioca<sup>2</sup>, ela e as pessoas que viviam do meretrício desapareceram durante os “anos de chumbo” sem qualquer tentativa de reaver esse cenário na cidade, ou manter viva sua memória.

No entanto, os prédios da prefeitura, construídos sobre os escombros das antigas casas de prostituição, foram popularmente “homenageados” de forma que seus apelidos não permitissem que a história daquele espaço – nem das mulheres que lá trabalharam – fosse enterrado. Afetuosamente foi lhe dada a alcunha de “Piranhão”<sup>3</sup>. Portanto, a primeira pergunta

---

<sup>1</sup> MORAES, Aparecida Fonseca. *Mulheres da Vila – prostituição e identidade social*. 1992. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-graduação em Antropologia e Sociologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro.

<sup>2</sup> MOREIRA, Regina da Luz. O palácio que virou memória: o Monroe e a construção do metrô carioca, polêmica em tempos de ditadura. In. GOMES, Angela de Castro (coord.). **Direitos e cidadania: memória, política e cultura**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. p. 233-268.

<sup>3</sup> SIMÕES, Soraya Silveira. *Vila Mimosa: etnografia da cidade cenográfica da prostituição carioca*. Niterói, RJ: EdUFF, 2010.

feita para chegar até o objeto de pesquisa foi o porquê de chamarem o Centro Administrativo São Sebastião de “Piranhão”. A resposta foi: Zona do Mangue.

O início dessa investigação ocorreu na elaboração da monografia para o curso de Licenciatura em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. As primeiras etapas desse estudo, materializadas na monografia, trouxeram o contato inicial com a historiografia sobre prostituição e relações de gênero. Não havia publicação no campo da História que analisasse a prostituição entre as décadas de 1960 e 1970, a não ser o trabalho de Juçara Leite sobre a República do Mangue<sup>4</sup>. Nesse estudo ela analisou o perfil das mulheres que trabalharam no baixo meretrício entre os anos de 1954 e 1974.

Com isso, debruçamo-nos inicialmente sobre análises historiográficas que focavam a prostituição na Primeira República. Os trabalhos mais próximos do recorte temporal escolhido pertenciam a outros campos, como a antropologia e a sociologia, além da literatura, principalmente não ficcional, como o livro da ativista Gabriela Leite<sup>5</sup>. Além desses caminhos, pudemos contar com a plataforma Hemeroteca da Biblioteca Nacional<sup>6</sup> que permitiu que encontrássemos diversas notícias envolvendo termos como “prostituição”, “Zona do Mangue”, “meretriz” e “vadiagem”.

Quando adentrei ao Programa de Pós Graduação em História na UFRRJ, dei prosseguimento à pesquisa sobre a sociabilidade na Zona do Mangue, com enfoque nas estratégias, experiências e costumes que revelavam identidades e trajetórias de sujeitos marginalizados. Essas categorias foram construídas e percebidas a medida em que me colocava atenta aos debates sobre gênero e raça, graças à participação em reuniões e palestras realizadas pelo Núcleo de pesquisa Degenera da UERJ, sob liderança da Professora Doutora Amana Mattos. Assim como as reuniões com o grupo de pesquisa Intelectuais Negras, coordenado pela Professora Doutora Giovana Xavier, que permitiram novas e importantes perspectivas sobre raça social.

As experiências e trocas de conhecimento nesses dois grupos foram imprescindíveis para as perspectivas aqui presentes. Além disso, e não menos importante, a participação em

---

<sup>4</sup> LEITE, Juçara Luzia. *República do Mangue: controle policial e prostituição no Rio de Janeiro (1954-1974)*. São Caetano do Sul, SP: Yendis, 2005.

<sup>5</sup> LEITE, Gabriela. *Filha, mãe, avó e puta: a história de uma mulher que decidiu ser prostituta*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

<sup>6</sup> Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>

simpósios como o Desfazendo Gênero<sup>7</sup>, possibilitou maior contato com pessoas comprometidas com a militância e produção intelectual sobre transgeneridade, travestilidade e prostituição. Esse contato provocou sensíveis observações ao longo do texto, de modo que as análises produzidas estivessem de acordo com as conquistas sociais, sem a perda do olhar de historiadora.

Assim, pudemos introduzir um olhar interseccional sobre a Zona do Mangue, de modo que os personagens, a prostituição e o modo pelo qual a repressão policial atingia os indivíduos fossem analisados a partir de uma teia de relações de marcadores sociais. Ou seja, o estudo das trajetórias dos personagens do Mangue levou em consideração raça, gênero, sexualidade e condição social.

Desse modo, a pesquisa se dedicou às fontes utilizadas para o trabalho monográfico, como os periódicos *Diários de Notícias* e *Correio da Manhã*. Em seguida, adentramos ao baixo meretrício através dos Boletins de Ocorrência da 6ª Delegacia de Polícia. E com os nomes que surgiram com maior frequência, ou que despertaram curiosidade devido aos detalhes presentes nas fichas, encaminhamos nosso foco para os Processos Criminais. A partir desses processos foi possível cruzar informações e observar algumas trajetórias.

Ainda foram utilizadas como fontes literaturas sobre o tema, como os livros de Armando Pereira<sup>8</sup> – delegado de polícia que atuou na Zona do Mangue, Sérgio Serafim da Silva<sup>9</sup>, Laura Restrepo<sup>10</sup> e o já citado de Gabriela Leite.

Devido à ausência de publicações históricas sobre a prostituição nas décadas de 1960 e 1970, diversas questões ficaram sem respostas, levando a reflexões que só seriam melhor compreendidas com a análise de outras fontes. Destarte, ao longo do mestrado recolhi

---

<sup>7</sup> “O Seminário Internacional Desfazendo Gênero foi criado após uma troca de ideais entre algumas pessoas pesquisadoras e ativistas ligadas aos estudos *queer* no Brasil. Após detectarem a dificuldade de inserir suas outras perspectivas teóricas, conceituais e metodológicas nos eventos já existentes no país, a proposta foi a de criar um espaço de interlocução entre as pessoas que trabalham com os estudos *queer*, em sua interface com os estudos das subalternidades e pós-colonialidades. Por isso, o Seminário recebeu o nome de um dos livros da filósofa feminista Judith Butler”. Fragmento retirado da apresentação do site do evento. Disponível em: <http://www.desfazendogenero.ufba.br/> Acesso em: 10/10/2014.

<sup>8</sup> PEREIRA, Armando. *Sexo e prostituição*. Rio de Janeiro: Gráfica Record Editora, 1968.

\_\_\_\_\_. *Prostituição uma visão global*. 2ed. Rio de Janeiro: Pallas, 1976.

\_\_\_\_\_. *Mulheres deitadas*. 4ed. Rio de Janeiro: Pallas, 1976.

\_\_\_\_\_. *Bandidos e favelas: uma contribuição ao estudo do meio marginal carioca*. Rio de Janeiro: Livraria Eu e Você, 1984.

<sup>9</sup> SILVA, Sérgio Serafim da. *Olho de vidro: aquele que tem olhos mas não vê, ingênuo*. São Paulo: Scortecci, 2005.

<sup>10</sup> RESTREPO, Laura. *A noiva escura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

documentações que auxiliariam na reconstrução do cenário do Manguê e apresentariam os sujeitos presentes nesse espaço.

Grande parte da historiografia nacional que contempla a prostituição no Rio de Janeiro analisou as décadas que perpassam o final do século XIX até início do século XX. Lená Menezes<sup>11</sup>, ainda no início da década de 1990, investigou a participação de estrangeiros na rede de prostituição do Rio de Janeiro entre os anos de 1890 e 1930, a partir do uso de processos criminais movidos contra caftens para deportação. Nessas fontes, muitas prostitutas apareceram como testemunhas, possibilitando à historiadora traçar um perfil dessas mulheres.

Outro autor que conduziu sua pesquisa a partir da prostituição foi Luís Carlos Soares<sup>12</sup>, apresentando as teses médicas do final do século XIX e início do XX que sustentaram argumentos de juristas, médicos e policiais, que tinham como objetivo resolver o “problema” da prostituição, discutida se era ou não um “mal necessário”.

Esses trabalhos citados conduziram a pesquisa a partir de temáticas que circunscreviam a prostituição, mas focando em problemas que a tangiam, sem se aprofundar nas questões de gênero e na condição feminina, analisando o papel das mulheres e as suas atuações diante das diversas regras sociais que as limitavam.

Beatriz Kushnir<sup>13</sup>, por sua vez, abordou a condição feminina ao analisar as redes de ajuda mútua existentes entre as polacas que se prostituíram no Rio de Janeiro, no início do século XX, período marcado pela grande entrada de judias no território brasileiro, vindas muitas vezes do leste europeu. O estudo tem como fio condutor os laços de solidariedade criados entre as polacas, para garantir assistência no caso de doença ou morte, assegurando um espaço para enterrar as mulheres que não eram recebidas em cemitérios judaicos por conta da prostituição.

Margareth Rago<sup>14</sup>, em seus estudos sobre a prostituição de São Paulo, colaborou para a compreensão do meio da prostituição a partir de análises sobre a sexualidade feminina e a sua representação entre os anos de 1890 e 1930. Suas contribuições foram importantes para

---

<sup>11</sup> MENEZES, Lená Medeiros. *Os estrangeiros e o comércio do prazer nas ruas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

<sup>12</sup> SOARES, Luis Carlos. *Rameiras, Ilhoas e Polacas: A Prostituição no Rio de Janeiro do século XIX*, São Paulo, Ática, 1992.

<sup>13</sup> KUSHNIR, Beatriz. *Baile de Máscaras: Mulheres Judias e Prostituição*. As Polacas e suas Associações de Ajuda Mútua. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

<sup>14</sup> RAGO, Margareth, *Os Prazeres da Noite: Prostituição e Códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

pensar sobre a condição da mulher meretriz e as relações construídas a partir da moralidade vigente do período. O olhar dicotômico sobre a mulher que se prostituía, como vítima ou heroína, indicava os papéis sociais esperados para o gênero feminino<sup>15</sup>.

No âmbito da prostituição carioca, foi indispensável examinar o trabalho de Cristiana Schettini, que analisou a prostituição no Rio de Janeiro da *Belle Époque*, na perspectiva da História Social<sup>16</sup>. A autora mostrou que a prostituta pobre e não representada na literatura criava redes de sociabilidade para resistir às mudanças a que eram submetidas pelas autoridades e à violência do controle policial.

Dentre essas redes de sociabilidade, podemos destacar o pagamento de taxas não previstas em lei aos delegados ou policiais, de modo que os mesmos não intervissem na dinâmica do meretrício, ou que eles protegessem as prostitutas de abordagens agressivas de clientes ou policiais pouco informados sobre as transações políticas e financeiras entre as casas de prostituição e as delegacias<sup>17</sup>.

Um debate bem presente no tema e na historiografia sobre ele é o que aborda a construção dos discursos morais sobre o papel da mulher, sua sexualidade e o meretrício.

O trabalho de Martha de Abreu<sup>18</sup>, a partir de processos criminais, revelou os comportamentos sexuais e a violência que recaiu sobre mulheres que se colocaram contra os padrões vigentes, que já sofriam algumas mudanças no período da *Belle Époque*.

Sueann Caulfield também abordou a questão da moralidade, analisando os conflitos em torno da honra sexual e sua relação com a ideia de modernização do Estado brasileiro – a honra era a base da família, e a família, a base da nação<sup>19</sup>. Além disso, a brasilianista publicou um estudo específico sobre a Zona do Mangue<sup>20</sup>, um artigo em que a região foi analisada desde a sua formação, na década de 1850, até o ano de 1942, período do Estado Novo. Além da contribuição acerca da formação do baixo meretrício, Caulfield apresentou o perfil das

---

<sup>15</sup> Ibidem, p.24

<sup>16</sup> SCHETTINI, Cristiana. *Que tenhas teu corpo: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

<sup>17</sup> Ibidem, p. 50.

<sup>18</sup> ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. 212p.

<sup>19</sup> CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2000.

<sup>20</sup> CAULFIELD, Sueann. O nascimento do Mangue: raça, nação e o controle da prostituição no Rio de Janeiro, 1850-1942. *Tempo*, Rio de Janeiro, nº9, p.43-63. Disponível em: [http://www.historia.uff.br/tempo/artigos\\_dossie/artg9-4.pdf](http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg9-4.pdf) Acesso em 15/08/2012.



mulheres que por lá trabalhavam como prostitutas, assim como sinalizou a dinâmica das relações entre a polícia, o Estado e a prostituição no que diz respeito a leis para a repressão das meretrizes e de proxenetas.

Outro trabalho, desta vez mais próximo do recorte temporal desta dissertação, é o de Juçara Leite<sup>21</sup>. A historiadora teve por tema a república do Mangue entre os anos de 1954 e 1974, quando as próprias meretrizes ficaram responsabilizadas pelo gerenciamento das casas de prostituição da região para que não existisse mais a prática da exploração do sexo por caftens e cafetinas. A polícia determinou a expulsão e prisão dos donos das casas de prostituição e a administração desses locais ficou a cargo de uma prostituta eleita – que durante seu “mandato” não exerceria a prostituição e receberia o dinheiro para pagar as contas do estabelecimento.

As reflexões da autora foram baseadas nas fichas de inscrição de prostitutas na delegacia responsável pelo Mangue, a 6ª DP, permitindo uma análise do perfil das mulheres que se prostituíam no Mangue e os motivos para que entrassem na prostituição.

A partir do levantamento historiográfico, fica constatada a presença de lacunas historiográficas acerca do tema e do período abordados nesta pesquisa. Se fez necessário, portanto, buscar a contribuição de outras disciplinas para compreender melhor o universo da prostituição carioca em períodos mais recentes.

Nesse sentido, devemos destacar os trabalhos da antropóloga Soraya Simões<sup>22</sup> e da socióloga Maria Aparecida Moraes<sup>23</sup>, que investigaram a Vila Mimosa – Zona de meretrício formada por mulheres provenientes do Mangue, quando este teve seu fim em 1979.

Mesmo investigando um período posterior ao concebido nesta dissertação, suas considerações foram importantíssimas para suscitar questionamentos sobre a região, pois a leitura das entrevistas forneceu diversas informações sobre o passado da Vila Mimosa, através do olhar daqueles que viveram o Mangue.

Para compreender as vivências das prostitutas e as formas como elas entendiam a própria identidade, debrucei-me sobre os trabalhos do pesquisador Olivar Nieto. Através de

---

<sup>21</sup> LEITE, Juçara Luzia. Op. cit.

<sup>22</sup> SIMÕES, Soraya Silveira. Op. cit.

<sup>23</sup> MORAES, Aparecida Fonseca. Op. cit.

um de seus artigos<sup>24</sup>, em que analisava a busca por direitos sexuais de prostitutas de Porto Alegre, nos anos 2000, o antropólogo apresentou a necessidade de pensar a prostituição como uma forma de trabalho. E essa maneira de trabalhar envolvia uma diversidade de reorganizações a serem feitas nas relações presentes na prostituição e fora dela.

Essas reorganizações objetivavam a garantia dos direitos sexuais das mulheres, de modo que a escolha pela prostituição não significasse a falência das relações sociais que não envolvessem seu trabalho. Ou que as relações nas quais as prostitutas tivessem envolvidas fossem necessariamente articuladas com a prostituição, como o caso daquelas que seus maridos eram rufiões ou cafetões. E mais, que o movimento das prostitutas tivesse em seus discursos uma proposta legislativa que aproximasse a prostituição de outras atividades que exigissem trabalhos corporais e não fossem estigmatizadas<sup>25</sup>.

Dessa forma, conduzi o olhar sobre as prostitutas e a própria prostituição como um ofício, permeado por lados positivos e negativos, e feito por mulheres que gostavam ou não de seus trabalhos.

Definida pelo senso comum como a profissão mais antiga do mundo, a longevidade da prostituição, muitas vezes, era confundida com a permanência de suas significações culturais, sociais e econômicas. Todavia, os estudos mais recentes sobre o tema se opuseram a essa perspectiva e trouxeram abordagens que procuravam apresentar a multiplicidade de significados que a prostituição recebia, de acordo com o espaço e tempo histórico em que ela acontecia.

O olhar sobre as prostitutas que exerciam a atividade na Zona do Mangue, na década de 1970, precisava levar em consideração a conjuntura histórica em que elas estavam inseridas. As experiências compartilhadas em determinada condição, tempo e local foram elementos que corroboraram na construção da identidade coletiva desse local, além de contribuir para a formação da identidade de cada agente histórico que viveu e sobreviveu dentro ou no entorno dos prostíbulos.

Assim, pensando na construção de experiências e identidades, essa pesquisa teve o intuito de perceber o exercício da prostituição como uma escolha. Mesmo que a decisão por prostituir-se fosse produto de um leque de opções bastante restrito. Essa percepção da

---

<sup>24</sup> OLIVAR, José. Miguel. Nieto. *O direito humano de ser puta: uma reflexão sobre direitos sexuais no universo da prostituição feminina em Porto Alegre, Brasil*. Teoria & Sociedade (UFMG), v. 15, p. 108-137, 2009.

<sup>25</sup> *Ibidem*, p.133

prostituição teve como finalidade apresentar as prostitutas e travestis como sujeitos históricos, pessoas dotadas de poder de decisão, formulação de estratégias a partir de suas próprias vivências e observações. Há de se considerar que essa análise exclui, obviamente, a situação na qual houve o tráfico de mulheres, exploração sexual de crianças e adolescentes, violência sexual e imposição da prostituição mediante qualquer tipo de ameaça.

Assim, o meretrício foi visto como uma ação do indivíduo que, em determinado momento de suas vidas, foi levado a produzir suas condições materiais de existência a partir dessa atividade. E como qualquer outra forma de prestação de serviços, a prostituição foi apresentada como um trabalho, repleto de singularidades, dificuldades e exploração financeira.

No entanto, o caráter sexual dessa atividade gerou uma série de implicações que perpassaram a moralidade social e o controle dos corpos femininos, assim como a baixa qualificação escolar e a pobreza de mulheres em condição de risco social. Os debates produzidos ao longo do século XX, no Brasil, sobre a prostituição, tinham o propósito de esconder ou acabar com o meretrício<sup>26</sup>.

Pela natureza da atividade, em que se predomina a comercialização do sexo, a prostituição foi colocada em um patamar moralmente inferior em relação aos costumes socialmente estabelecidos como corretos. Isso era uma justificativa usada para que elas fossem alvos constantes da repressão social. Diversos estudos buscaram compreender, de uma forma ou de outra, como esses sujeitos viviam e as formas como lidavam com a atuação censora da polícia, sempre presente para intimidar a atuação de prostitutas nas ruas cariocas.

A presença de mulheres oferecendo serviços sexuais em troca de algum valor, pelas ruas ou janelas das casas, divergia do ideal de nação construído por homens em posição de autoridade política<sup>27</sup>. E essas ideias eram estendidas ao resto da população principalmente por meio da imprensa, que estimulava hábitos e reforçava os costumes de mulheres e homens.

Mesmo que determinados discursos compreendessem e justificassem a sexualidade masculina, eles também execravam a prostituta por mais que ela fosse entendida como “mal necessário”<sup>28</sup>. As inúmeras visões sobre a prostituição que foram publicadas e analisadas ao

---

<sup>26</sup> RAGO, Margareth. Op. cit. p. 156

<sup>27</sup> CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2000. p. 34.

<sup>28</sup> RAGO, Margareth. Op. Cit. p. 133.

longo do século XX por juristas, jornalistas, médicos sanitaristas e responsáveis pela segurança pública colocavam as meretrizes na marginalidade social e espacial.

Dessa forma, a própria visão da prostituta sobre sua identidade era influenciada pelos mecanismos sociais de controle. Ou seja, os discursos que as vitimizavam ou as percebiam como indivíduos sem valor moral, afetivo e social eram aderidos pelas próprias meretrizes. Às vezes por estratégia, outras pela reprodução dessa perspectiva sobre a própria condição. Entretanto, a visão produzida por pessoas fora da prostituição não era capaz de dar conta da diversidade de situações, relações e afetividades envolvidas na construção de ser prostituta.

Esse breve panorama dos estudos sobre prostituição e Zona do Mangue, nos faz perceber que, para que seja possível uma melhor compreensão do cotidiano e das relações existentes na região, ela não pode ser entendida tão somente através dos encontros para a prática da prostituição feminina, como é lembrada pelos cariocas mais antigos e analisada pela produção acadêmica investigada.

Essa é uma leitura que reduz a dinâmica experimentada por frequentadores e moradores daquele espaço. A Zona do Mangue abrigava formas diversas de comércio (drogas, bebidas alcoólicas, jogos proibidos), prostituição de travestis e vínculos diversos entre os atores sociais, que tinham importância e relevância na constituição daquela realidade.

Logo, a prostituição feminina, em sua maneira mais ampla, será abordada ao longo da dissertação, mas, para além disso, a análise das demais atividades econômicas existentes, mesmo que sumárias, se constituiu em oportunidade ímpar de melhor dimensionar solidariedades, conflitos e vínculos sociais tecidos na teia de relações que compunham a Zona do Mangue.

Antes de dar início ao trabalho realizado com as fontes, foi interessante considerar alguns aspectos teóricos que possibilitaram as formas pelas quais as fontes foram questionadas.

Primeiramente, o olhar sobre a zona do Mangue se deu a partir das reflexões de Thompson sobre os costumes de grupos sociais. Apesar do autor afirmar que seu estudo não

tinha como objetivo a produção de uma teoria<sup>29</sup>, parece conveniente, se não importante, partir de seu ponto de vista para compreender os costumes construídos na Zona do Mangue.

A partir dos significados atribuídos ao conceito de costume, foi possível compreender que as constantes vivências e sobrevivências na Zona do Mangue, as quais podem ser entendidas como experiências, alimentaram a construção e a reconstrução de costumes – ou regras sociais – dentro do baixo meretrício.

Situações de conflito (o cliente que não pagava pelos serviços sexuais prestados<sup>30</sup>, as brigas entre frequentadores, a busca por novas casas de meretrício para trabalhar devido as constantes desapropriações provocadas pelas reformas urbanas) possuíam um código de conduta, não escrito em lugar algum, mas criado pelos atores sociais que trabalhavam, moravam ou frequentavam o Mangue. Os costumes estavam atrelados à convivência e à experiência daqueles que faziam parte daquele espaço.

Para entender esse mesmo código, seguimos Thompson, que defende ser relevante perceber o papel da oralidade na construção dos costumes, uma vez que eram repassados por essa via, principalmente quando envolviam o aprendizado de ofícios que não faziam parte do ensino formal<sup>31</sup>.

Muitas das pessoas que exerciam atividades no baixo meretrício não tinham educação formal alguma. Aliás, algumas dessas atividades eram – e ainda são – consideradas criminosas, e por serem assim consideradas, a forma comum de ensinar os procedimentos cotidianos da atividade aos mais jovens era por meio do compartilhamento de experiências.

Mesmo que não fosse considerado crime, como era o caso da prostituição, o que havia era a troca de experiência entre as pessoas que se prostituíam ou tinham alguma ligação com essa ocupação.

---

<sup>29</sup> THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 203-266.

<sup>30</sup> O jornal *Última Hora* divulgou uma nota no dia 9 de dezembro de 1963 que José Bispo Zetori foi cercado por populares na Zona do Mangue e levado até ao 6º Distrito Policial após esfaquear o peito de Silvio Ferreira de Amorim. A vítima trabalhava na rua Pinto de Azevedo como porteiro de um prostíbulo. O assassino estava no Mangue para pagar por sexo. Sobre o ocorrido, o acusado justificou que havia sido perseguido após sair da casa de prostituição sob a alegação de não ter pagado pelos serviços da meretriz que o recebera. Ao perceber que seria agredido, sacou seu canivete e feriu o porteiro Silvio Amorim. Entretanto, José Bispo tentava justificar seu ato afirmando não ter consumado a relação sexual com a meretriz. Pelo depoimento do entrevistado do jornal, percebemos que apesar dele ter ido ao quarto de “Chiquita”, e lá permanecer em suas tentativas de consumir o ato, José Bispo não conseguiu alcançar o prazer. Chiquita, obviamente, cobrou o valor combinado com José. Biblioteca Nacional. Anormal morto no Mangue. Rio de Janeiro. *Última Hora*, p.2, 09 de dezembro de 1963.

<sup>31</sup> THOMPSON, E. P. Op. cit. p.18.

A relação entre o baixo meretrício e a criminalidade foi incluída em nossos horizontes de pesquisa por se tratar de uma região marginalizada pelas autoridades e pela sociedade carioca.

Nos primeiros contatos com as fontes, percebi que o discurso ali presente não se referia tão somente à prostituição feminina, mas também a outras formas vistas como ilícitas. Suspeitei que essas outras atividades poderiam ser fonte de renda para um público mais extenso, tornando-se parte da economia da Zona do Mangue e da prostituição que lá havia. Pode-se dizer que, mesmo entre aqueles que viviam no mundo da transgressão à lei, existiam normas socialmente estabelecidas.

Durante a República do Mangue<sup>32</sup>, policiais foram acusados de gerenciar algumas casas de prostituição através de uma das prostitutas eleitas para a administração, que foi usada como fachada<sup>33</sup>. Essa atitude era contrária ao estipulado pelo regimento da instituição policial, pois o órgão repressor do Estado não pode estar associado a atividades criminosas. A relação da polícia com a Zona do Mangue, porém, não era recente, visto que, anos antes, policiais já haviam sido flagrados em atividades ilícitas, como por exemplo, receberem propina de meretrizes para garantir sua permanência nas ruas<sup>34</sup>.

Os policiais que tinham algum tipo de ligação com o Mangue (reprimindo, investindo e facilitando as atividades locais), eram tão atores sociais desse espaço marginalizado pelo Estado quanto as prostitutas, os traficantes, os apontadores de jogo do bicho e os frequentadores dos bares e casas de prostituição. O que demonstra, novamente, a complexidade das relações ali estabelecidas.

A perspectiva de observar a polícia como mais um ator social da zona não tem como objetivo colocá-la como vilã ou mocinha da história, mas problematizar sua atuação e observar que há uma multiplicidade de interesses e manifestações, presentes nas relações de poder que integravam o cenário estudado.

O historiador Marcos Bretas, em um de seus artigos, analisou a polícia e o exercício de sua autoridade nos espaços onde seus micro poderes se fizeram presentes:

---

<sup>32</sup> Período iniciado a partir de 1954, quando o então secretário de polícia decidiu por expulsar cafetinas e cafetões das casas de prostituição, para dar fim ao lenocínio. No entanto, a prostituição continuou, mas gerenciada pelas próprias prostitutas que se revezavam na administração das casas.

<sup>33</sup> LEITE, Juçara Luzia. *República do Mangue: controle policial e prostituição no Rio de Janeiro (1954-1974)*. São Caetano do Sul, SP: Yendis Editora, 2005.

<sup>34</sup> CAULFIELD, Sueann. *O nascimento do Mangue: raça, nação e o controle da prostituição no Rio de Janeiro, 1850-1942*. *Tempo*, Rio de Janeiro, nº 9.

Os elementos da ponta do sistema, os policiais que conviviam com o dia-a-dia da população, buscavam estabelecer um sistema de convivência possível com os dirigentes que os empregavam e com os grupos sociais onde trabalhavam e, mais que isso, viviam. De seu ponto de vista, questões como prostituição ou jogo não deviam ser levadas tão a sério, sendo parte de um cotidiano classificado pelo menos como um mal necessário. (...) Além disso, eram importantes ocasiões onde estes pequenos funcionários públicos podiam demonstrar o seu poder, distribuindo justiça, protegendo amigos, e criando teias de relações sociais nas quais teriam alguma influência, ainda que bastante limitada – era o lugar da construção e afirmação das pequenas autoridades locais.<sup>35</sup>

A reinvenção e a adaptação incidiam sobre os costumes das classes populares de acordo com as necessidades de traçar estratégias para sobreviver em determinado espaço e tempo histórico. Essas regras que delimitavam a atuação dos sujeitos que integravam essa classe, e das autoridades responsáveis por normatizar a vida dessas pessoas podiam surgir como um recurso estratégico, como conferir aos costumes a legitimidade de uma lei. O costume é parte do discurso que busca a legitimidade das práticas, mesmo que essa legitimidade seja apenas reconhecida pelo grupo social, sem a necessidade de serem redigidas e oficializadas como leis de Estado.

Sendo assim, a participação desses agentes do Estado nas atividades do Mangue podia mostrar que os policiais, de alguma forma, representavam uma autoridade que poderia legitimar um costume, justamente por conhecê-los e, em determinados momentos, exercê-los. Conduzir até a delegacia uma prostituta que fazia escândalo em frente a um bar, deixar que dois homens lutassem por uma dívida, cobrar das donas das casas um valor para não evitar batidas policiais eram maneiras de reconhecer os costumes do Mangue e legitimá-los.

A utilização do conceito de economia moral para pensar a prostituição na Zona do Mangue nos ajudou a entender que pagar pelo sexo não é somente uma relação mercadológica. A relação entre uma prostituta e seu rufião<sup>36</sup>, compreendida em algumas análises apenas pelo viés da submissão da mulher ao homem, que em muitos casos era seu amásio ou marido, era permeada, ainda, por múltiplos elementos afetivos.

A prostituição nas ruas era caracterizada pelo risco de exposição a situações perigosas. Por isso, ter alguém que garantisse alguma proteção, durante o exercício da função, era uma maneira de garantir o recebimento pelos serviços prestados e/ou evitar violências físicas

---

<sup>35</sup> BRETAS, Marcos Luiz. *As empadas do confeitiro imaginário*. Acervo, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 7-22, jan./jun. 2002, p. 16.

<sup>36</sup> Rufião é quem explora a prostituição a partir de uma relação afetiva com a prostituta. Na maioria das vezes o rufião é o amásio ou marido da mulher, que “cuida” do dinheiro que ela recebe na prostituição. A ação do rufião é entendida como crime de lenocínio, pois existe a exploração da prostituição.

perpetradas por clientes fixos e enciumados por saber que a prostituta recebia outros homens em seu quarto, ou pelos apaixonados que desejavam materializar a letra de Odair José e prometiam tirá-las “desse lugar”<sup>37</sup>.

O meretrício, nesta pesquisa, foi entendido como sexo obtido através da troca por dinheiro, logo, um trabalho. Na prostituição há uma prestação de serviço em que se paga para ter o prazer sexual. Todavia, não há como desconsiderar que as emoções e os sentimentos estivessem entranhados naquele comércio.

Os conflitos ocorridos no Mangue como as brigas, discussões e agressões – que em alguns casos resultaram em homicídios – são concluídas pela imprensa e pelos registros policiais como crimes por motivos fúteis, o que Bretas também cita em seu artigo:

(...) os eventos violentos estão diretamente ligados à história dos envolvidos e sua teia de relações. Neste contexto, os acontecimentos violentos eram, em certas circunstâncias, compreendidos e até legitimados, mesmo quando praticados pelos trabalhadores policiais. A incompreensão e a atribuição do “motivo fútil” vinha de cima, do discurso dos setores moralizadores da elite.<sup>38</sup>

Partindo desse ponto de vista, foi possível entender que as motivações para os delitos eram intrínsecas aos costumes compartilhados pelos próprios sujeitos do Mangue. Os boletins de ocorrência deixavam claro que algumas brigas aconteciam em momentos de forte emoção, por vezes entre pessoas que já não se davam bem, após muitos copos de cerveja ou envolvendo a disputa por mulheres ou clientes. Deste modo, os enfrentamentos tinham motivos que, para os envolvidos, eram legítimos, pois se tratava de um embate acerca de regras compartilhadas e reconhecidas pelas pessoas que conviveram na Zona do Mangue.

O fato da prostituição ter sido associada à mulher, não queria dizer que apenas as mulheres se prostituíam. Em algumas fontes foi possível observar a presença de homens que exerciam o papel feminino, o que apresentou ao estudo a ampliação do conceito de prostituição.

O reconhecimento das travestis<sup>39</sup>, ou transgêneros – para usar um conceito debatido atualmente dentro dos movimentos sociais, e que se diferenciam a partir de recortes de classe

---

<sup>37</sup> LEITE, Gabriela. *Filha, mãe, avó e puta: A história de uma mulher que decidiu ser prostituta*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009, p. 85

<sup>38</sup> BRETAS, Marcos, op. cit. p. 20.

<sup>39</sup> Segundo a definição de Rafael França, “as travestis são, portanto, esses sujeitos que, pelas normas de sexo-gênero deveriam atuar representando papéis sociais considerados masculinos, mas que recusaram para si essa determinação social fundada no biológico (XY), e investiram na elaboração de uma feminilidade”. Ver: SANTOS, Rafael França Gonçalves dos. *As aparências enganam?: a arte do fazer-se travesti*. Curitiba: Appris, 2015. P. 51.



e de experiências, principalmente no que tange a prostituição – foi importante para sugerir novas formas de debater e pensar o meretrício, pois a historiografia se direcionava somente às mulheres prostitutas.

Sendo assim, a prostituição analisada no Mangue foi a feminina. Incluindo nessa categorização toda a diversidade de gênero existente no Mangue e que foi alvo deste trabalho de pesquisa. Por conta da representação feminina, ao longo do texto, quando não foi necessária a classificação de gênero, a opção foi entender que a prostituta era uma mulher, mesmo que para as travestis possa ter existido diferenciação de tratamento, o que será analisado no terceiro capítulo.

Muitos dos conceitos utilizados para o estudo da travestilidade e da homossexualidade no Mangue são contemporâneos e produtos de lutas sociais protagonizadas pela população LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Transexuais). A maneira pela qual a diversidade de gênero foi analisada está em consonância com os recentes estudos e pautas criadas por travestis, transgêneros e homossexuais.

Portanto, foi uma escolha política usar o termo travestilidade ao invés de travestismo, assim como homossexualidade e não homossexualismo porque o uso do sufixo “ismo” indica patologia. Sendo assim, essa pesquisa entende que as diferentes formas de viver a sexualidade e a identidade de gênero não são patologias, mas sim uma característica da constituição dos indivíduos.

Assim como a seleção do artigo feminino para tratar das travestis, uma vez que ser travesti é uma das diferentes formas de viver a mulheridade<sup>40</sup>. Além disso, abdicar o uso do artigo masculino é ler e reconhecer de forma respeitosa a identidade de gênero das travestis que fazem uso de nome social.

De todo modo, esse estudo considera as múltiplas formas pelas quais as pessoas pertencentes a essa minoria se denominavam e entendiam que essas variações ficavam restritas aos indivíduos com vivências de opressões devido ao gênero e à sexualidade, pois dentro desses grupos a maneira de se chamarem ou os adjetivos entendidos como preconceituosos ou pejorativos são ressignificados.

---

<sup>40</sup> O conceito de mulheridade compreende todos os aspectos em torno das diferentes formas de experienciar o ser mulher, no que tange ao gênero, excluindo assim, as restrições determinadas para o sexo biológico. Dessa forma, a mulheridade evoca a construção social do feminino.

No primeiro capítulo, observaremos como a Zona do Mangue se constituiu em um baixo meretrício, os impactos das políticas públicas mais repressivas aos grupos presentes e sua resistência enquanto um espaço marginalizado durante todo o século XX. Além disso, foram analisadas trajetórias de personagens de modo que compreendêssemos que perfil e que atividades estavam presentes no Mangue.

No segundo capítulo, a prostituição foi analisada e problematizada a partir de diversas experiências registradas em processos criminais, boletins de ocorrência e notícias em jornais. O trabalho doméstico, a escolha pela prostituição, a cafetinagem e o tráfico e consumo de drogas lícitas e ilícitas foram abordados com o objetivo de entender as estratégias criadas pelas mulheres para lidar com a repressão e a pobreza.

A construção das narrativas, bem como a análise das fontes que baseiam tanto o segundo quanto o terceiro capítulos foram influenciadas pelo trabalho de Natalie Zemon Davis<sup>41</sup>. Dessa forma, entendemos que a reconstrução das trajetórias dos atores do mangue têm um tom ficcional ancorada, porém, em uma extensa lista bibliográfica e de fontes históricas que procuraram entender e nos informar sobre o cotidiano dos atores dessa região.

No terceiro e último capítulo, apresentamos a investigação acerca da presença de travestis nas ruas do Mangue. Esse capítulo foi pensado para diminuir o silêncio historiográfico quanto a trajetória de travestis na prostituição carioca. A partir das fontes e análise de trabalhos consagrados sobre a travestilidade e a homossexualidade, foram construídas problematizações acerca das estratégias de sobrevivência das personagens encontradas.

A proximidade do recorte temporal desta pesquisa com o tempo presente nos levou a preservar a identidade dos indivíduos apresentados nas fontes. Dessa forma, será mantido apenas o primeiro nome dos personagens, salvo os casos de nomes de fácil identificação, que serão trocados.

Boa leitura!

---

<sup>41</sup> DAVIS, Natalie Zemon. O retorno de Martin Guerre. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

## Capítulo I

### *Confinando a “mazela social”: A Zona do Mangue*

Antes de o Mangue receber as mulheres que o transformaram em zona de baixo meretrício, ele abrigava uma área residencial habitada por operários e suas famílias<sup>42</sup>. A chegada das prostitutas só aconteceu a partir do processo de reformas urbanas ocorrido no início do século XX, nas reformulações iniciadas por Pereira Passos.

Diante da suposta necessidade de modernizar a cidade do Rio de Janeiro e “higienizá-la”, o poder municipal traçou medidas para retirar as meretrizes dos locais frequentados por famílias e “pessoas de bem”. Nesse período, muitas meretrizes “faziam a vida” convidando e atendendo seus clientes desde as janelas de sobrados de casas de *rendez-vous*, casas de tolerância, pensões de prostitutas ou hospedarias nas ruas centrais da Capital Federal da República.

Sobre a diferenciação entre estes locais, todos indicados pelas autoridades como destinados a encontros sexuais por um determinado tempo, Cristiana Schettini enfatiza que

Essas diferenças eram socialmente construídas com base em critérios de distinção social do público frequentador, bem como das mulheres e também do tipo de repressão e controle que cada categoria de casa mereceria.<sup>43</sup>

As casas de tolerância, segundo Schettini, eram a maioria no Rio de Janeiro, onde o controle e a repressão policial permaneciam mais constantes. Localizadas no bairro da Lapa, em ruas como a Mem de Sá, Arcos, Rua da Lapa, Riachuelo, Morais e Vale entre outras<sup>44</sup>, a maioria das prostitutas foi obrigada a se deslocar com as expulsões, além de fechar as janelas e ter limites de horários para se expor ao público.

O motivo para as expulsões das mulheres desses locais concentrava-se na alegação que as ruas eram muito movimentadas, uma vez que faziam parte do trajeto do bonde<sup>45</sup>.

---

<sup>42</sup> CAUFIELD, Sueann. *O Nascimento do Mangue: nação e controle da prostituição no Rio de Janeiro, 1850-1942*. *Tempo*, nº 9, 2000. p. 48.

<sup>43</sup> SCHETTINI, Cristiana. “*Que tenhas teu corpo*”: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. p. 70

<sup>44</sup> *Ibidem*, p. 71

<sup>45</sup> *Ibidem*, p. 79

Indivíduos incautos, com suas esposas e filhas não formavam um público compatível com a presença das meretrizes nas janelas.

Eliminar a prostituição não era o objetivo das autoridades naquele momento. As mulheres expulsas foram realocadas numa área mais periférica, na Cidade Nova, dando início à trajetória de meretrício da histórica Zona do Mangue.

Inicialmente, a presença das mulheres na Cidade Nova foi vista pela população em geral como uma consequência da ação do Estado para a “higienização” do centro do Rio. As famílias da região imaginaram que seria algo temporário<sup>46</sup>. No entanto, as mulheres foram ficando e outras mais chegando, espalhando suas presenças nas ruas, bordéis e bares.

Em um primeiro momento, a Zona do Mangue tinha seu espaço dividido entre estrangeiras e brasileiras. De nacionalidades distintas, algumas imigrantes chegavam a se apresentar como francesas, a fim de despertar a curiosidade entre os homens, pois existiam diversos mitos – desde o século XIX – sobre suas peripécias na cama. Os estereótipos construídos sobre essas figuras tão marcantes na *Belle Époque* tinham analogia com as ideias de desenvolvimento tanto econômico quanto social sobre a Europa, principalmente com relação à França. Nas palavras de Margareth Rago:

O charme da “francesa” foi construído no imaginário social a partir de dois temas recorrentes: o de sua maior capacidade de sedução e o de seu domínio das regras de comportamento civilizado. Simbolizando o mundo das mercadorias mais modernas, era desejada também pelo status que conferia ao seu proprietário momentâneo. Prostituição e modernidade nesse sentido foram intimamente associadas, num momento em que amplos esforços eram mobilizados pelos diferentes setores sociais para se auto-representarem como uma sociedade que ingressava numa nova era inaugural, sintonizando seus passos ao ritmo da modernização das demais nações europeias.<sup>47</sup>

Afirmar-se enquanto francesa, certamente, rendia mais clientes e um maior pecúlio. No entanto, Sueann Caulfield ressalta em seu artigo que muitas que se diziam “francesas” eram do leste europeu ou de outros países, e algumas delas chegaram ao Brasil vítimas do tráfico de mulheres.

---

<sup>46</sup> Ibidem, p. 79

<sup>47</sup> RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. 2ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008. p. 50.

A historiadora Lená Medeiros expôs, em seu trabalho<sup>48</sup>, a preocupação do governo brasileiro em gerar processos de deportação de estrangeiros que atuavam como caftens no Brasil, incentivada pelo tratado internacional antitráfico de escravas brancas de 1904, fruto da pressão dos países de origem destas mulheres.

Com o Mangue afastado das ruas centrais do Rio, o contingente de prostitutas cresceu e formou uma espécie de área própria para a atividade já nos anos 1920. A “higienização da cidade” fez com que essa região abrigasse muitas mulheres, entre elas as estrangeiras que marcaram a Belle Époque.

Em 1924, uma ilustre visita ao Brasil determinou o fechamento da Zona do Mangue. A chegada do rei da Bélgica e sua família ao Rio de Janeiro provocou uma “limpeza social” para que a cidade não mostrasse um cenário incompatível com a ideia de modernidade que os governantes desejavam oferecer ao nobre visitante<sup>49</sup>. E assim, à Zona do Mangue foi dada a tarefa de confinar a mazela social que o baixo meretrício representava para a sociedade. Segundo Sueann Caulfield,

Instruída para “limpar” as áreas por onde sua alteza iria excursionar, a polícia fechou o cerco e manteve presas as prostitutas de classes baixas, sob alegação de vadiagem, até o final da visita real, amontoando-as depois nos bordéis das nove ruas entrecruzadas do Mangue.<sup>50</sup>

Com o aumento da circulação de mulheres e o conhecimento policial sobre as casas de tolerância que se firmaram nas ruas do Mangue, foi estabelecida uma clientela que se sentia a vontade com os baixos preços oferecidos. E com preços mais populares, a clientela das meretrizes aumentava.

A liberdade de se expor pelas ruas e a ausência de limitação de horário permitiram que as meretrizes levassem para os quartos cada vez mais clientes, o que compensava os baixos preços. O número de cadastros policiais de prostitutas, apurados por Sueann Caulfield, era três vezes maior em 1929, se comparado ao de 1923.

---

<sup>48</sup> MENEZES, Lená Medeiros. *Os estrangeiros e o comércio do prazer nas ruas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

<sup>49</sup> CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação do Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 200. p. 111

<sup>50</sup> CAULFIELD, Sueann. *O Nascimento do Mangue: nação e controle da prostituição no Rio de Janeiro, 1850-1942*. *Tempo*, nº 9, 2000. p. 44.

O encaminhamento das meretrizes para a Cidade Nova, por policiais, foi influenciada pelas teorias regulamentaristas<sup>51</sup> que marcaram o início do século XX. Essas teorias defendiam a existência de locais próprios para a prostituição, uma vez que esse “mal necessário” à sociedade não seria extinto.

A delimitação espacial de tolerância à prostituição permitia à polícia maior desenvoltura para exercer o controle sobre as prostitutas e, aos higienistas, uma outra forma para conter as doenças ligadas a elas – a sífilis, por exemplo. Muitos médicos sanitaristas da época legitimaram e motivaram a demarcação de locais próprios para o meretrício, o que afastou a possibilidade das mulheres expulsas das casas de tolerância irem parar nas ruas, fazendo o *trottoir*<sup>52</sup>.

Mesmo com a ação da polícia baseada nas teorias regulamentaristas, o governo não se posicionava sobre a prostituição. Chefes de polícia exigiram a elaboração de leis que legitimassem suas atuações. Com isso, as brechas da legislação deram liberdade para o poder policial agir com autoridade, além de permitir que as prostitutas criassem formas de driblar o controle a que estavam submetidas. Para Sueann Caulfied,

(...) as incertezas na legislação permitiram que a polícia continuasse a impor políticas de confinamento e “supervisão” da prostituição, embora a sua eficácia fosse limitada devido à resistência por parte das prostitutas, à corrupção na própria polícia, derrotas nos tribunais e à crescente oposição às políticas públicas autoritárias.<sup>53</sup>

Se o regulamentarismo recebia críticas ferrenhas por conter um conjunto de medidas autoritárias que se contrapunham à moderna república brasileira, outras teorias com soluções diferentes para a prostituição ganharam espaço. Esse foi o caso do abolicionismo que defendia a seguinte posição: a prostituição não deveria ser enclausurada em casas de tolerância. Os abolicionistas acusavam o Estado de ter uma atitude proxeneta, favorecendo a manutenção de locais próprios para o meretrício, e, dessa forma, incentivando a prostituição.

---

<sup>51</sup> Segundo estudiosos do tema, como Amando Pereira, Cristiane Schettini e outros, a teoria regulamentarista seria uma forma de observar a prostituição e criar ações para dar conta dessa questão. De acordo com os regulamentaristas, a prostituição era um “mal necessário”, e por isso não poderia ser proibida. Entretanto, as prostitutas tinham que ficar confinadas nas chamadas “casas de tolerâncias” onde a prostituição era aceita. Esse tipo de visão sobre a prostituição foi questionada pelos chamados abolicionistas, grupo que considerava errado esse confinamento das prostitutas, e usavam o argumento que isso aumentava a proliferação de doenças, como sífilis, por manter as mulheres em ambientes fechados.

<sup>52</sup> Prostituição pelas ruas e calçadas.

<sup>53</sup> CAULFIELD, Sueann. O nascimento..., op. cit., p.53.

Margareth Rago, ao analisar os estudos de Evaristo de Moraes, apresentou a posição anti-regulamentarista do jurista, que atentava para o fato de

até mesmo o patriarca do regulamentarismo, Parent-Duchâtelet, dera-se conta de que as casas de tolerância, registradas pela Polícia de Costumes, acabavam se constituindo em focos privilegiados da decadência moral e da transmissão da sífilis.<sup>54</sup>

A autora afirmou que os abolicionistas entendiam que as casas de tolerância contribuíam para a decadência moral e física das mulheres que viviam do meretrício, devido ao alcoolismo e ao grande número de clientes atendidos por noite. As prostitutas deveriam receber seus clientes indiscriminadamente e, além disso, os donos (as) das casas as obrigavam a consumir junto aos clientes elevadas doses de bebida alcoólica para aumentar o lucro dos bordéis.

Dessa forma, ficava evidente aos defensores dessa vertente que, além da exposição a doenças venéreas, as moças tinham a saúde bastante debilitada em função do alcoolismo. Ou seja, as prostitutas que trabalhavam em suas próprias casas ou com *rendez-vous*<sup>55</sup> tinham maior liberdade na escolha dos seus clientes, além de não serem obrigadas a consumir álcool para aumentar a lucratividade dos prostíbulos.

Outra questão apontada por esses médicos dizia respeito à injustiça que recaía sobre os ombros das moças *de vida fácil*, apresentadas à sociedade como culpadas pela disseminação de doenças pelas cidades. Se a prostituição acontecia a partir do consentimento de duas partes, uma que pagava pelo serviço e outra que o prestava, parecia-lhes injusto que as mulheres fossem as únicas responsáveis pelas mazelas decorrentes das relações sexuais *indecentes*. O jurista Evaristo de Moraes afirmava que:

a prostituição não poderia ser considerada crime, e que as meretrizes, portanto, não poderiam ser vistas como “desclassificadas”, ou “vagabundas”, pois sua ação era “bilateral” e não “unipessoal”.<sup>56</sup>

Como falado anteriormente, tal discussão perpassou décadas, sendo recriada, com novas roupagens, em momentos cujo tema prostituição tornava-se um problema público,

---

<sup>54</sup> RAGO, Margareth, Op. Cit, p.153.

<sup>55</sup> Encontro marcado com clientes.

<sup>56</sup> SCHETTINI, Cristiana. Que tenhas teu corpo... op. cit. p.154

noticiado na mídia, forçando um posicionamento do Estado. Vemos tal situação em vários momentos na história da prostituição na Zona do Mangue.

Na década de 1970, Armando Pereira, um policial que trabalhou na região, recriou um discurso baseado nos argumentos abolicionistas. Para ele, a circunscrição das mulheres em zonas de prostituição era um atentado a liberdade sexual delas e, além disso, a não penalização dos homens por procurarem os serviços sexuais em troca de dinheiro, ou não exigir que cuidassem da própria saúde, era conceder a elas a irresponsabilidade<sup>57</sup>. Dessa forma, afirma o autor:

o abolicionismo combate (...) o privilégio em relação ao sexo do segundo contratante, aquele que busca uma prestação de prazer contra uma prestação de dinheiro. O que o abolicionismo repele é que se puna a prostituída, sem que se tente ao menos punir o prostituidor, ou seja, o cliente, seu co-autor, sem o qual a prostituição não se concretiza.<sup>58</sup>

No entanto, Armando Pereira enfatizou que, apesar da ideia dos abolicionistas frente a dos regulamentaristas lhe parecer generosa, urgia encontrar uma maneira ideal para adequar a condição da prostituição ao meio social. Era necessário encontrar um equilíbrio entre a liberdade do exercício do meretrício e a ordem social. Esta ordem só seria possível com o controle policial dessas regiões.

Em toda a bibliografia analisada, que tratou da prostituição, o controle policial se mostrou como um elemento crucial nas relações dos atores que compunham os espaços de meretrício. A ausência de leis claras para regulamentar a prostituição se mostrou como um elemento decisivo para a construção de laços entre prostitutas, rufiões e policiais. Cristiana Schettini revelou muito bem essa relação em seus estudos, enfatizando as estratégias que as prostitutas encontraram para lidar com a polícia e suas batidas nos bordéis<sup>59</sup>.

As ações de higienistas, juristas e policiais iam ao encontro da tentativa do Estado de apresentar uma nação moderna e “limpa” de problemas sociais. Entretanto, o autoritarismo

---

<sup>57</sup> PEREIRA, Armando. *Prostituição uma visão global*. 2ed. Rio de Janeiro: Pallas, 1976. p.51.

<sup>58</sup> Idem.

<sup>59</sup> A historiadora Schettini apresentou um parágrafo em que uma prostituta teve sua prisão relaxada apesar de ter insultado um guarda, uma vez que “as ordens do delegado, em geral, estabeleciam horários e condições para as mulheres estarem às janelas de suas casas, ou mesmo para circularem pelas ruas do distrito. Mas variavam dependendo do ocupante do cargo e dos acordos entre seus subordinados e as prostitutas. A mesma brecha legal que possibilitava a construção da autoridade dos policiais no tratamento da prostituição dava lugar ao questionamento desta autoridade quando havia diferenças de interpretação entre os vários policiais (...). As prostitutas percebiam essas brechas, e obviamente jogavam com ela a seu favor”. SCHETTINI, Cristiana. Op. cit. p. 49.



policial usado para lidar com essas questões colocava o governo em uma situação desconfortável, já que não se posicionava com a criação de uma legislação que definisse o papel da polícia e do judiciário no que diz respeito à prostituta.

Dessa maneira, eram os policiais quem decidiam se uma prostituta deveria ser presa, e essa decisão perpassava as condições criadas a partir dos acordos que envolviam meretrizes, comerciantes, policiais e até delegados. Todavia, para que essas negociações favorecessem a prostituição, elas dependiam dos contextos políticos.

Em momentos de maior rigidez nas políticas de segurança, a repressão à prostituição era incessante. E isso dificultava que acordos fossem estabelecidos. Um exemplo foi a decadência do Mangue durante o Estado Novo, apresentada por Armando Pereira, que chegou a dizer que nesse período “o Mangue se esclerosara”<sup>60</sup>.

Passada a ditadura de Vargas, os bairros da Zona Sul estavam com diversos hotéis e apartamentos destinados a encontros com prostitutas, como ressaltou a pesquisa de Sueann Caulfield sobre a migração das prostitutas principalmente para Copacabana<sup>61</sup>.

Na década de 1950, o comissário Carlos Navarro de Andrade, responsável por dirigir a Seção de Meretrício da Delegacia de Costumes verificou que muitas mulheres trabalhavam como prostitutas, exploradas por cafetinas e cafetões<sup>62</sup>. Para dar fim ao lenocínio, o comissário expulsou quem explorava a prostituição e entregou a administração dessas casas às prostitutas<sup>63</sup>, dando início à República do Mangue.

Com esse breve histórico da Zona do Mangue, pudemos perceber sua formação enquanto um espaço plural, habitado, preferencialmente, pelas classes populares. Passando por uma série de intervenções por parte das autoridades, a prostituição sobreviveu e se firmou naquela região, tornando-a conhecida e atraindo frequentadores. Compre agora olharmos mais atentamente para as pessoas ligadas a essa localidade e para a dinâmica das relações por elas estabelecidas.

---

<sup>60</sup> PEREIRA, Armando. Op. cit. p. 66

<sup>61</sup> CAULFIELD, Sueann. *O Nascimento do Mangue: nação e controle da prostituição no Rio de Janeiro, 1850-1942*. *Tempo*, nº 9, 2000.

<sup>62</sup> PEREIRA, Armando. Op. cit. p. 137

<sup>63</sup> *Ibidem*, p. 138

## **E depois? ...Personagens do Mangue e seus rastros**

A observação dos personagens que davam vida à Zona do Mangue foi possível, primeiramente, a partir da análise dos boletins de ocorrência da 6ª Delegacia de Polícia, responsável pela região da atual Cidade Nova. Esses boletins foram encontrados no Setor de Microfilmagem da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, localizado no prédio onde, anteriormente, funcionava o Instituto Médico Legal, na Rua do Lavradio. Neste setor existem microfilmes que armazenam boletins de ocorrência de diversas delegacias do estado do Rio de Janeiro, assim como livro tomo e outros registros administrativos.

Devido aos limites de tempo da pesquisa, foi necessário que a análise se concentrasse apenas nos boletins de ocorrências que, por sua vez, foram analisados a partir de uma amostragem: a pesquisa focou os anos 1969, 1971, 1973, 1975 e 1977. Destes, foram transcritos os boletins dos meses de maio a setembro.

É necessário ressaltar que essa amostragem não objetiva construir um trabalho quantitativo acerca dos casos e perfis encontrados nos boletins, mas sim observar a predominância de determinadas características nos registros. Essas características não se referem apenas ao perfil de acusados, vítimas ou comunicantes, mas também a ruas, estabelecimentos, tipos de crimes, envolvidos em brigas e outros detalhes que serão trabalhados mais adiante.

Há de se considerar que muitos microfilmes foram encontrados em estado lastimável, o que limitou bastante a pesquisa de alguns anos ou meses. Além disso, as condições para análise dos microfilmes também prejudicaram a leitura dos mesmos, visto que as máquinas para a leitura das fitas estavam em condições precárias e o local não estava preparado para a recepção de pesquisadores. O fator que mais favoreceu a pesquisa foi a empatia da funcionária responsável pelo Setor de Microfilmagem.

Antes de iniciar a pesquisa nessa documentação, a expectativa era encontrar referências claras, se não objetivas, sobre a Zona do Mangue e seus *habitués*. Acreditava-se que os boletins indicariam claramente as atividades relacionadas à prostituição, apontando as meretrizes, cafetinas ou *cafténs* e possíveis rufiões.

No entanto, a Zona do Manguê não foi descrita da maneira imaginada. Poucas vezes os termos “Zona do Manguê”, “baixo meretrício”, “prostituta” ou “meretriz” foram encontrados nas ocorrências. Foi necessário recorrer a outros recursos como mapas das ruas e subjetividades do discurso policial para identificar elementos importantes para a construção da pesquisa.

Quando foi iniciada a análise dos microfilmes que continham os boletins de ocorrência, a primeira percepção foi dos títulos mais frequentes dos registros. No período analisado, a maioria era de “lesão corporal dolosa”, “assalto”, “lesão corporal culposa” seguida do termo “atropelamento”, “dano material” e “vadiagem em flagrante”. Inicialmente foram descartadas “lesão corporal culposa”, “atropelamento” e “dano material”, pois se tratavam de acidentes de trânsito, aparentemente sem relação direta com a pesquisa.

Posteriormente, pude perceber que o intenso registro de acidentes na região nesse período era relatado constantemente nos jornais por leitores que pediam providências para a região.

De qualquer maneira, nos concentramos nas entradas “lesão corporal dolosa”, que tinha especificado o tipo de agressão ou elemento usado para tal, e “vadiagem em flagrante”, que surpreendeu pela constância nos boletins nos anos e meses analisados. Com menor regularidade, também foi possível analisar os “furtos”, “remoção de cadáver” e um caso de “adultério”.

Mostrada parte do percurso que seguimos, vamos às minhas questões. Afinal, quais personagens zanzavam na Zona do Manguê entre as décadas de 1950 e 1970, quando a prostituição foi expulsa da região? Quais seus ofícios e interesses naquelas ruas? Que comércios poderíamos encontrar lá? De que maneira as pessoas lidavam com a repressão? De que forma a repressão atuava sobre suas vidas? Que histórias nos contam aqueles indivíduos? Na busca por respostas, analisei diversos casos ocorridos no baixo meretrício e registrados em boletins policiais, ou noticiados em jornais.

Vamos começar pelas pessoas que encontramos na documentação como vadias, incursas em uma contravenção bastante presente nos boletins de ocorrência consultados para a pesquisa. Nesses registros analisados, muitas mulheres detidas como vadias, eram prostitutas.

Essa relação entre as detenções por vadiagem e o meretrício ficou mais clara quando levamos em consideração o motivo pelo qual a meretriz se encaixava no perfil da vadia: a dificuldade em se identificar como alguém que desempenhava uma função que, se não era proibida, também não contava com a anuência das autoridades, por conta da reprovação moral que pesava sobre o exercício de tal atividade.

Outros elementos, porém, se fizeram necessários para que pudéssemos compreender melhor essa relação entre o alto índice de “vadios” e “vadias” e a Zona do Mangue. Primeiro, é importante ressaltar que muitas das ocupações ali existentes eram ilícitas, como a própria prostituição e o jogo do bicho, ou tinham relação direta com essa atividade, como por exemplo, copeiros, empregadas domésticas, seguranças, que trabalhavam nos prostíbulo e, por isso, encontravam dificuldades para comprovar qualquer tipo de vínculo empregatício.

Segundo, pois a população que habitava aquela região compunha o perfil tido pela polícia como os potenciais suspeitos. Nesse ponto, é importante fazermos um breve histórico sobre esse tipo de contravenção.

A vadiagem já era assunto nos códigos criminais do século XIX, e percorreu boa parte do século XX como forma de deter indivíduos que “ameaçavam” a integridade da sociedade. Qualificados como “classes perigosas”<sup>64</sup>, os vadios eram detidos pelos policiais e conduzidos à delegacia quando não portavam algum documento que comprovasse qualquer vínculo empregatício, ou residência fixa. A justificativa para a repressão da vadiagem era que significava “o ato preparatório do crime”<sup>65</sup>.

Essa repressão, segundo Sidney Chalhoub, foi desencadeada a partir da libertação dos escravos, que passaram a circular pelas cidades como libertos. A fim de garantir a proteção das propriedades privadas e apresentar um novo olhar sobre o trabalho – que na sociedade escravagista era mal visto – discursos sobre a importância do trabalho para honrar os indivíduos passaram a ser proferidos durante a República<sup>66</sup>. No Código Penal de 1890, art.399, a contravenção do vadio e do capoeira era descrita como o ato de

Deixar de exercitar profissão, ofício, ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meios de subsistência e domicílio certo em que habite; prover a

---

<sup>64</sup> CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008. p. 76.

<sup>65</sup> *Ibidem*, p.75

<sup>66</sup> *Ibidem*, p.68.

subsistência por meio de ocupação proibida por lei, ou manifestamente ofensiva da moral e dos bons costumes<sup>67</sup>.

Essa visão atravessou as décadas e foi, inclusive, reforçada em momentos posteriores, como por exemplo durante o Estado Novo (1937-1945), que deu ênfase aos valores ligados ao trabalho, objetivando modelar o novo homem ajustado aos princípios que o regime pretendia forjar.

O Estado varguista agia por três frentes, ideologicamente, propagandeava os valores voltados à construção do bom trabalhador e cidadão e estabelecia censura; no plano material, acenava com as Leis Trabalhistas, consolidadas em 1943; socialmente, aumentava a repressão às vozes dissonantes<sup>68</sup>.

Dessa forma, como bem ressaltou Adriano Luiz,

Não trabalhar dentro das condições e formas reconhecidas pelo Estado é permanecer à margem do exercício da cidadania e, portanto, à margem da convivência social. Além disso, a ausência de trabalho traz de volta a pobreza, agora sinônimo de inferioridade porque resultado de uma opção pelo ócio (...).<sup>69</sup>

Se o trabalho é um dever social, todo aquele que não trabalha é um doente, porque é um antissocial.<sup>70</sup>

Durante a Era Vargas, a polícia se preocupou em moralizar os espaços marginalizados, incluindo a Zona do Mangue. As constantes batidas policiais às casas de tolerância à prostituição afastavam os clientes e levavam as prostitutas para as delegacias. Então, as ruas quentes ficaram cada vez mais desprovidas da boemia e da prostituição que as caracterizava, levando Armando Pereira a pensar que o “Mangue esclerosara”<sup>71</sup>.

O início das obras para a construção da avenida que ligaria o Centro até a Zona Norte da cidade também corroboraram para que os bordéis fossem fechados, uma vez que a Avenida Presidente Vargas passava pela Zona do Mangue. Em 1942, uma nota no jornal *Diário de*

---

<sup>67</sup> SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *A prisão dos ébrios, capoeiras e vagabundos no início da Era republicana*. TOPOI, v. 5, n. 8, jan.- jun. 2004, pp. 138-169.

<sup>68</sup> GOMES, Angela de Castro. *Ideologia e trabalho no Estado Novo*. In. PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 53-72.

<sup>69</sup> DUARTE, Adriano Luiz. *Cidadania e exclusão: Brasil 1937-1945*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999. p. 104.

<sup>70</sup> *Ibidem*, p.105.

<sup>71</sup> PEREIRA, Armando. Op. cit.

*Notícias* afirmava que uma portaria do tenente-coronel Alcides Gonçalves Etchegoyen, chefe de Polícia, faria uma campanha enérgica contra o lenocínio, prendendo todos os exploradores e

(...) Ordenou, também, a adoção de providências, dentro do prazo de trinta dias, sobre o fechamento das pensões alegres existentes no centro da cidade, bem como de todas as casas e hotéis suspeitos, tanto no primeiro caso como no segundo, localizados na chamada zona do Mangue, após entendimento com a prefeitura e a saúde pública(...).<sup>72</sup>

Com a saída de Getúlio Vargas do poder em 1945, a repressão perdeu força e as atividades do Mangue voltaram, aos poucos, à normalidade. Segundo Armando Pereira

Ali por 1945, voltou o regime de *tolerância*. A polícia fechava os olhos, as casas velhas voltavam a se encher de cortinas.<sup>73</sup>

Na década de 1950, o comissário Carlos Navarro de Andrade, responsável por dirigir a Seção de Meretrício da Delegacia de Costumes verificou que cerca e duas mil mulheres trabalhavam como prostitutas sob o regime de cafetinagem<sup>74</sup>. Em muitos lupanares, as mulheres pagavam à casa metade do valor pago pelos clientes, o que as obrigava a fazer muitos programas em um dia para atender às suas necessidades financeiras.

Com o objetivo de acabar com as cafetinas e, assim, com o lenocínio, Navarro organizou uma operação que proibiu a entrada e permanência das donas de casa de prostituição e entregou a administração dessas casas às prostitutas<sup>75</sup>. Assim nasceu a república do Mangue. Todos os bordéis teriam prostitutas como candidatas à administradoras do espaço e uma seria eleita para o cargo.

Em 1958, o Brasil reiterou o acordado na Convenção de Lake Success, em 1950, que tinha por objetivo reprimir o tráfico de pessoas e o lenocínio<sup>76</sup>. Com essa adesão, o país

---

<sup>72</sup> Biblioteca Nacional. Periódicos. Enérgica campanha contra os exploradores do lenocínio. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 9, 8 de novembro de 1942.

<sup>73</sup> PEREIRA, Armando. Op. cit. p.66.

<sup>74</sup> Ibidem, p. 137

<sup>75</sup> Ibidem, p. 138

<sup>76</sup> BRASIL. Decreto nº 46.981, de 8 de outubro de 1959. Promulga, com o respectivo Protocolo Final, a Convenção para a repressão do tráfico de pessoas e do lenocínio, concluída em Lake Success Nova York, em 21 de março de 1950, e assinada pelo Brasil em 5 de outubro de 1951. Diário Oficial, Brasília, DF, 4 de setembro de 1959. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=112661> Acesso em: 20/12/2015.

passou a ser abolicionista com relação à prostituição e a polícia. Teoricamente, deveria ter um posicionamento menos agressivo em relação às prostitutas.

A partir da década de 1960, após o golpe que instaurou uma ditadura civil-militar no Brasil, a repressão policial foi intensificada. A maioria dos estudos históricos sobre esse período observou com maior afinco a coibição pela violência somente a grupos políticos, como estudantes, intelectuais e políticos. Todavia a pobreza, a negritude, a prostituição e a homossexualidade também eram subversivos, sendo tratados como tais pela polícia. A diferença foi que o primeiro grupo deixou de ser torturado após a redemocratização<sup>77</sup>.

O delito de vadiagem foi amplamente utilizado para retirar das ruas, assim como torturar, punir e encarcerar pobres, prostitutas, negros, homossexuais e travestis. Em uma reportagem publicada pelo jornal *O Globo*, prostitutas perseguidas pelas forças armadas exigiam reparação econômica e anistia após sofrerem com torturas e prisões durante a ditadura<sup>78</sup>.

O agravante para esse período foi o conjunto de obras que reformou toda a Cidade Nova, com as obras do metrô e a construção do Centro Administrativo São Sebastião, um complexo destinado à administração pública da Prefeitura da Cidade de Rio. Curiosamente, com o fim da Zona do Mangue após as obras, o prédio foi homenageado pela memória afetiva dos cariocas com a alcunha de “piranhão”.

Dessa forma, o pretexto para as prisões se tornou uma maneira de identificar o perfil das pessoas que, apesar de não terem envolvimento com grupos políticos contrários ao governo ditatorial, eram perseguidas, torturadas e estupradas por agentes do Estado<sup>79</sup>.

Como vimos, durante a história da República Brasileira, foi montado um Estado repressor que tinha como principais alvos as classes menos favorecidas e buscava inculcar na população valores de colaboração e obediência. Quando isso não ocorria, a prisão se tornava um caminho mais eficiente.

---

<sup>77</sup> O historiador Luciano Oliveira, em sua publicação sobre tortura no Brasil, observou a dinâmica presente na categoria “torturáveis”, uma vez que existiram grupos que só eram passíveis de tortura em determinados contextos políticos, diferentemente das classes mais pobres. Ver: OLIVEIRA, Luciano. *Do nunca mais ao eterno retorno: uma reflexão sobre a tortura*. São Paulo: Brasiliense, 2009.

<sup>78</sup> ÉBOLI, Evandro. Prostitutas vítimas de perseguição na ditadura reivindicam anistia, **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 21 de setembro de 2013. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/prostitutas-vitimas-de-perseguiçao-na-ditadura-reivindicam-anistia-10082257> Acesso em: 28/09/2013.

<sup>79</sup> VIEIRA, Helena. Onde estavam as travestis durante a ditadura?, **Revista Forum**, 05 de abril de 2015. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/osentendidos/2015/04/05/onde-estavam-travestis-durante-ditadura/> Acesso em: 15/04/2015.

Nos meses analisados dos anos de 1969, 1971 e 1973, as prisões por vadiagem se mostraram bastante recorrentes. Nos anos de 1975 e 1977, essas ocorrências não se repetiram com tanta frequência. A vadiagem está na Lei das Contravenções Penais, de 1941, e faz parte do Capítulo VI das Contravenções Relativas à Polícia de Costumes. Por se tratar de uma contravenção, a penalidade era leve. A prisão simples, neste caso, podia variar de quinze dias a três meses. No art. 59 é possível ler a definição da vadiagem:

Entregar-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover a própria subsistência mediante ocupação ilícita<sup>80</sup>

As ocorrências de vadiagem da década de 1970 chamaram atenção primeiramente pela confluência de horário das prisões. Alguns registros tinham o horário das prisões, e grande parte das prisões por vadiagem transcritas dos boletins de ocorrência foram na parte da tarde, entre as 12h00 e 18h00. As pessoas acusadas de ócio eram presas à luz do dia, pois se estivessem trabalhando, esperava-se encontrarem-nas em alguma atividade no horário comercial. Com esse dado nos foi possível ainda levantar a hipótese de que era na parte da tarde, longe da grande movimentação característica da vida noturna do Mangue, que os acordos entre os atores sociais do baixo meretrício aconteciam<sup>81</sup>.

No caso de Angela Maria, presa em 1973, natural de Minas Gerais, solteira, 19 anos, sem residência ou profissão, constava que ela foi detida em uma esquina da Rua Machado Coelho às 15 horas<sup>82</sup>. No mesmo ano, José dos Santos, pardo, 18 anos, sem qualquer informação sobre residência ou ocupação, foi levado por policiais às 15h, momento em que caminhava na Rua Pereira Franco<sup>83</sup>. Dias depois da prisão de José, o baiano Antônio Barbosa, preto, de 23 anos, sem profissão, residente em Queimados, foi detido por policiais às 16h30 na rua Carmo Neto<sup>84</sup>.

Andar com documentação que comprovasse a existência de vínculo empregatício era uma forma de garantir que os policiais não levassem algum incauto para a delegacia, mas isso

---

<sup>80</sup> BRASIL, decreto-lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941. Lei das Contravenções Penais, Art. 59. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/De13688.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De13688.htm) Acesso em: 20/03/2014.

<sup>81</sup> SCHETTINI, Cristiana. Op. cit. pp. 57-63.

<sup>82</sup> Arquivo da Polícia Civil, Setor de microfilmagem, Boletim de ocorrência da 6ª Delegacia policial: 06/08/1973, rolo ano 1973.

<sup>83</sup> Arquivo da Polícia Civil, Setor de microfilmagem, Boletim de ocorrência da 6ª Delegacia policial: 10/07/1973, rolo ano 1973.

<sup>84</sup> Arquivo da Polícia Civil, Setor de microfilmagem, Boletim de ocorrência da 6ª Delegacia policial: 12/07/1973, rolo ano 1973.



não se mostrou o suficiente quando percebemos as características comuns entre os presos por vadiagem que investigamos. Não foi possível observar se a argumentação de desemprego era utilizada pelos advogados dos supostos vadios ou vadias.

O que ficou evidente foi que a prisão em flagrante precisava ser registrada em um horário que as pessoas estariam em seus trabalhos, para justificar a vadiagem. Contudo, a ausência de documentos que comprovassem vínculo empregatício não aparece como a única justificativa para indiciar as pessoas por contravenção. Os locais em que foram efetuadas as detenções, a cor da pele, o sexo, o gênero e as residências – quando apresentadas – parecem indicar que questões raciais, sociais e de gênero estão intrínsecas às relações entre os atores sociais da Zona do Mangue, dos quais uma parcela é parte da Polícia.

De qualquer maneira, a vadiagem estava inerente à ideia de presumir perigosa uma pessoa que não comprovasse sobreviver através de atividades legais. A Lei das Contravenções, no art. 14, tratava a vadiagem como presunção de periculosidade, por isso a penalidade àqueles que não comprovavam os meios de subsistência. Todavia, havia grupos sociais que pareciam à sociedade mais perigosos que outros. Entendendo que se tratava de uma sociedade racista, não era estranho que a maioria dos indivíduos pardos ou negros compunha o perfil de criminosos em potencial<sup>85</sup>.

Logo, a prisão por vadiagem, em si, não tinha somente o objetivo de penalizar quem não trabalhava e praticava o ócio, mas também para garantir a segurança das demais pessoas, pois quem aparentemente não tinha meios legais de obter renda era perigoso para a sociedade.

A partir dessa ideia, foi interessante pensar em como a polícia traçou estratégias para lidar com alguns criminosos ou suspeitos. A prisão por vadiagem, em alguns momentos, se mostrou como um caminho seguido pela polícia para prender pessoas sem mandato, mas que eram suspeitas de participar de algum crime. Pode-se entender como uma estratégia policial para lidar com alguns indivíduos da Zona do Mangue.

---

<sup>85</sup> Lélia Gonzales, intelectual e professora da PUC-RJ, ao escrever sobre a força de trabalho negra no Brasil, no final da ditadura civil-militar, já sentia o racismo dentro dessas relações e, com isso, afirmou que “a indiferença e o cinismo continuam sendo a tônica em face desse racismo institucionalizado que tem passado intacto pelos diversos regimes políticos que existiram neste país. Indiferença por parte daqueles que reduzem a questão racial a uma questão de classe pura e simples, reforçando indiretamente o mito da democracia racial na cabeça dos mais ingênuos. Cinismo, por parte daqueles que negam a existência da discriminação racial pelo fato de nunca terem ouvido falar nela.”

GONZALES, Lélia. Para as minorias, tudo como dantes. *Lua Nova*, São Paulo, v. 1, n. 4, p. 32-33, mar. 1985. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-4451985000100011&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-4451985000100011&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 20/10/2014.

É importante considerar que a polícia também compunha o cenário multifacetado do baixo meretrício carioca e, assim, conhecia as personagens e suas movimentações nas ruas do Mangue. Isso não quer dizer que eles não intercediam de maneira arbitrária durante as prisões, mas sim que muitas vezes encontravam-se tão ligados aos problemas do baixo meretrício quanto os demais atores sociais. Entretanto, seus pequenos poderes enquanto representantes do Estado faziam diferença<sup>86</sup>.

Sendo assim, essa predominância de um perfil possibilitou a problematização das questões acima apontadas. Dentre os presos em flagrante por vadiagem, a maioria dos boletins apontou que os vadios ou vadias eram de cor preta ou parda. Provavelmente a cor deles não era dada a partir de uma auto declaração, mas do olhar dos policiais responsáveis por redigir o texto do boletim de ocorrência.

Durante a ditadura civil-militar, a partir da década de 1970, foi retirado do censo a variável cor, apresentada nos dados após a auto declaração. O governo militar diversas vezes se mostrou contrário à abordagem de questões raciais, como citou o trabalho de Caetana Damasceno<sup>87</sup>.

As cores associadas a pessoas acusadas, vítimas e envolvidas em lesões corporais dolosas eram atribuídas por terceiros, no caso, os/as responsáveis por registrar as ocorrências. E essa atribuição podia vir acompanhada de uma série de fatores subjetivos que transcendiam a cor da pele, pois como determinar a cor de indivíduos mestiços se questões sociais eram intrínsecas à raça?

A existência de um gradiente de cores, resultado da miscigenação, dificultou, ou subjetivou, a ação do policial responsável por descrever as características do suspeito ou envolvido em alguma ocorrência. Essa tarefa parecia mais árdua e influenciada por fatores externos, e indiretamente relacionada à cor da pele, por conta da suposta democracia racial existente no Brasil. No entanto, é importante ressaltar que no meio acadêmico já havia o debate e o questionamento sobre a democracia racial brasileira.

A pobreza de homens e mulheres vistos socialmente como ociosos, que perambulavam pelas ruas da Zona do Mangue sem documentos que atestassem algum compromisso com o

---

<sup>86</sup> BRETAS, Marcos Luiz. *As empadas do confeitiro imaginário: a pesquisa nos arquivos da justiça criminal e a história da violência no Rio de Janeiro*. In: Acervo. v. 15. n. 1. Rio de Janeiro, 2002.

<sup>87</sup> DAMASCENO, Caetana Maria. *Segredos da boa aparência: da “cor” à “boa aparência” no mundo do trabalho carioca, 1930-1950*. Seropédica: Ed. da UFRRJ, 2010, p.57.

trabalho formal era uma transgressão, uma contravenção às leis do Estado. Nas prisões por vadiagem, os indivíduos eram conduzidos pelos policiais até o Instituto Médico Legal, para que lá fosse atestada sua saúde e condição para o trabalho e, assim, através do atestado médico indiciá-lo por vadiagem.

Outra contravenção também presente nas ruas do baixo meretrício era a aposta no Jogo do Bicho. Em 1969, o senhor Otaviano Freire foi surpreendido por policiais quando realizava apostas em uma travessa, próxima a Rua Júlio do Carmo<sup>88</sup>. Anos mais tarde, Jorge Pires e Ezino dos Santos, apontadores do mesmo jogo, foram conduzidos à 6ª Delegacia quando recolhiam as apostas na Rua Machado Coelho<sup>89</sup>.

Os casos envolvendo o Jogo do Bicho não eram tão frequentes quanto os de vadiagem. Uma das hipóteses é que a prisão de apontadores e o recolhimento do material necessário para realizar as apostas implicavam na exposição de indivíduos com grande influência na política e na polícia. No início da década de 1960, alguns jornais fizeram diversas denúncias acerca da proximidade de relação entre os chamados “banqueiros do jogo do bicho”, também responsáveis pelo lenocínio na Zona do Mangue, com políticos e autoridades de segurança<sup>90</sup>.

Dentre os trabalhadores citados nos boletins de ocorrência, também era frequente a presença de policiais militares e de membros das forças armadas em meio aos conflitos nos bares do baixo meretrício. Vamos a alguns deles.

No dia 02 de maio de 1975, às 21h, foi registrada na 6ª DP uma Lesão Corporal Dolosa (à bala) pelo detetive Edécio Oliveira Dias, de serviço no Hospital Souza Aguiar. Lá, dera entrada Manoel da Silva, branco, solteiro, brasileiro de 23 anos, socorrido por Roberto Moreira da Silva, funcionário da Aeronáutica, branco, solteiro, 41 anos. Nenhum deles residia nas proximidades do Mangue. Manoel era residente em Copacabana, e Roberto residia na Ilha do Governador. No entanto, o tiro que feriu o tórax esquerdo de Manoel foi dado na Rua Visconde de Duprat, esquina com a Av. Presidente Vargas<sup>91</sup>.

---

<sup>88</sup> Arquivo da Polícia Civil, Setor de microfilmagem, Boletim de ocorrência da 6ª Delegacia policial: lesão corporal dolosa, 26/07/1969, rolo ano 1969.

<sup>89</sup> Arquivo da Polícia Civil, Setor de microfilmagem, Boletim de ocorrência da 6ª Delegacia policial: lesão corporal dolosa, 22/05/1975, rolo ano 1975.

<sup>90</sup> Conferir: *Diário Carioca*, 29 de dezembro de 1960, p.10. “O ódio”. Biblioteca Nacional; *Última Hora*, 15 de junho de 1961, p.10, “Delegado vai processar governador por calúnia”. Biblioteca Nacional; *Correio da Manhã*, 22 de junho de 1961, p. 5, “Ex-delegado da DCD não compreendeu campanha do governo”. Biblioteca Nacional.

<sup>91</sup> Arquivo da Polícia Civil, Setor de microfilmagem, Boletim de ocorrência da 6ª Delegacia policial: lesão corporal dolosa, 02/05/1975, rolo ano 1975.

Outro caso ocorreu com um militar que, em 23 de maio de 1975, comunicou ter sido agredido, às 16h30, em frente ao edifício onde morava na Rua General Caldwell, 276. Luiz dos Santos, solteiro, com 40 anos de idade, apontou como seu agressor José Roberto da Silva Ferreira, morador do mesmo prédio. Apesar de parecer um conflito entre vizinhos, ele ocorreu nas proximidades do Mangue<sup>92</sup>.

Houve também o envolvimento de um tenente em um caso que, ao menos no boletim de ocorrência, aparentava gerar bastante desconfiança ao escrivão. Tratava-se da comunicação de um roubo, realizada por um guarda do extinto INPS, lotado no Hospital de Bonsucesso. Neste hospital deu entrada o 1º tenente da Marinha, José Carlos Saldanha Salomão, branco, 47 anos, maranhense, que fora baleado na Av. Presidente Vargas ao reagir a uma tentativa de assalto, pois queriam lhe roubar um relógio de pulso. O que “torna estranho o procedimento do tenente” aos olhos do escrivão foi o fato de a vítima ter afirmado que fora baleada na Av. Presidente Vargas, em frente ao prédio dos Correios e Telégrafos – ainda em construção neste momento – e optara por ser atendida no Hospital de Bonsucesso, ao invés do Hospital Souza Aguiar, bem mais próximo. Mais incrível se tornou a história para o inspetor de polícia porque José Carlos tomou um ônibus em direção a Bonsucesso, com 4 ferimentos à bala de fogo, um deles na região abdominal.

Nas palavras do escrivão: “mas não é crível, pois são 4 ferimentos a bala, o que diminuiria bastante sua capacidade motora”. Posteriormente a vítima foi encaminhada ao Hospital do Andaraí<sup>93</sup>.

Talvez o tenente tivesse criado um álibi, para justificar os tiros que recebeu em outro local, mais próximo do Hospital de Bonsucesso. O importante foi perceber a interferência, no texto, do ponto de vista do escrivão, que não apenas descreveu o crime, mas também pontuou se a história era crível ou não.

Em 1971, um policial militar se viu envolvido em uma briga que resultou em lesão corporal dolosa, com agressão a soco. O eletricitista Ary da Silva, preto, desquitado, 41 anos, que trabalhava na Secretaria de Educação e Cultura, lotado na Biblioteca Estadual situada à Av. Presidente Vargas foi apresentado à 6ª DP junto ao servente da Secretaria de Educação e Cultura, lotado no Instituto de Belas Artes, Jorge de Souza e Silva, pardo, solteiro, 36 anos e a

---

<sup>92</sup> Arquivo da Polícia Civil, Setor de microfilmagem, Boletim de ocorrência da 6ª Delegacia policial: lesão corporal dolosa, 23/05/1975, rolo ano 1975.

<sup>93</sup> Arquivo da Polícia Civil, Setor de microfilmagem, Boletim de ocorrência da 6ª Delegacia policial: roubo, 25/05/1975, rolo ano 1975.

Otacílio Jorge de Oliveira, preto, solteiro, 36 anos, almoxarife do Serviço de Segurança Pública do Estado da Guanabara. Os três foram acusados de agredir a socos o policial militar Jorge Carlos de Carvalho, na Rua Pinto de Azevedo, próximo a Av. Presidente Vargas<sup>94</sup>.

O boletim não trazia mais informações além dos envolvidos na briga, mas apresentam características interessantes sobre quais categorias de trabalhadores frequentavam o Mangue, sua cor, seu estado civil e idade. Informou também que, nem sempre, a condição de policial militar inibia rugas e agressões, inclusive aos próprios membros da corporação.

Dentre os envolvidos, localizamos Otacílio Jorge de Oliveira em dois momentos no jornal *Diário de Notícias*. Dois meses depois do fato, ele foi nomeado, pelo Estado da Guanabara, chefe de seção de registro da Secretaria de Serviço Patrimonial<sup>95</sup>. No jornal, porém, o nome que consta é de Jorge Otacilio de Oliveira – existindo a chance de ser um homônimo.

Em 1973, havia uma nota de jornal sobre um crime ocorrido na praia da Barra da Tijuca em que o mesmo Jorge Otacílio de Oliveira com o mesmo endereço fornecido pelo boletim de ocorrência de 1971, foi encontrado morto, com sinais de espancamento após participar de uma pescaria com sete amigos e se envolver com algumas garotas que estavam na praia acompanhadas de quatro rapazes<sup>96</sup>. Caso seja o mesmo Otacílio, foi possível perceber em sua trajetória um histórico de sucessivos conflitos em momentos que seriam destinados ao lazer.

Na noite de uma terça-feira, o soldado do Exército brasileiro, Gelson de Carvalho, branco, solteiro, 19 anos, junto com o estudante Milton Barbosa da Conceição, branco, solteiro, 20 anos, assistiram a perseguição de um indivíduo a um grupo na Av. Presidente Vargas, altura do Viaduto dos Fuzileiros. Gelson e Milton conseguiram alcançar dois deles, um era o menor de idade José Luiz da Silva, preto, solteiro, 17 anos, sem profissão, residente em Padre Miguel, a outra, Ana lúcia da Silva, preta, solteira, 20 anos, sem residência e, segundo as informações dadas no boletim, “podendo ser encontrada na zona de baixo meretrício, Rua Pinto de Azevedo, nº8”. Quem perseguia o grupo era José Pernambuco da

---

<sup>94</sup> Arquivo da Polícia Civil, Setor de microfilmagem, Boletim de ocorrência da 6ª Delegacia policial: lesão corporal dolosa, 11/06/1971, rolo ano 1971.

<sup>95</sup> Biblioteca Nacional, Periódicos, **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, p.5, 10 de agosto de 1971.

<sup>96</sup> Biblioteca Nacional, Periódicos. **Diário de notícias**, Rio de Janeiro, p. 18, 09 de janeiro de 1973.

Rocha, solteiro, pardo, 34 anos, vendedor, natural do Estado que carregava em seu nome, que havia conhecido Ana Lúcia momentos antes da perseguição, na Zona do Mangue<sup>97</sup>.

José e Ana Lúcia tinham acertado a saída a um hotel pelo valor de vinte cruzeiros, mas na esquina da Rua Pinto de Azevedo, dois ou três assaltantes o abordaram e o imobilizaram com uma gravata para que os seus bens fossem retirados de seus bolsos. Depois disso, os assaltantes fugiram em direção à Av. Presidente Vargas, momento em que José passou a correr atrás deles. Quando conseguiu alcançar os assaltantes, José foi empurrado por eles para dentro do Canal do Mangue e, nesse momento, Gelson e Milton interviram agarrando o menor e a prostituta.

O jornal Diário de Notícias noticiou o caso<sup>98</sup>, e manteve a história de que Ana Lúcia não tinha nenhum envolvimento com os indivíduos que assaltaram José Pernambuco. Segundo Ana, eles estavam apenas bebendo e conversando, e o assalto ocorreu quando seguiam para a Praça da Bandeira. O jornal cita que o responsável por empurrar o vendedor era o menor de idade.

É importante considerar que este relato sobre o fato foi feito por Ana Lúcia, que afirmou ter corrido junto de José atrás dos assaltantes, negando qualquer participação no roubo. O menor José Luiz confirmou as declarações de Ana Lúcia e confessou ser o responsável por aplicar a gravata na vítima, acrescentando ainda que seu comparsa era conhecido como “Pelanca”, revelando que não eram 3 elementos, mas dois os envolvidos no roubo. Além disso, afirmou ser amigo de Ana Lúcia e que ela nada sabia sobre o assalto. O caso terminou de forma trágica, visto que só às 13h40 do dia seguinte fora encontrado no Canal do Mangue o cadáver de José Pernambuco.

Esse caso trouxe diversos elementos que possibilitaram a apuração das identidades que compunham o cenário do baixo meretrício. Um ponto importante a ser considerado é a relação próxima entre a prostituta e o menor que comete o assalto, pois na declaração de José Luiz ele afirma desconhecer que Ana Lúcia acompanhava José Pernambuco. Era possível que existissem acordos sobre quais pessoas poderiam ser assaltadas ou furtadas, justamente porque essas ações implicariam na situação da prostituta que acompanhava o cliente. Ou então, a mulher poderia estar envolvida no assalto e confirmar a história dela era importante

---

<sup>97</sup> Arquivo da Polícia Civil, Setor de microfilmagem, Boletim de ocorrência da 6ª Delegacia policial: roubo seguido de morte, fato anti-social, 05/07/1975, rolo ano 1975.

<sup>98</sup> Biblioteca Nacional, Periódicos. Assaltado e atirado no Canal do mangue. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 09 de julho de 1975.

para a garantia de sobrevivência nesse espaço. Não se trata de uma busca pela verdade dos fatos, mas sim de apuração de códigos de conduta inerentes aos sujeitos que habitavam e/ou trabalhavam no Mangue.

Ainda sobre esse caso, José Pernambuco da Rocha foi o mesmo nome encontrado entre os detidos por vadiagem no ano de 1973. Nesse registro, sua idade é de 32 anos, residência na Rua Noronha Santos, nº37, pardo, e sua prisão realizada na Rua Marquês de Pombal com Júlio do Carmo<sup>99</sup>. A idade, a cor e o nome coincidiram com a fornecida no boletim de ocorrência e na notícia sobre sua morte após o assalto. Esse cruzamento de informações forneceu diversas possibilidades para imaginar a trajetória de José Pernambuco. A mais coerente foi que ele era, de certa maneira, conhecido e conhecedor da Zona do Mangue.

Sobre a interferência do soldado e do estudante, ela pode indicar que a presença deles naquele espaço de socialização era comum uma vez que se tratavam de homens jovens, que tinham como forma de lazer frequentar e se divertir em bares com bebida barata e mulheres livres para negociar algumas horas da noite.

As páginas policiais informavam um cotidiano de homicídios no Mangue. O caso que analisamos, leva a crer em uma morte acidental, por afogamento. Outros documentos, porém, nos informam sobre homicídios dolosos, que sugerem rixas entre frequentadores e latrocínios – roubo seguido de morte.

Em janeiro de 1975, uma nota no jornal afirmava que “a zona de baixo meretrício viu, na madrugada de ontem, uma verdadeira cena de bang-bang”<sup>100</sup>. Tratava-se de um tiroteio envolvendo vários indivíduos, entre eles um servente, o dono de um bar da região e um policial militar, além de um homem que fugiu após efetuar disparos com uma arma de fogo.

O “bang-bang” aconteceu entre as ruas Pinto de Azevedo e Pereira Franco, depois que dois homens se desentenderam. Segundo o Diário de Notícias, muitas prostitutas correram em busca de abrigo durante a troca de tiros, confirmando a relação existente entre o Mangue e a prostituição. Além disso, o foragido, que teria acertado e matado o servente, além de baleiar o

---

<sup>99</sup> Arquivo da Polícia Civil, Setor de microfilmagem, Boletim de ocorrência da 6ª Delegacia policial: Vadiagem flagrante, 26/06/1973, rolo ano 1973.

<sup>100</sup> Biblioteca Nacional, Periódicos. Matou um, baleou servente e comerciante. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1975.

PM e o comerciante, era frequentemente visto na região e suspeitava-se que fosse um explorador de prostitutas.

Por se tratar de um baixo meretrício, parecia estranho que cafetões fossem meros desconhecidos, ou passassem despercebidos por entre os frequentadores da região. O mais provável era que o silêncio sobre a identidade do fugitivo ocorria por conta do poder local que ele representava naquela região. Seja por medo ou por empatia, quem assistiu ao tiroteio e viu matar o servente não quis relatar ao jornal ou aos policiais que apuravam o homicídio, quem era o desconhecido. As conseqüências de uma delação poderiam ser dolorosas.

Poderia se tratar de fato, do caso de um homem estranho ao Mangue que brigou e fugiu. Essa hipótese, entretanto, não parece plausível. Se fosse considerada verdadeira, por que levantariam a suspeita dele ser um “explorador de mulheres”?

A presença de policiais militares nas ruas da Zona do Mangue não se restringia apenas à solução de problemas com frequentadores e moradores. Muitos soldados, sargentos e cabos mantinham relações estreitas com os comerciantes da região, que poderiam ser donos das casas de prostituição ou de bares. Aproximar-se de algum membro da corporação poderia resultar em privilégios, como por exemplo a tranquilidade para administrar negócios ilícitos, sem as batidas policiais que afastavam a freguesia.

Existem muitos trabalhos sobre prostituição que observam a relação entre prostitutas e policiais, ressaltando a arbitrariedade dispensada no tratamento às mulheres, haja vista a falta de clareza quanto a abordagem por lenocínio. Apesar de ocuparem posições aparentemente opostas, policiais e prostitutas conviviam na mesma região e isso resultava na criação de redes de sociabilidades. O que não significava, de modo algum, que não havia repressão policial, espancamento de mulheres e abuso de poder nas prisões de prostitutas.

O importante a ser destacado é que, de uma forma ou de outra, havia a negociação entre esses dois agentes históricos, dentro de uma relação de poder em que o policial, na maioria das vezes, estava mais amparado pelas leis que as mulheres do Mangue. Mas isso não impedia que elas criassem estratégias de resistência à repressão, como bem mostrou o trabalho de Cristiane Schettini ao abordar as formas jurídicas que as prostitutas encontraram junto aos seus advogados, principalmente Evaristo de Moraes, para lidar com as prisões



arbitrárias.<sup>101</sup> O habeas corpus era uma delas, uma vez que por diversas vezes as prostitutas eram impedidas de transitarem pela cidade ou – no período analisado pela autora, entre os séculos XIX e XX – se mostrarem nas janelas e portas das casas de prostituição<sup>102</sup>.

Ainda que os policiais repreendessem o lenocínio, havia aqueles que também desfrutavam das opções de lazer oferecidas pelas casas de prostituição, ou pelos bares da região. Assim como militares de outras corporações que aproveitavam suas folgas ou o fim do expediente para beber com os colegas e negociar um encontro, como foi possível perceber nos boletins e notas jornalísticas.

---

<sup>101</sup> SCHETTINI, Cristiana. Op.cit. p.81.

<sup>102</sup> Ibidem, p. 32

## Conclusão

O foco desse primeiro capítulo foi apresentar as diversas nuances que contribuíram para a formação da Zona do Mangue, assim como compreender a maneira pela qual as políticas públicas intervíram na dinâmica da prostituição e das demais atividades atreladas a ela. Para tanto, após mostrar os diferentes contextos históricos pelos quais o baixo meretrício resistiu, foram analisadas algumas das identidades presentes nesse espaço a partir da construção e desconstrução das relações sociais.

A Zona do Mangue foi marcada pelas diversas tentativas de repressão às suas atividades. Apesar disso, o baixo meretrício se manteve resistente por muitas décadas, atravessando diferentes governos.

O auge da decadência de suas atividades ocorreu durante o Estado Novo, quando a polícia tinha como objetivo o fechamento das casas de prostituição e as obras da Avenida Presidente Vargas demoliram diversas casas, prédios e sobrados. Esse tipo de ação não prejudicava apenas as cafetinas e cafetões, mas também as prostitutas que precisavam de um espaço para trabalho, e comerciantes que dependiam do movimento estimulado pela prostituição.

Na década de 1950, uma nova forma de observar a prostituição foi implementada pelo Comissário Navarro: a República do Mangue. Em um contexto de debates e conferências internacionais para discutir o lenocínio e tráfico de pessoas, o baixo meretrício passou a ter suas casas administradas pelas próprias prostitutas, sem a cafetinagem para lucrar sobre o trabalho das mulheres.

Após o golpe civil-militar e a implantação da ditadura na década de 1960, a polícia voltou a reprimir com maior violência e arbitrariedade as pessoas da Zona do Mangue. Além disso, as grandes obras urbanas na região da Cidade Nova desapropriaram diversos bordéis, deixando inúmeras prostitutas às ruas, tendo que se prostituir no *trottoir*.

O baixo meretrício era entendido pelas autoridades como um espaço de degradação, o que levou a proliferação de discursos e ações da polícia e de sanitaristas para conter as pessoas que faziam parte dele.

O estudo dos boletins de ocorrências possibilitou a ampliação desse cenário, contribuindo com a inserção de diferentes atuações na zona de prostituição. A primeira a ser

citada e analisada neste trabalho foi a vadiagem, que trouxe à pesquisa o questionamento acerca da ressignificação do vadio ou vadia, uma vez que algumas prisões de indivíduos sob essa alegação consistia numa estratégia policial para deter em flagrante quem era considerado suspeito, ou quem, de alguma maneira, ultrajou o acordo com a polícia. Além disso, os boletins de vadiagem contribuíram para se pensar o perfil daqueles que compunham o Mangue.

As lesões corporais dolosas também trouxeram dados importantes para a pesquisa, principalmente porque elas eram frutos de brigas nas ruas ou bares do Mangue. As lesões costumavam envolver mais pessoas, e por isso, o registro era rico em elementos que ajudavam a pensar como era o baixo meretrício. Quem buscava diversão, envolvimento de policiais nos conflitos ou comerciantes e prostitutas que brigavam com seus clientes, por mais que os boletins fossem concisos quanto às motivações e relatos dos envolvidos – e é nesse ponto que entraram os jornais e, nos próximos capítulos, os processos – foi possível entender quem circulava pelo baixo meretrício e de que maneira os sujeitos agiam na resolução de conflitos.

Com os nomes das ruas onde os conflitos aconteciam, tínhamos o endereço dos locais de concentração de bares e casas de prostituição. Além disso, foi possível identificar que trabalhadores frequentavam o Mangue e, em alguns casos, saber o motivo da briga que poderia ser assalto, quebra de acordo entre prostituta e cliente, suspeita de furto ou acerto de contas.

Dessa forma, as análises construídas a partir dos boletins e dos jornais foram indispensáveis para observar a maneira como os atores sociais do baixo meretrício estabeleciam suas relações pessoais e profissionais, em meio aos conflitos que muitas vezes tinham desfechos violentos e trágicos.

Mesmo que a bibliografia sobre o tema em outros momentos históricos já apontasse para um cotidiano violento, o fato da análise se debruçar nos anos finais da Zona do Mangue, que posteriormente se reergueu sob o nome de Vila Mimosa, nos permitiu acompanhar a diminuição de certos tipos de registros a cada ano pesquisado. Essa contração gradual nos números, de certa maneira, confirmou a saída dos atores sociais que dinamizavam a zona do Mangue em busca de novos espaços para exercer as atividades que antes tinham marcado a identidade desse baixo meretrício.

Feita esta apresentação dos atores e costumes do Manguê, passemos a analisar, nos próximos capítulos, a dinâmica existente na atividade que era a marca da Zona do Manguê, a prostituição.

## Capítulo II

### “Vida rubra de bordel”: a prostituição na Zona do Mangue

Como acontecia todos os dias, Nina esperou o cair da tarde para tomar seu banho, perfumar o corpo e pôr as roupas de trabalho. Era uma quinta-feira e, para esse dia, ela escolheu um vestido azul, um azul turquesa de cetim, presente de um namorado. O vestido era bastante usado, revelava as condições da vida de quem batalhava no Mangue. Lembrou-se da primeira vez que o usara, era comprido demais, então pediu que uma colega fizesse a bainha. O decote suave e a bainha feita bem antes do joelho a deixavam bonita. Quando estava pronta para sair de casa, ao se olhar no espelho, lamentou as vestes tão maltrapilhas<sup>103</sup>.

Antes de sair lembrou do batom, o buscou no fundo da bolsa e, depois de pintar os lábios, pressionou a ponta do batom nos dedos e deixou as bochechas levemente rosadas. Era preciso tirar aquele tom pálido do rosto. Assim que abriu a porta principal da casa, se despediu de Tia Rosita, avisando que na volta traria o que lhe devia.

Tia Rosita era uma senhora que vivia sozinha há alguns anos em um sobrado na rua Presidente Barroso. De origem polonesa, seu nome verdadeiro não constava como Rosita, mas era assim que a conheciam na zona. Disso Nina não sabia. O que sabia era que ela havia sido dona de uma das casas de prostituição da República do Mangue<sup>104</sup>, demolida tempos depois, e onde vivera quando ainda criança, trazida para trabalhar como doméstica<sup>105</sup>.

Nina chegou bem nova à cidade do Rio, tanto que mal se recordava dos pais. Morou na Zona Norte do Rio no primeiro ano que chegou de Santos, e depois foi trabalhar com uma estrangeira que alugava quartos no Mangue, limpando os cômodos onde os clientes se encontravam com as prostitutas. Assim que começou a “botar corpo” (seios desenvolvidos, menstruação e pelos pubianos) e a atrair a atenção dos homens que frequentavam a casa, Rosita tratou de iniciar a jovem no meretrício.

Com o avanço da idade, as madrugadas de música, gargalhadas, brigas e batidas policiais prejudicavam cada vez mais a saúde da polonesa. A casa já muito antiga, foi

---

<sup>103</sup> Arquivo do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. Serviço de Gestão de Arquivos Permanentes (SEGAP). Processo Criminal, nº 4081/69, 26ª Vara Criminal, homicídio.

<sup>104</sup> Ibidem, “Dados Pessoais e Antecedentes”, folha 24.

<sup>105</sup> Ibidem, “Termos de Declaração”, folha 8, verso.

demolidada. Rosita foi viver junto a uma irmã muito doente, fora do Mangue, mas os cuidados que ela necessitava não estavam a seu alcance financeiro e físico. Então, a irmã foi para uma clínica de repouso, e Rosita se viu só.

Aos 82 anos, D. Rosita chamou uma das meninas que agenciava para viver em sua casa, mas o quarto seria alugado. O objetivo não se restringia apenas a aumentar a renda com o aluguel do cômodo. A idosa também estava em busca da companhia de alguém que fosse conhecido. Por ser uma mulher sozinha e vivida, sabia das rasteiras que poderia levar, ainda mais na idade em que estava.

Antes a polonesa convidara Grey, seu couteleiro e grande amigo, para dividir a casa. Eles se conheciam havia cerca de 20 anos, e em todo esse tempo Grey nunca tinha visto D. Rosita receber visitas de amigos e parentes<sup>106</sup>. Ela não recebia ninguém além dele em sua casa. Mulheres como ela costumavam envelhecer sozinhas, só recebiam amparo no pós-morte, no momento da divisão da herança. Mas Grey recusou o convite de sua amiga. Ele tinha sua própria vida, mesmo que simples, mas à sua maneira<sup>107</sup>.

Meses depois soube por Tia Rosita que ela arranjara alguém para ficar com o quarto. Era Nina sua nova companhia. Segundo a polonesa, tratava-se de uma moça muito gentil que sempre a agradava com os cuidados da casa. Além disso, a conhecia desde menina, quando ajudava as faxineiras a esfregar o chão da casa no Mangue.

Nos primeiros meses as duas se deram bem, compartilhavam experiências, comentavam a mudança brusca no tempo, a necessidade de comprar uma nova vassoura para casa e o preço alto dos alimentos. Nina ajudava a idosa na faxina e parecia grata pela oportunidade de viver em um lugar afastado do meretrício. Não precisava compartilhar o banheiro com várias pessoas, a cama estava limpa, apenas com seu próprio cheiro, e sentia-se segura. Essa sensação era das melhores que já havia experimentado, só perdia para a de não parecer prostituta.

Apesar de viver da prostituição havia muitos anos, Nina não se sentia à vontade com o que fazia. Em vários momentos era tomada por crises de ansiedade. Imaginava a reação de seus pais, que a tinham enviado ao Rio para ter uma vida melhor aos 11 anos, ao saber que ela se deitava com vários homens em uma noite para garantir o sustento. Tinham dias que depois

---

<sup>106</sup> Ibidem, “Termos de Declarações”, folha 9.

<sup>107</sup> Idem.

de muitos copos de cerveja, chorava e se arrependia da vida em que estava. Mas não saía do Manguê. Continuava a passar pelas ruas, se debruçar nas janelas e conduzir seus clientes para os quartos da casa.

Nina encontrou alguns namorados que prometeram tirá-la daquele lugar, mas no fim eles acabavam nos braços de outras fazendo as mesmas promessas e partindo seu coração. Então ela esbravejava contra a vida, contra todos que a colocaram nessa condição de vítima, vítima das escolhas dos outros e das suas<sup>108</sup>.

A convivência com Tia Rosita foi se tornando cada vez mais difícil, à medida em que os interesses das duas se chocavam. A polonesa sabia dos ganhos nas ruas e exigia um valor maior pelo quarto. Nina considerava injusta a mudança dos valores e se sentia explorada. Em muitas madrugadas ela chegava bêbada em casa e, irritada com a cobrança da Tia Rosita, se negava a pagar além do combinado. A dona da casa insistia que Nina fosse para o Manguê todos os dias e a prostituta se cansava de ser explorada<sup>109</sup>. A rixa entre elas tornava-se cada vez mais frequente<sup>110</sup>.

Certa vez, na mesa de um dos bares onde os homens costumavam beber antes de saírem para seus encontros amorosos, Nina confidenciou a um namorado que sabia da existência de um cofre guardado no quarto de Rosita. Ela achava que lá havia uma alta quantia em dinheiro guardada. Magoada, disse com convicção que boa parte lhe pertencia, pois era fruto de seu trabalho no Manguê. Nessa noite, sentiu-se furiosa e enganada pela mulher que a tinha colocado na casa só para enriquecer às suas custas. Compartilhou umas três garrafas de cerveja bem gelada, e já sentindo-se embriagada, resolveu voltar para seu quarto na casa da polonesa<sup>111</sup>.

Às 3h30 da manhã, a polícia que fazia ronda recebeu um chamado para comparecer a rua Presidente Barroso. Tinha ocorrido um assassinato em um sobrado, no quarto ao lado do de Nina. Era o corpo de Tia Rosita sobre sua própria cama, vestido com uma camisola de cetim. Em meio à colcha bordada que cobria sua cama, seu sangue cobria seus cabelos, rosto e franha. Os policiais procuraram a arma do crime e não encontraram. Não suspeitaram de latrocínio. A casa tinha diversos bens e nada tinha sido mexido. A porta não estava arrombada. Logo levantaram a hipótese que o assassino era alguém conhecido da falecida.

---

<sup>108</sup> Ibidem, folha 25, “Dados Pessoais e Antecedentes” folha 25.

<sup>109</sup> Ibidem, “Laudo de Exame de Sanidade Mental”, folha 70.

<sup>110</sup> Ibidem, “Das Investigações Preliminares”, folha 37.

<sup>111</sup> Ibidem, Termo de declarações”, folha 33.

Nina precisou depor na delegacia, foi ela quem encontrou o corpo. Em seu primeiro depoimento apontou Grey como o assassino. Ele era manicure de Rosita, poderia estar interessado no dinheiro que ela guardava. Enquanto depunha, jornalistas avisados do caso procuravam saber com os policiais o enredo da história, na esperança de garantir uma nota.

No dia seguinte, a foto de Nina estampou a página policial do *Correio da Manhã* como principal suspeita, mesmo depois de ter apontado o couteleiro como assassino. A polonesa apareceu com seu nome de batismo, Tube Morgenstein. Os jornais fizeram especulações acerca da riqueza guardada pela polonesa em seu sobrado, e apontaram Nina como prostituta, assassina e ambiciosa. Houve quem duvidasse que a mulher que dividia a casa com a idosa assassinada pudesse planejar o latrocínio, desconfiando que um namorado poderia ter orquestrado o assassinato.

Com o jornal em mãos, a meretriz sentiu-se pressionada a assumir a autoria do assassinato. Seu rosto e seu nome já estavam nos jornais, já tinham lhe atribuído o status de meretriz, o que mais poderia ser pior? Com a localização de Grey, após a polícia determinar que todos os homossexuais do Mangue fossem averiguados, o delegado colocou Nina frente a frente com o acusado para que saísse dali a confissão do assassino. Ou da assassina.

A tensão provocada pela atitude da polícia perturbou o discurso de Nina e fez com que ela decidisse levar os policiais até o sobrado para lhes mostrar como matou Tube. O delegado conseguiu a confissão. Ao ser questionada sobre a mentira contada aos policiais, ela respondeu que teve medo que as pessoas soubessem de sua vida como prostituta, de associarem sua imagem a do meretrício. Ao longo do depoimento disse que preferia a prisão a voltar para as ruas do Mangue. Seria de fato repulsa pela prostituição?

Esse caso se destacou frente aos demais processos devido à história das personagens se cruzarem com a história do próprio Mangue. A década de 1920 foi o momento em que o baixo meretrício recebeu um grande número de mulheres para ocupar as casas de prostituição. Dentre elas, como nos apresentaram os estudos de Cristiana Schettini, predominavam as negras e as polacas, diferente de outros locais onde a prostituição atendia indivíduos mais abastados:



(...) a Lapa, o Catete e a Glória passaram a ser considerados pontos de concentração de uma prostituição *chic* e moderna, de francesas e mulatas com clientela de nível, enquanto o Mangue abrigaria as polacas, russas e brasileiras negras<sup>112</sup>.

A brasilianista Sueann Caulfield destacou que as polacas eram as europeias pobres, entendidas como judias pela sociedade brasileira, apesar de muitas não serem. Uma parte dessas polacas chegou ao Brasil por meio de uma máfia, bastante conhecida no início do século XX, por traficar mulheres brancas da Europa Oriental para que se prostituíssem na América. Principalmente em Buenos Aires, Argentina, onde a política de prostituição tinha permitido o lenocínio, como muito bem foi assinalado por Margareth Rago<sup>113</sup>.

Em um artigo que tratava do nascimento da zona do Mangue, Caulfield problematizou a presença de determinados perfis de mulheres em certos espaços dedicados ao entretenimento masculino. A preferência por determinados perfis em detrimento de outros, denunciava a hierarquia social dos corpos na prostituição<sup>114</sup>.

Dessa forma, as brasileiras negras se prostituíam por valores abaixo dos cobrados pelas mulatas, além de oferecerem seus serviços em baixos meretrícios. Já as mulatas, ocupavam a Lapa e cobravam um valor mais elevado. Ou seja, quanto mais claro o tom da pele, mais caro podia se cobrar pelos serviços, assim como havia a possibilidade de transitar em espaços considerados mais nobres, ou elitizados. Segundo Caulfield

“Mulata” termo que por si só evocava sensualidade, era geralmente usado em referência àquelas que alcançavam um status mais privilegiado, por sorte, talento ou dotes físicos, e também pela cor da pele mais clara. “Preta” referia-se a mulher de cor considerada degradada. Enquanto as francesas, junto com as mais privilegiadas ou sortudas mulatas brasileiras, eram toleradas ou mesmo admiradas (...), a presença das polacas ao lado das brasileiras negras pobres causava enorme consternação.<sup>115</sup>

Apesar de a documentação não citar o ano de entrada de Tube no Brasil, nem informar se ela passou por outros países logo depois de sair da Romênia, sabemos que há pelo menos

---

<sup>112</sup> SCHETTINI, Cristiana. *Que tenhas teu corpo: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.p. 84.

<sup>113</sup> RAGO, Margareth. O caminho de Buenos Aires. In \_\_\_\_\_. **Os prazeres da noite: prostituição e códigos de sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)**. 2ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

<sup>114</sup> CAUFIELD, Sueann. *O Nascimento do Mangue: nação e controle da prostituição no Rio de Janeiro, 1850-1942*. *Tempo*, nº 9, 2000.

<sup>115</sup> *Ibidem*, p.48

20 anos trabalhava na república do Mangue – tempo que Grey, seu couteleiro, afirmou ser seu amigo e trabalhar para ela no Mangue<sup>116</sup>. Além disso, Nina teria entrado na prostituição através de Tia Rosita (pseudônimo de Tube), assim que saiu da infância e foi presa aos 36 anos<sup>117</sup>. Sendo assim, podemos inferir que a idosa assassinada trabalhou no Mangue como prostituta e cafetina, tendo mantido uma casa na República do Mangue.

Apenas em meados de 1968, Nina foi morar com a cafetina. A razão disso foi que a irmã doente de Tube, Golda, também conhecida como Olga, foi levada para uma clínica de repouso. Dessa forma, Tube pode acomodar Nina no quarto que antes era de sua irmã.

Segundo Nina, ela não era apenas inquilina do sobrado. Tia Rosita a pressionava para que todos os dias fosse até o Mangue se prostituir e, assim, repassar parte do dinheiro para ela. Então, para a meretriz, ela também tinha um papel de cafetina.

Grey, amigo da cafetina, não fez no interrogatório qualquer menção à prostituição de nenhuma das duas. Limitou-se a falar sobre sua relação de amizade com Rosita e o que a senhora havia dito a ele sobre sua inquilina. Ele afirmou que, inicialmente, a meretriz pagava diárias. Com o passar do tempo, e provavelmente conforme foi ganhando a confiança da idosa, o aluguel foi pago mensalmente. Todavia, se num primeiro momento a polaca rendia elogios à Nina, depois a convivência ficou mais difícil.

O couteleiro ainda afirmou que a meretriz chegava à casa de Rosita embriagada, irritada e a tratava mal. Um comportamento diferente daquele que ela tinha assim que passou a ocupar o quarto que era de Olga. Visto que a senhoria já tinha sido cafetina de Nina em uma das casas do Mangue, não foi difícil imaginar que ela tenha de fato a pressionado para que faturasse mais e pudesse, assim, ficar com uma maior quantia dos programas.

A relação entre prostitutas e cafetinas decorria de maneira complexa, como pudemos ver no caso de Tia Rosita e Nina. Mesmo que compartilhassem vivências comuns aos prostíbulos, cafetinas e prostitutas ocupavam lugares diferentes nas relações de poder. Todavia alguns relatos afirmavam a existência de afeto entre elas<sup>118</sup>. Essa afetividade tinha a ver com a ideia de acolhimento, que muitas vezes podia se dar em momentos urgentes,

---

<sup>116</sup> Arquivo do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. Serviço de Gestão de Arquivos Permanentes (SEGAP). Processo Criminal, nº 4081/69, 26ª Vara Criminal, homicídio, “Termos de declarações”, folha 9, verso.

<sup>117</sup> *Ibidem*, folha 7, verso.

<sup>118</sup> LEITE, Gabriela. *Filha, mãe, avó e puta: a história de uma mulher que decidiu ser prostituta*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009, P. 64.

quando as mulheres se encontravam vulneráveis, inexperientes e necessitadas de um lugar para morar e trabalho para se manter. Nessas situações, em sua maioria iniciais, a cafetina apresentava uma imagem próxima à maternal, o que foi bem analisado por Don Kulick quando investigou a prostituição de travestis em Salvador<sup>119</sup>.

No entanto, essa relação entre as donas das casas e as prostitutas também era marcada por conflitos e diferença de interesses. Principalmente quando considerado o fato de a cafetina tirar seu lucro a partir do trabalho de outra pessoa. Em muitas casas, era repassado às cafetinas uma parte referente a cada encontro com o cliente. O que seria condizente com a tarifa para uso das dependências do prostíbulo. Dependendo da quantia repassada e do valor do programa, a prostituta recebia bem menos do que havia cobrado aos clientes. O que podia ser entendido como exploração.

A antropóloga Adriana Piscitelli é uma das pesquisadoras do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu<sup>120</sup> e possui diversos estudos sobre prostituição, tráfico e exploração sexual. Em um de seus artigos, na pesquisa feita com prostitutas na Espanha, a antropóloga afirmou que as entrevistadas se reconheciam como trabalhadoras. Logo, essas mulheres poderiam ser objetos de uma exploração comum a todos que trabalham: a exploração econômica<sup>121</sup>. Sendo assim, a exploração vivida por uma mulher no Mangue, poderia ser vivida por uma doméstica, se atrelado ao contexto econômico<sup>122</sup>.

---

<sup>119</sup> KULICK, Don. *Travesti: prostituição, sexo, gênero, e cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008. Esse trabalho será melhor explorado no próximo capítulo.

<sup>120</sup> O Observatório da Prostituição é um projeto de extensão do Laboratório de Etnografia Metropolitana-LeMetro/IFCS-UFRJ, que tem como objetivo fazer circular sentidos variados da prostituição e promover o pleno reconhecimento dos direitos das prostitutas à cidade e ao trabalho sexual. Ver: <http://www.observatoriodaprostituicao.ifcs.ufrj.br/quem-somos/>

<sup>121</sup> PISCITELLI, Adriana. Exploração sexual, trabalho sexual: noções e limites. In. SILVA, Daniele Andrade da [et al] (orgs.). **Feminilidades: corpos e sexualidades em debate**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. p.147 – 164.

<sup>122</sup> Ibidem, p. 157, 158, 159. Nesse artigo, Piscitelli exemplifica essa situação a partir da fala de uma das prostitutas que se sentia explorada porque não podia utilizar o próprio celular para pedir a própria comida, uma vez que era a gerente quem fazia esses pedidos e a entrevistada considerava os preços bastante elevados. Além disso, a pesquisa problematizou os diferentes sentidos dados à exploração na prostituição. Esses sentidos mudam de acordo com o lugar onde havia a fala sobre o assunto. Segundo os abolicionistas, aqueles que se posicionavam a favor do fim da prostituição livre, a prostituição era exploração sexual porque é através dela se obtém prazer por meio da sexualidade de outra pessoa. Para OIT (Organização Internacional do Trabalho), em um relatório global de 2005, a *exploração sexual* ocorre quando crianças ou adolescentes exercem atividades relacionadas a prostituição ou quando pessoas adultas, mulheres ou homens, entram na prostituição de maneira involuntária ou ingressam por vontade própria mas não podem sair. A autora ainda complementou explicando que o termo *prostituição forçada* tem sido utilizado para marcar a diferença com as pessoas que entram na prostituição voluntariamente, definindo a situação da trabalhadora que tem sua liberdade cerceada. E por último, as mulheres que reivindicam para si a condição de trabalhadora observam que os problemas referentes ao seu trabalho como prostituta tem a ver com a exploração econômica.

De qualquer maneira, a representação da dona da casa era de uma mulher experiente na prostituição, conhecedora tanto dos artifícios e meios de garantir o retorno dos bons clientes, quanto dos caminhos para um bom investimento do que ganhara como meretriz. Muitas cafetinas foram prostitutas no passado e, por isso, entendiam do ofício, sabiam dos problemas a serem enfrentados e dos prazeres desfrutados.

Assim, as mulheres recém-chegadas à prostituição recebiam suas primeiras orientações das donas da casa, assim como das colegas veteranas<sup>123</sup>. Uma das especificidades da prostituição estava nesse ofício ser transmitido pela fala, e dividido pela observação das experiências.

As explorações sofridas por essas cafetinas, quando jovens prostitutas, foram reproduzidas no momento em que elas alçaram uma posição privilegiada frente às demais meretrizes. Todavia, para além de serem somente exploradas, as prostitutas recém-chegadas aprenderam com as cafetinas os segredos do ofício, as regras implícitas e explícitas de convivência. Essas mulheres mais velhas contribuíram com sua experiência e proteção. Não era rara a situação de exploração, na qual as quantias exigidas pelas cafetinas comprometiam a sobrevivência das jovens prostitutas, as vinculando a essas casas.

Por isso, muitas prostitutas exerciam sua atividade a partir do *trottoir*. Traduzida ao pé da letra como “caminhar”, o *trottoir* era o tipo de prostituição que acontecia nas ruas, calçadas. As mulheres ocupavam trechos de ruas e lá ofereciam seus serviços aos homens que passassem a pé ou de carro. Depois de definido os valores e o que aconteceria, os clientes eram conduzidos à um quarto ou um local vazio onde o encontro seria consumado. O que poderia ser dentro do carro também.

Essa prática foi bastante reprimida pela polícia, principalmente porque as autoridades entendiam que a prostituição estava invadindo um espaço que não era próprio para essa atividade. Por conta disso, homens passaram a cuidar de determinadas ruas, tal como um segurança das prostitutas, a fim de garantir que os policiais não importunassem as mulheres enquanto trabalhavam. Além de zelarem pelas mulheres, também asseguravam o pagamento do programa. Havia cliente que não pagava pelo serviço prestado. A ele o rufião cobrava caro.

O nome dado a esses homens que prestavam o serviço de segurança às prostitutas era rufião. Todavia, sabe-se que muitas prostitutas tinham uma relação um tanto conturbada com

---

<sup>123</sup> LEITE, Gabriela. Op. cit. p. 66.

esses “seguranças” que muitas das vezes as exploravam, forçando essas mulheres a terem mais clientes do que elas desejam ou suportam<sup>124</sup>.

Além de dependerem da proteção desses homens, algumas mulheres estavam vinculadas afetivamente a eles, o que de certa forma era um meio pelo qual os rufiões poderiam exercer a exploração a partir da dependência emocional. Assim Armando Pereira definiu os rufiões

(...) são uma espécie de empresários, que por vezes também funcionam como amantes (menos do que geralmente se crê) e como guarda costas da prostituta.<sup>125</sup>

A cafetina não podia ser compreendida somente como uma liderança das mulheres que se prostituíam, assim como não cabia apenas o título de empresária. A prostituição, assim como qualquer trabalho, guardava suas singularidades. Havia particularidades desde a forma como as mulheres chegavam a esse ofício até a maneira que iriam desempenhá-lo.

Portanto, não cabia entender a prostituição a partir de perspectivas que não abrangiam o modo como o exercício do meretrício acontecia. As regras e costumes criados, recriados, ressignificados e desconstruídos dentro de espaços onde a prostituição era a principal atividade condiziam com as experiências vividas e aprendidas no meretrício. Logo, o objetivo era reconhecer que cada categoria de trabalho tinha suas especificidades<sup>126</sup>, inclusive a prostituição.

Nem todas as mulheres se sentiam seguras procurando por clientes nas ruas, como no *trottoir*. E tantas outras não queriam ter que pagar por sua segurança a um homem, como rufião ou cafetão, além daquelas que precisavam manter o anonimato. Por isso, as casas de prostituição gerenciadas por cafetinas eram para algumas mulheres um lugar de maior acolhimento<sup>127</sup>.

A República do Mangue foi uma maneira nova no Brasil de pensar o meretrício. Colocada em prática na década de 1950 pelo comissário Navarro, esse modelo de reorganizar

---

<sup>124</sup> PEREIRA, Armando. *Prostituição uma visão global*. 2ed. Rio de Janeiro: Pallas, 1976.

<sup>125</sup> JUNIOR, Otavio de Freitas. Histórico e causas da prostituição. In: **A prostituição é necessária?** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966. p.67

<sup>126</sup> OLIVIAR, José Miguel Nieto. *Devir puta: políticas da prostituição de rua na experiência de quatro mulheres militantes*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. p.34

<sup>127</sup> LEITE, Gabriela. Op cit. 64

a prostituição foi introduzido na Zona do Mangue com o objetivo de acabar com o lenocínio mantendo a prostituição<sup>128</sup>.

A manutenção da prostituição ocorreu por pelo menos dois motivos. Primeiro, a repressão contra a prostituição não acabaria com a atividade. O que acontecia quando a repressão aumentava era a mudança de espaço ocupado. Com as casas fechadas, restava as ruas para as prostitutas buscarem seus clientes. Segundo, prostituição não era crime, lenocínio sim. Logo, a estratégia do comissário foi prender apenas as cafetinas e cafetões do Mangue.

Desse modo, os policiais concederam às prostitutas o controle das casas de prostituição. De tempos em tempos elas escolheriam uma gerente<sup>129</sup> que ficaria responsável por recolher uma quantia de cada uma das mulheres para a manutenção da casa. Logo, não existiria lucratividade a partir da prostituição, ou melhor, não haveria lenocínio<sup>130</sup>.

Os valores recolhidos pelas gerentes das casas eram repassados para a conservação do lugar e pagamento do salário dos funcionários de apoio, que poderiam ser copeiros, domésticas, seguranças ou cozinheiros. Entretanto, tiveram casos de gerentes que diante das elevadas quantias, decidiram fugir. Ou que repassavam o dinheiro para as antigas cafetinas, que as usavam como fachada<sup>131</sup>.

Armando Pereira narrou em seus livros diversas histórias de mulheres que sustentavam seus amásios através da prostituição, e em uma de suas análises ele afirmou que algumas gerentes das casas repassavam o dinheiro aos seus maridos<sup>132</sup>. Fosse por pressão desses homens, ou por agrado, os relacionamentos amorosos das prostitutas foram apresentados na literatura como situações nas quais elas precisavam sustentar os homens para obter seu amor.

Talvez Nina tenha vivenciado esses abusos quando experimentou a convivência familiar com alguns de seus amásios. Ela relatou no processo que durante o período em que trabalhou no Mangue, antes de ir para o sobrado na Presidente Barroso, morou no bairro da Glória. Lá, viveu com os amantes que encontrou ao longo de sua vida.

---

<sup>128</sup> PEREIRA, Armando. Op cit. 137

<sup>129</sup> O delegado Armando Pereira relatou em seu livro Prostituição uma visão global os problemas gerados no judiciário por conta do nome dado a quem iria gerenciar a casa, de modo que não fossem entendidas como novas cafetinas, mas sim alguém que estava trabalhando de acordo com as premissas para a constituição da república do Mangue.

<sup>130</sup> PEREIRA, Armando. Op. cit. p.139.

<sup>131</sup> Idem.

<sup>132</sup> Idem.

Aos 20 anos, uma gravidez indesejada a obrigou a partir para Santa Catarina, onde teve o filho. No entanto, a criança teria nascido morta e, por isso, ela retornou ao Rio<sup>133</sup>. Não havia relatos sobre a existência de familiares de Nina no Sul. O seu nome e de seus pais davam a entender que seus familiares tinham origem estrangeira, alemães talvez. Mas em sua memória trazia a lembrança de ter vindo, ainda criança, da cidade de Santos, em São Paulo, sem qualquer registro de convívio com os pais.

A questão era que a trajetória de uma mulher que veio de outra cidade para ter um trabalho no Rio de Janeiro se apresentou bastante comum, uma vez que boletins de ocorrência e processos envolvendo mulheres, possivelmente prostitutas, tinham suas naturalidades diferentes do Estado da Guanabara.

Provavelmente, essa migração quando criança tinha relação com a dificuldade de se criar os filhos e filhas, e a facilidade com que as pessoas davam seus filhos para outros criarem. Mas havia também o caso de moças, ou adolescentes, que chegavam à cidade porque tinham deixado de ser virgens, envergonhando a família ou queriam viver com mais liberdade.

De acordo com a documentação policial, os relacionamentos que Nina estabelecia, tinham como propósito se afastar da prostituição<sup>134</sup>, estratégia que adotara em virtude da ausência de qualificação. Ela era analfabeta e nunca frequentara a escola. Será que essa mulher só escolheu a prostituição por conta dos rendimentos serem superiores aos de doméstica? Foi auxiliando na limpeza de casas que ela conheceu o Mangue.

O processo ainda falava sobre sua relação com as drogas. Ela seria alcoólatra e viciada em psicotrópicos não especificados. Era provável que a relação com todas as drogas tenha se iniciado assim que começou a trabalhar com a prostituição, o que também a vinculava à vida no Mangue para além da necessidade financeira. Pode ser também que sua fala inicial para a polícia tenha sido uma tentativa de se vitimar diante da autoria do assassinato, justificando seu feito por conta da vida que levava, sem se orgulhar dela<sup>135</sup>.

Em seu depoimento, Nina afirmava para o delegado que não compreendia o motivo de seu ato. Pouco se lembrava do que tinha acontecido assim que chegou à casa de Tia Rosita, e

---

<sup>133</sup> Arquivo do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. Serviço de Gestão de Arquivos Permanentes (SEGAP). Processo Criminal, nº 4081/69, 26ª Vara Criminal, homicídio, “Situação Familiar”, folha 25.

<sup>134</sup> Idem.

<sup>135</sup> Ibidem, “Termo de Declarações”, folha 33.

ficou bastante nervosa e triste pela morte dela. Tendo em mente esse panorama, podia ser que a ação das drogas, aliada aos conflitos que vivia, tenha gerado um surto psicótico. Essa hipótese ficou mais forte quando levamos em consideração os relatórios ambulatoriais e psiquiátricos realizados ao longo de sua passagem pela cadeia (cerca de 15 anos), que apontaram um distanciamento da ré em relação à realidade<sup>136</sup>.

Levantar as motivações para as ações dos atores envolvidos nesta trama, bem como o desenrolar dos fatos, foi importante não para descrever a realidade passada tal como ocorrera. O objetivo foi o de suscitar hipóteses que facilitassem o entendimento acerca das possibilidades de ação dentro do baixo meretrício para, assim, nos aproximarmos da compreensão sobre as relações de sociabilidade construídas e desconstruídas na Zona de Mangue.

Os arranjos e estratégias apresentadas nesse processo mostraram a dinâmica dos vínculos estabelecidos no baixo meretrício. A ausência de parentes de Tube para lidar com a documentação da sua morte e da partilha de seus bens trouxe à tona a solidão das prostitutas. Ou não puderam construir núcleos familiares, ou foram separadas dos mesmos, esquecidas. Principalmente se tratando de mulheres estrangeiras, talvez traficadas da Europa Oriental.

O acúmulo de dinheiro e joias no cofre denotava como os ganhos com a prostituição podiam ser elevados, principalmente se comparados com a função descrita em sua documentação: doméstica.

Tube e Nina representaram a essa pesquisa as relações vividas na prostituição através da história. Será que Tube foi uma das vítimas do tráfico de mulheres, no início do século XX? Será que a cafetinagem era o caminho comum para essa senhora? O que fazia parte da dinâmica do meretrício? Ela havia sido prostituta, conhecia as regras, as estratégias, o *métier*. Talvez pensasse que não havia outra coisa a fazer de sua vida.

O fato de Tube ser estrangeira, provavelmente, lhe rendeu ganhos superiores aos das mulheres brasileiras que dividiam o Mangue com ela. Essa hipótese veio da diferenciação na ocupação de espaços no caso das mulatas e “francesas” da Lapa. Apesar de estar em um baixo meretrício, onde as mulheres eram conhecidas por ter menos atrativos e cobrar preços mais baixos, o fato de ser estrangeira provavelmente lhe rendia um diferencial frente às brasileiras.

---

<sup>136</sup> Ibidem, “Laudo de Exame de Sanidade Mental”, pp.67-79.



Fazer uso do nome Rosita também poderia ser uma estratégia para provocar o imaginário dos clientes, ou seja, junto com o codinome, havia uma outra personalidade, uma personagem.

Sendo assim, observar a forma como as trajetórias de Tube e Nina se cruzaram na zona do Manguê é ter materializada em documentação as formas pelas quais a prostituição se assumiu ao longo do século XX. E como processo histórico que é, a prostituição e o Manguê tiveram suas continuidades e rupturas.

## Domésticas

Dentre as continuidades, é importante atentar para a recorrência da categoria doméstica. Presente na maioria dos casos envolvendo mulheres, essa ocupação trouxe à pesquisa a ausência de certezas quanto à atividade desenvolvida pelas réis, denunciantes, acusadas, vítimas e testemunhas dos boletins de ocorrência e dos processos criminais. Uma vez que essa categoria aparecia como resposta ao item ocupação, não era possível relacioná-las de maneira direta à prostituição. Foi necessário considerar uma série de circunstâncias apresentadas no caso para levantar a hipótese de que viviam do meretrício.

Com um olho inchado e um corte na sobrancelha, Irene compareceu à 6ª Delegacia de Polícia para fazer uma queixa contra um desconhecido que seria o autor dos ferimentos<sup>137</sup>. Ao dar seus dados ao escrivão, Irene disse ser doméstica. A única informação, no boletim de ocorrência, que de fato a aproxima do meretrício é que a agressão aconteceu num final de tarde na Zona do Mangue.

No entanto, o Mangue não é um lugar só de prostitutas. É completamente possível que alguém que preste serviços como doméstica viva em uma das casas da região, ou que trabalhe em casas de prostituição as limpando. Então não há como duvidar que ela fosse doméstica levando em consideração apenas a localização presente no documento. Mas o boletim apresentou outro dado: Irene foi agredida por um desconhecido e, além disso, não tinha testemunhas para citar.

O fato de o agressor ser desconhecido nos deu, no mínimo, três caminhos e um desdobramento. Como ser agredida por um desconhecido numa casa de família? Que família era essa que abrigava desconhecidos? Irene fora agredida pelo companheiro e teria dado queixa na polícia para que ele se sentisse ameaçado. Ela afirmou não o conhecer porque seu objetivo não era a detenção dele, mas sim assustá-lo com os boatos que se seguiriam após sua saída da delegacia. Nesse caso, manteríamos a ideia que de fato Irene era uma doméstica.

Irene era mais uma das muitas prostitutas do Mangue e podemos imaginar que tinha um cafetão a explorá-la. Em uma das brigas entre eles, seguindo este raciocínio, o cafetão socou seu rosto e atingiu o olho. Com raiva, ela seguiu até a delegacia para prestar queixa. Lá,

---

<sup>137</sup> Arquivo da Polícia Civil, Setor de Microfilmagem, Boletim de Ocorrência da 6ª Delegacia Policial: Lesão Corporal, 26/08/71, rolo ano 1971.

se deu conta que seu agressor conhecia os policiais, inclusive o escrivão que a ouviu e redigiu o boletim e, com medo da retaliação, decidiu ocultar o nome de seu agressor.

Ainda havia a possibilidade de o agressor ser de fato um desconhecido que a abordou como um cliente e que, depois do programa, decidiu não pagar pelos serviços prestados. Então ela não tinha realmente como dizer quem havia lhe ferido. E, ao se afirmar como prostituta, podia ser que os policiais lhe dessem pouca importância, ou que, até mesmo se negassem a fazer o registro.

Confirmar passagens pelo baixo meretrício não se assimilava a negar que as mulheres fossem domésticas. Foi necessário considerar que em algum momento de suas vidas elas trabalharam em casas de família, ou casas de prostituição (como aconteceu na trajetória de Nina) varrendo, espanando e arrumando. Além disso, tinha a possibilidade de usarem o termo doméstica com o objetivo de se afastarem da marginalidade, pois assim poderiam legitimar suas falas ou evitar constrangimentos.

Leila só compareceu à delegacia para prestar queixa contra seus agressores depois de 10 dias em coma no Hospital Souza Aguiar. Antes do ocorrido, ela havia discutido com Enir por conta de um dinheiro que lhe devia. Horas depois da discussão, um carro a perseguiu e, quando a alcançou, a atropelou, passando diversas vezes sobre seu corpo. Era Niltinho quem conduzia o carro, companheiro de Enir, que ocupava o banco do carona. Antes de perseguirem Leila, ameaçaram agredi-la caso não conseguisse pagar a dívida. Sem dinheiro para pagar sua credora, ela fugiu e o carro a seguiu.

Leila foi até a polícia acusar Enir e seu companheiro pela tentativa de homicídio. O carro usado por Niltinho era da empresa em que ele trabalhava. Esse reconhecimento, mesmo que restrito, sugere que o motorista trabalhava pela região do Mangue. A vítima o conhecia há algum tempo, sabia qual carro ele usava para trabalhar. Além disso, o uso de grande violência para cobrar Leila, demonstra que ele sabia como assustar ou dar fim a uma devedora ou devedor. Pode ser que, além de amásio de Enir, ele fosse seu cafetão e a cobrança dessa dívida também lhe dizia respeito. O atropelamento proposital sofrido por Leila não parece ter ocorrido apenas com o intuito de fazê-la pagar, como também de impor respeito e “dar o exemplo” na região.

Sobrevivente, ela era doméstica, conforme a qualificação apresentada em seu boletim de ocorrência. A cada momento que o termo doméstica se apresentava em um boletim ou

processo criminal, ficava mais evidente que o seu uso não tinha ligação direta com a prestação desse serviço.

A questão era que essas mulheres com formação escolar rudimentar, pobres e negras, estavam preenchendo a ocupação com uma atividade com menor estigma que a prostituição. A opção por se apresentar como doméstica configurava uma estratégia dessas mulheres de serem ouvidas pelas autoridades de segurança, ou resguardadas de abusos e violências cometidas pelas instituições do Estado.

Além disso, desde meninas essas mulheres pobres esfregavam chão, tiravam poeira e recebiam muito pouco pelo trabalho exaustivo e o abuso do patrão e da patroa. Eram resquícios da sociedade brasileira escravagista<sup>138</sup>. Dessa forma, o que muitas dessas mulheres reconheciam como trabalho a ser declarado era o primeiro que a maioria teve contato: o doméstico.

Em alguns momentos, a categoria doméstica apareceu como meio de sair de uma situação de risco, como o caso das prisões. Ao ser abordada por policiais, Sônia negou que fosse vadia<sup>139</sup>. Ela disse que trabalhava em serviços caseiros e era alfabetizada. Todavia, os policiais a conduziram até a delegacia, pois afirmaram já a conhecerem de outras detenções. A defesa de Sônia alegou que ela vivia dos proventos de seu marido que trabalhava em uma fábrica<sup>140</sup>. Além disso, Sônia trabalhava como doméstica para ajudá-lo nas contas de casa.

O processo não apresentou o nome do marido de Sônia, tampouco um documento comprobatório de seu trabalho como doméstica. A extensa ficha criminal informava suas detenções por contravenção, art.59 e art.65<sup>141</sup>, mas todas “sem resultado” no julgamento.

---

<sup>138</sup> O artigo de Flávia Fernandes, presente no livro *Mulheres Negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*, evidenciou que o trabalho doméstico realizado no período pós-abolição era predominantemente feito por mulheres negras ou pardas. Segundo a autora, “a inserção dessas mulheres no universo do trabalho, por intermédio da realização de atividades domésticas remuneradas, pode ser explicada pela análise de diferentes fatores, entre os quais se destacam as relações entre a escravidão – já que como foi discutido, muitas escravas foram alocadas como “criadas de servir” – e os arranjos de trabalho que envolviam a “locação de serviços domésticos” após a conquista da liberdade”. SOUZA, Flávia Fernandes de. *Escravas do lar: as mulheres negras e o trabalho doméstico na corte imperial*. In: XAVIER, Giovana, FARIAS, Juliana Barreto, GOMES, Flávio (orgs.). **Mulheres Negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro, 2012. P. 244-260.

<sup>139</sup> Arquivo do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. Serviço de Gestão de Arquivos Permanentes (SEGAP) Processo Criminal, nº4573/71, ano 1971, 24ª Vara Criminal, folha 2, verso.

<sup>140</sup> *Ibidem*, folha 16.

<sup>141</sup> *Ibidem*, “Folha de Antecedentes”, folha 19.

Assim, o juiz entendeu que a ré não tinha como comprovar que a ação dos policiais foi errada. O nome de Sônia foi jogado no rol dos culpados<sup>142</sup>.

Em outro caso, Elizabeth e Walquíria iniciaram uma briga na frente de uma das casas da rua Pinto de Azevedo. Com uma tesoura na mão, Walquíria partiu para cima e disferiu diversos golpes nos braços e na barriga de Elizabeth que tentava, sem sucesso, conter sua agressora. Com as mãos ensanguentadas, Walquíria fugiu, deixando sua vítima aos cuidados dos passantes que logo a conduziram para o Hospital Souza Aguiar. Elizabeth vivia no Mangue, as duas apareceram nos registros policiais como domésticas<sup>143</sup>.

Ao retornar de mais uma noite de trabalho, às 7h30 da manhã, a meretriz Marina encontrou, onde pernoitava havia uma semana, uma mulher morta. Era Wanda, dona de uma habitação coletiva onde meretrizes costumavam dormir após o dia de trabalho<sup>144</sup>. Com uma toalha branca de mãos sobre o rosto, a vítima foi asfixiada durante a madrugada. Marina afirmou não ter profissão, mas trabalhava no baixo meretrício, como “doméstica”.

A presença de domésticas nos boletins e processos citados chamou a atenção ao longo de toda pesquisa. O estreitamento entre as duas categorias, doméstica e prostituta, provocou diversos questionamentos quanto a tenuidade dos marcadores sociais para as mulheres pobres. Se a prostituição podia ser sinônimo de promiscuidade, desonra e imoralidade, o trabalho doméstico resgatava a ideia de dignidade, moralidade e esforço.

Prostituição e trabalho doméstico produziam visões social e moralmente antagônicas. Todavia se aproximaram porque eram comuns às mulheres pobres, com grandes restrições na escolha de atividades remuneradas. Elas eram carentes de qualificação profissional, e com trajetórias marcadas pelo abandono, seja do Estado ou da família.

Essa ausência de recursos desfez visões romantizadas sobre o baixo meretrício, assim como permitiu que a pesquisa enxergasse as mulheres retratadas como agentes de suas trajetórias.

Assumir-se prostituta era ver se desfazer boa parte das relações pessoais e parentais que a mulher construía ao longo de sua vida. Então, a ocultação da vida no meretrício não

---

<sup>142</sup> Ibidem, “Cópia do Termo de Audiência”, folha 21, verso.

<sup>143</sup> Arquivo da Polícia Civil, Setor de microfilmagem, Boletim de ocorrência da 6ª Delegacia policial: agressão corporal (agressão a tesoura), 10/06/1975, rolo ano 1975.

<sup>144</sup> Arquivo da Polícia Civil, Setor de microfilmagem, Boletim de ocorrência da 6ª Delegacia policial: Homicídio qualificado, 14/06/1975, rolo ano 1975.

estava relacionada necessariamente a não gostar da prostituição. E sim às consequências de se afirmar como meretriz do Mangue.

Porém nem todas as mulheres do Mangue escondiam sua vida de meretriz, ou viam somente o trabalho doméstico como profissão. Neusa, quando perguntada se era vadia, disse que não, pois vivia da venda do próprio corpo<sup>145</sup>. Apesar de ainda dizer que trabalhou um tempo como doméstica, declarou trabalhar como prostituta, no momento de sua detenção.

As perguntas feitas à acusada de vadiagem, apresentadas no processo, pareciam querer descobrir os motivos de sua continuidade na vida de meretriz. Aos olhos de Neusa, o retorno ao trabalho doméstico não parecia possível por conta de seu passado. Ela se envolveu em um assalto a mão armada e também foi presa por porte ilegal de arma. Na audiência, decidiu dizer ao juiz que trabalhava como doméstica para uma senhora chamada Maria e recebia, por mês, NCR\$ 60,00<sup>146</sup>. Ela ainda afirmou que foi presa, às 14h30, quando aguardava o ônibus que a levaria para casa, próximo ao Hospital Francisco de Assis, no Mangue.

Se comparado o valor mensal recebido por Maria (que ela dizia ser de NCR\$ 60,00) à média da diária obtida por Nina como meretriz (NCR\$40,00<sup>147</sup>), foi possível observar a discrepância de ganhos entre o trabalho doméstico e a prostituição. Não foi difícil imaginar por que a vida nas ruas, ou nas casas de prostituição, chamava a atenção dessas mulheres.

Foi importante colocar em questão esses valores uma vez que esse era um dos maiores motivos para a escolha pela prostituição no Mangue. O delegado Armando Pereira, em uma de suas entrevistas concedidas à historiadora Beatriz Kushnir, falou sobre a dificuldade que assistentes sociais tinham de entender a escolha pela prostituição, mesmo depois de terem aprendido alguma outra profissão<sup>148</sup>. Ele chegou a acusar as assistentes sociais de romantizar a vida no baixo meretrício, pois na visão dele, elas achavam que com outra oportunidade em mãos as mulheres deixariam a prostituição.

---

<sup>145</sup> Arquivo do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. Serviço de Gestão de Arquivos Permanentes (SEGAP). Processo Criminal, nº5919/69, “Auto de Prisão em Flagrante”, folha 15.

<sup>146</sup> Ibidem, “Interrogatório do Acusado”, folha 18.

<sup>147</sup> Arquivo do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. Serviço de Gestão de Arquivos Permanentes (SEGAP). Processo Criminal, nº4081/69, “Situação Individual”, folha 24.

<sup>148</sup> PEREIRA, Armando. Armando Pereira: depoimento [Maio, 1993]. Entrevistadora: Beatriz Kushnir. Rio de Janeiro, ano, Arquivo da Cidade.

Muitas domésticas sobreviviam com pouco dinheiro. Em muitos casos, as domésticas viviam na casa dos patrões, o que achatava seus salários uma vez que, na visão de seus empregadores, elas já recebiam comida, teto e proteção.

Além do baixo rendimento, a prestação de serviços domésticos trazia diversos problemas e inseguranças. O assédio dos homens da casa era um dos problemas vividos pelas domésticas, como insinuações de cunho sexual, abuso e estupro<sup>149</sup>. O que poderia gerar também desdobramentos em relação às mulheres da casa, ou patroas, que por ciúme demitiam as domésticas, mesmo que elas não tivessem para onde ir. Imaginemos como deve ter sido difícil para aquelas que saíram quando muito jovens de suas casas no interior para morar na casa dos seus empregadores, e verem-se demitidas de súbito.

O objetivo dessas considerações foi pensar as condições nas quais essas mulheres faziam suas escolhas. O leque de opções de trabalho era restrito. E mais, mesmo que a reivindicação de posse do próprio corpo e do prazer se traduzisse na escolha pelo meretrício, para essas mulheres, a prostituição era um trabalho, não um divertimento. Mesmo que a diversão fizesse parte do trabalho. Logo, não era apenas a busca pelo sexo que atravessava a predileção pela prostituição. O quanto se ganhava era determinante para que muitas mulheres escolhessem atuar no trottoir ou nos bordéis.

Foi importante lembrar que estas pessoas, em sua maioria, tinham gênero, cor, condição socioeconômica, grau de instrução e ofício bem definidos eram mulheres, negras, pobres, analfabetas e trabalharam como domésticas. A partir desses marcadores, pudemos perceber o que a historiadora Juçara Leite afirmou em sua pesquisa, através da análise das fichas de prostitutas que trabalhavam no Mangue:

É importante lembrar que não havia legislação alguma que protegesse a empregada doméstica, ficando esta sujeita a qualquer remuneração e ao desemprego repentino. Neste último caso, como a maioria residia no local de trabalho, ao perder o emprego, perdia também a morada. Compreende-se a busca da “zona” como abrigo.<sup>150</sup>

A forma como se constituiu o trabalho doméstico no Brasil, no último século, teve forte relação com a herança escravagista que assombrou as relações de trabalho ainda na

---

<sup>149</sup> PEÇANHA, Natália Batista. “*Regras de civilidade*”: tecendo a masculinidade do smart nas páginas d’O Rio Nu (1898-1916). 2013. 162p. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e sociais, Departamento de História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2013

<sup>150</sup> LEITE, Juçara Luzia. Op. cit. p.77.

contemporaneidade. A frequente chegada de crianças ou recém adolescentes às casas da classe média para trabalhar em serviços domésticos foi uma das formas pelas quais essas relações se estabeleceram. Por conta da idade e do serviço prestado, elas viviam nas casas de seus patrões, o que contribuía para que se estabelecesse uma relação para além da existente entre o empregador e o empregado<sup>151</sup>.

Vejamos mais casos que nos mostram outras circunstâncias da vida das prostitutas.

Apesar de espaços como bares e casas de prostituição terem sido criados para proporcionar momentos de diversão a adultos, não era raro presenciar brigas entre seus frequentadores, que poderiam ser pelos mais variados motivos, desde rugas antigas a desentendimentos momentâneos.<sup>152</sup>

Muitos desses conflitos não terminavam bem, como aconteceu na manhã de um sábado, às 6h, quando Getúlio, preto, solteiro, morador de Santa Teresa, empregado pelo Departamento de Limpeza Urbana, foi parar no Hospital Souza Aguiar, após ser ferido por uma navalha na Rua Pereira Franco, em uma briga com Sandrão, denominada “mundana” pelo boletim de ocorrência<sup>153</sup>. Essa era a alcunha dada pelos policiais às mulheres que se declaravam prostitutas ou que por eles eram reconhecidas como tais.

Algumas brigas aconteciam entre as mulheres, como o caso da agressão mútua entre Clea e Amaria que usaram cacos de garrafa para desferir golpes uma na outra<sup>154</sup>. A briga aconteceu entre as ruas Júlio do Carmo e Machado Coelho, região de baixo meretrício.

Em julho de 71, Carmem, preta, solteira, 36 anos, compareceu à 6ª DP para comunicar que fora agredida a faca por Neusa, preta, casada, 39 anos. A agressão aconteceu em frente à Casa da Moeda, na Rua General Caldwell<sup>155</sup>. Quem testemunhou a agressão foi o amásio de Carmem, Paulo.

---

<sup>151</sup> Para um debate mais aprofundado sobre essa temática, ver: SANTANA, Munich e DIMENSTEIN, Magda. Trabalho doméstico de adolescentes e reprodução das desiguais relações de gênero. *Psico-USF* (Impr.) [online]. 2005, vol.10, n.1, pp. 93-102. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psuf/v10n1/v10n1a12.pdf> Acesso em: 10/11/2014.

<sup>152</sup> CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. 2ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001. p.301.

<sup>153</sup> Arquivo da Polícia Civil, Setor de microfilmagem, Boletim de ocorrência da 6ª Delegacia policial: Agressão à navalha, 28/06/1975, rolo ano 1975.

<sup>154</sup> Arquivo da Polícia Civil, Setor de microfilmagem, Boletim de ocorrência da 6ª Delegacia policial: Lesão corporal dolosa, 05/07/1973, rolo ano 1973.

<sup>155</sup> Arquivo da Polícia Civil, Setor de microfilmagem, Boletim de ocorrência da 6ª Delegacia policial: Lesões corporais dolosas (faca), 05/07/71, rolo ano 1971.



As agressões e rixas também envolviam mais de duas pessoas, como ocorreu quando Maria, doméstica com 18 anos, foi agredida a socos por Alzira de tal, companheira do senhorio da residência na qual ela e seu amásio, Henrique residiam. Segundo Henrique, o senhorio Edgar o agrediu com uma barra de ferro em seu quarto, na rua Souza Neves, e sua companheira, que assistia a agressão a Henrique, passou a ser agredida pela companheira de Edgar.

Mais tarde, Maria foi encontrada em outro boletim, porém sob o codinome “Hippie”. Nessa ocorrência, ela, sua colega “Gaúcha” e seu companheiro Henrique, tentaram socorrer Lúgia que falecera antes de receber ajuda médica, tendo dado entrada no Hospital Souza Aguiar na noite de uma sexta-feira.

“Gaúcha”, identificada como Suzana, disse aos policiais que Lúgia era viciada em drogas e quando passou mal, parecia ter feito uso de algum tóxico por conta do comportamento apresentado na ocasião. Ela sugeriu ainda que Lúgia não tinha bebido nada alcoólico, pois seu hálito não cheirava a bebida<sup>156</sup>.

No Café e Lactaria Belinha Ltda, situado na Rua Frei Caneca, nº 154, Francisco, preto, solteiro, 47 anos, pintor de paredes, entrou em uma luta corporal com José, branco, casado, 37 anos, comerciante com loja na Rua Benedito Hipólito, morador de Duque de Caxias, por motivos que o responsável por redigir o texto da ocorrência classificou como “fúteis”. Garrafas foram arremessadas, o que pode indicar que o consumo de bebida alcoólica tenha acirrado os ânimos. Com o calor da briga, segundo o boletim, Eurídice, parda, solteira, 36 anos, doméstica, acabou sendo ferida em sua mão esquerda.

Não havia nenhum outro detalhe que pudesse indicar se Eurídice fora motivo da briga entre os dois senhores. Como testemunhas se apresentaram o motorista profissional Isac, pardo, casado, 33 anos, morador de Bonsucesso e presente no Café durante a confusão, assim como Ivanir, parda, solteira, 25 anos, doméstica, residente na Rua Benedito Hipólito, nº233. Dessa forma, podemos inferir a faixa etária das pessoas que frequentavam esses estabelecimentos e o tipo de profissão por elas desempenhado, no caso uma doméstica e um motorista.

---

<sup>156</sup> Arquivo da Polícia Civil, Setor de microfilmagem, Boletim de ocorrência da 6ª Delegacia policial: Fato a apurar, 20/06/1975, rolo ano 1975.

Em mais um caso de lesões corporais, a doméstica Vilma foi levada ao Hospital Souza Aguiar às 18h35 de um domingo, apresentando escoriações nos braços e corte no rosto. Junto com ela, estava Fabiana, sua bebê de 3 anos, residente no mesmo endereço, apresentando contusão no braço esquerdo. As duas foram agredidas pelo ex-amante de Vilma, Abel<sup>157</sup>.

Os detalhes e a dramaticidade dos acontecimentos – principalmente se recordarmos de Leila que fora atropelada por Niltinho e entrou em estado de coma – demonstraram, primeiro, uma certa experiência do homem agressor, na solução deste tipo de problemas, podendo se tratar de um cáften; segundo, que dentre os habitues do Mangue, uma dívida era um dos possíveis motivos para matar alguém, ou ao menos aplicar uma bela lição por meio de pancadas. Em um local onde a conquista dos meios de sobrevivência era resultado de uma batalha diária, dinheiro era coisa muito séria.

Dilma foi presa por porte de maconha e, inicialmente, sua documentação constava que ela era desempregada. Mas em outros autos de qualificação do mesmo processo, sua ocupação estava “doméstica”<sup>158</sup>. Provavelmente, a modificação apareceu em fichas posteriores por dois motivos: Dilma alegou ter sido espancada pelos policiais para assinar o boletim que a incriminava por porte de maconha, o que ela negou. Segundo, por ser ré primária e ter apanhado dos policiais, ficaria melhor às vistas do juiz que a acusada tivesse uma ocupação.

Já os policiais-testemunhas do caso afirmaram que reconheceram Dilma de outro momento em que ela portava “bolinhas”, e como estava em atitude suspeita decidiram revistá-la. Enquanto procuravam algo, perceberam que próximo a sua vagina havia um volume e, então, a conduziram até o fundo do bar e, na presença de um senhor que estava por lá, verificaram que abaixo da saia havia uma bermuda e, sob a bermuda, um embrulho de jornal cujo conteúdo era os dólares de maconha.

Em nenhum momento Dilma foi apontada como meretriz. Isso podia indicar que as mulheres não tinham seus papéis restritos ao trabalho doméstico ou à prostituição. Mesmo que o silêncio das fontes sobre o meretrício não fosse uma negação do envolvimento dela nessa atividade, mas sim um indicativo de que as mulheres também participavam da venda de drogas ilícitas.

---

<sup>157</sup> Arquivo da Polícia Civil, Setor de microfilmagem, Boletim de ocorrência da 6ª Delegacia policial: Lesões corporais, agressão, 27/07/1975, rolo ano 1975.

<sup>158</sup> Arquivo do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. Serviço de Gestão de Arquivos Permanentes (SEGAP). Processo nº 2330/71, ano 1971, 21ª Vara Criminal.

Assim como o caso de Claudemira, 38 anos, preta, solteira, doméstica e residente em Parada de Lucas, subúrbio do Rio, foi detida pela ronda policial na Rua Benedito Hipólito, esquina com a Rua Comandante Maurity por portar um embrulho com pacotinhos de maconha<sup>159</sup>.

Quando foi conduzida a prestar esclarecimentos à polícia, ela informou que obteve os pacotinhos de maconha em troca de 30 cruzeiros, valor pago a Ilza, brasileira, parda, solteira, 28 anos, residente na Rua Benedito Hipólito, 205 e também doméstica. Ilza, por sua vez, confirmou toda história e ainda acrescentou que a maconha foi deixada em seu poder por Cícero, residente em um sobrado no Mangue, à Rua Benedito Hipólito, 214.

A rede de sociabilidade que Claudemira apresentou a partir de sua prisão, era formada por pessoas de seu convívio no Mangue. Tanto Ilza quanto Cícero viviam na mesma rua, a poucas casas de distância. Os dois repassavam maconha a partir da venda, e isso pode significar que a detida pelos policiais vendia maconha para os clientes ou prostitutas do Mangue, uma vez que ela soube apontar as pessoas que repassaram as drogas e suas residências.

Esses casos também demonstraram que não havia dicotomia nos papéis realizados pelas mulheres do Mangue, em que seriam apenas prostitutas ou domésticas. Elas também atuavam no tráfico local e venda de entorpecentes, assim como outras atividades que não foram registradas pela documentação policial analisada.

No Mangue, parecia que todos se conheciam e reconheciam seus papéis. Os policiais da região, em muitos boletins, afirmaram conhecer as mulheres que foram detidas e usavam isso para legitimar suas falas nas audiências como testemunhas. No caso de Dilma, que foi revistada por dois policiais homens, um deles afirmou conhecê-la de outro momento em que ela dera entrada na delegacia por portar 5 bolinhas de psicotrópicos<sup>160</sup>. Da mesma maneira que algumas mulheres presas em flagrante como vadias tinham acrescentado o adjetivo “contumaz” em seus processos.

Pelo tipo de fonte analisada – processos criminais, boletins de ocorrência, notícias de jornais e livros produzidos por um delegado policial - os contextos em que as prostitutas

---

<sup>159</sup> Arquivo da Polícia Civil, Setor de microfilmagem, Boletim de ocorrência da 6ª Delegacia policial: entorpecentes, data ilegível, ano 1971, rolo ano 1971.

<sup>160</sup> Arquivo do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. Serviço de Gestão de Arquivos Permanentes (SEGAP). Processo nº 2330/71, ano 1971, p.30

estavam inseridas não poderiam produzir, inicialmente, outra visão que não fosse a dos diversos problemas existentes à vida no baixo meretrício. A situação de vulnerabilidade à violência, praticada por policiais, por clientes, parceiros ou colegas de trabalho, foi o que contextualizou grande parte da documentação produzida sobre essas mulheres.

No entanto, muitas permaneceram no meretrício. Constantemente sabendo ou vivendo situações de violência. Dessa forma, há de se questionar sobre as situações que não apareceram nos testemunhos, nos interrogatórios ou nas notas das páginas policiais. Elas praticavam o trottoir ou se debruçavam em janelas ou portas das casas do Mangue unicamente pelo dinheiro? As mulheres que já haviam tido contato com o trabalho doméstico e optaram pelas ruas do Mangue, era somente porque ganhavam mais?

Existiam complexidades nas escolhas feitas pelas pessoas que iam além da lógica mercadológica. Havia a sensação de pertencimento ao Mangue, apesar das mazelas comuns a espaços marginalizados, onde a forma como o Estado se fazia presente era através da polícia.

De todo modo, foi válido também considerar que a Zona do Mangue, por ser um local próximo da região central da cidade e também da zona Sul, era um lugar onde muitas mulheres decidiram residir para chegarem com maior comodidade às casas de seus empregadores. Além disso, o termo doméstica poderia abranger outras funções que eram desempenhadas em hotéis, tais como: camareira, copeira, arrumadeira, lavadeira entre outras.

Portanto, poderia sim haver mulheres que viviam no baixo meretrício, mas exerciam outra atividade que não a prostituição. E a prostituição seria uma complementação da renda. Justamente nesses casos que as mulheres ficavam mais apreensivas com a possibilidade de serem reconhecidas. E esse era um fator que levava essas mulheres a negarem a vivência no meretrício. Até porque, se esse era a complementação da renda, a perda do outro emprego poderia significar uma queda brusca no padrão de vida, além de dificultar o surgimento de novas oportunidades fora da prostituição.

Além disso, apresentar-se ou ser apresentada à uma delegacia como doméstica, ao invés de prostituta, podia ser mais vantajoso para as mulheres que o faziam. Talvez elas entendessem que a palavra delas podia ter maior confiabilidade caso afirmassem que trabalhavam em casas de família fazendo faxina e olhando os filhos dos patrões. O que, de certa maneira, demonstra o mesmo ponto de vista do apresentado antes: o status do trabalho do qual obtêm rendimentos. E essa ação era fruto de uma consciência de como o grupo ao

qual pertenciam era visto pela sociedade. Esconder a prostituição não tinha a ver com estar ligada a crimes, mas em querer ser vista como um indivíduo e em legitimar sua fala.

Essa relação prostituta versus doméstica trouxe à tona o quanto a moralidade estava entranhada nas questões econômicas. Receber uma remuneração maior não colocava as prostitutas em uma condição moral melhor que as domésticas, mesmo que os rendimentos mais elevados significassem uma melhoria de vida, permitindo condições mais propícias de manter a própria família.

Sendo assim, a larga presença da categoria “doméstica” nos boletins de ocorrência e nos processos criminais envolvendo mulheres da zona do Mangue foi um indício de diversas estratégias construídas e seguidas por quem tinha baixo grau de instrução e vivência em espaços marginalizados com poucos recursos.

Mesmo que o delegado Armando Pereira já tivesse exposto o quanto pesquisadores se intrigavam com o fato de domésticas se tornarem prostitutas, entendendo que “fornecer tamanho contingente de moças aos bordéis”<sup>161</sup> era um dos feitos do trabalho doméstico, outras análises e leituras permitiram observar essa relação de outras maneiras. E a principal delas é uma relação de estratégia.

O objetivo não é sensibilizar para vitimar as mulheres fichadas pela polícia. E sim, novamente, exercitar a observação sobre quem está sendo colocada como objeto. Há particularidades nas situações de todas as domésticas e meretrizes narradas, mas há também pontos de convergências das histórias que merecem ser expostos e problematizados.

A prostituição, no caso das mulheres pobres, foi uma escolha feita a partir de um leque restrito de opções. No Mangue não existia o mesmo glamour das prostitutas que atendiam políticos e grandes empresários em hotéis de luxo. Tanto que a duplicidade de suas vidas não se dava com atividades comuns à classe média, como modelo e atriz, e sim com o trabalho de doméstica.

Ter uma ocupação de acordo com os bons costumes, em uma das mangas, era comum. Fosse para prestar contas à família, ou à justiça. O meretrício, para muitas mulheres, era parte de uma vida oculta, um segredo. Só que esse segredo era compartilhado dentro de um espaço onde essa identidade podia ser assumida, pois lá as prostitutas eram as protagonistas.

---

<sup>161</sup> PEREIRA, Armando. *Mulheres Deitadas*. 4ed. Rio de Janeiro: Pallas, 1976. p.69.

No início dos anos 1970, foi realizada uma pesquisa para saber quantas das mulheres que trabalhavam no Mangue eram analfabetas. A pesquisa concluiu que a esmagadora maioria mal sabia escrever o próprio nome. Então, Armando Pereira decidiu que teria uma escola do Mobral dentro do Mangue para alfabetizar as prostitutas e, assim, fazê-las deslumbrar uma nova oportunidade. Cerca de 200 mulheres concluíram o curso e receberam o diploma na 6ª delegacia. Essas prostitutas retornaram para as ruas do Mangue alfabetizadas<sup>162</sup>. Ao contrário do que supunha o senso comum, elas não deixaram o meretrício e foram em busca de empregos socialmente aceitos. Elas se mantiveram na prostituição, mas agora sabendo ler e escrever.

Apesar dos discursos salvacionistas em torno das meretrizes, para muitas delas não havia do que ser salva. Ou melhor, o que as “salvaria” era ganhar mais do que tiravam no seu trabalho. O problema não era somente não ter qualificação, ou ser analfabeta, e sim ganhar valores abaixo do que precisava para se manter, ou manter a família.

Era possível que as prostitutas fizessem um salário suficiente o bastante para lhes garantir a sobrevivência, e as de seus filhos. Os valores de um baixo meretrício eram pequenos, mas todos os dias elas estavam com dinheiro em mãos. Não era preciso esperar pelo salário até o final do mês. E isso possibilitava a sensação de ter dinheiro todos os dias, diferente dos empregos formais. Então, era como se elas “fizessem seus salários”. O número de clientes que tivessem em um dia determinaria o quanto seria sua diária. O que permitia que elas escolhessem seus clientes<sup>163</sup>.

Portanto, deixar de ser prostituta para trabalhar de maneira formal em um emprego que mal pagava suas contas não era o propósito dessas mulheres. Se a renda obtida no Mangue pesava em suas escolhas, as especificidades do trabalho no meretrício poderiam se afinar com suas vidas e serem mais vantajosas que as de outras ocupações.

A prostituição acontecia com o suporte de outros, como a venda de bebidas alcoólicas em bares. Mais do que esse suporte para garantir a diversão dos rapazes, a bebida oferecida pelas casas de prostituição era uma das formas de aumentar a lucratividade. Algumas abordagens das prostitutas aconteciam nas mesas dos bares<sup>164</sup>, onde elas perguntavam se os

---

<sup>162</sup> Biblioteca Nacional. Setor de Periódicos. Mobral diploma mulheres do Mangue que alfabetizou. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, p.9, 22 de junho de 1971.

<sup>163</sup> LEITE, Juçara. Op. cit. p.43.

<sup>164</sup> LEITE, Gabriela. Op. cit. 119

rapazes poderiam lhes pagar uma bebida. Assim, entre goles, em clima de paquera, o encontro era acertado.

Em muitos prostíbulo, as meretrizes eram incentivadas, ou pressionadas, a consumir bebidas alcoólicas que seriam pagas por seus clientes<sup>165</sup>. Essa condição de trabalho se desdobrava em muitas mulheres alcoólatras, dependentes da bebida. Até porque esse consumo estimulado pelas donas das casas onde funcionava o bar poderia se reverter também em lucro para as prostitutas.

Devido a zona de meretrício ser um espaço marginalizado, a circulação de drogas ilícitas acontecia com maior facilidade, o que, provavelmente, garantia a demanda e, assim, o lucro de quem as traficava. Se além de marginalizado, o Mangue desempenhava uma função de gerar divertimento principalmente para as classes menos abastadas, não era de se espantar que o tráfico e o uso de drogas estivessem presentes.

As mulheres tinham suas escolhas, principalmente no que tangia a clientela. Não era porque se tratava de um baixo meretrício que todos os clientes tinham que necessariamente ser imundos e doentes. Nem porque estavam numa zona de prostituição que as relações de sociabilidade não teriam regras estabelecidas.

Homens embriagados demais, ou aparentemente doentes logo eram descartados pelas prostitutas<sup>166</sup>. A prostituição não era sinônimo de aceitar qualquer situação ou condição por dinheiro, apesar do senso comum entender dessa maneira. Clientes que não pagavam às meretrizes, quando não acabavam mal na mão de algum segurança da região, ou rufião, eram denunciados pela prostituta na delegacia<sup>167</sup>.

Num final de semana, Maria acertou o preço do encontro com o paraibano João. Depois de ter pagado pelo serviço antecipadamente, João perguntou se Maria apresentava alguma doença que pudesse contagiá-lo. Na dúvida, ele decidiu voltar atrás e não mais ter relações com a prostituta<sup>168</sup>. O problema se agravou pois a prostituta se negou a devolver o dinheiro e, então, João partiu para cima dela com um guarda-chuva, a atingindo com bastante força nas vistas. Maria precisou ser socorrida e levada ao hospital.

---

<sup>165</sup> RAGO, Margareth. Op. cit. p. 154

<sup>166</sup> PEREIRA, Armando. Armando Pereira: depoimento [Maio, 1993]. Entrevistadora: Beatriz Kushnir. Rio de Janeiro, 1993, Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro.

<sup>167</sup> Idem.

<sup>168</sup> Arquivo da Polícia Civil, Setor de microfilmagem, Boletim de ocorrência da 6ª Delegacia policial: Lesão corporal, 28/08/71, rolo ano 1971.

Vejamos o caso de Bento. O que ficava combinado antes de ir para o quarto era o que deveria ser feito. O combinado não sairia caro e, talvez, Bento não tivesse se atentado para esse conhecido ditado. Uma das meretrizes do Mangue feriu suas nádegas com um espeto de churrasco, e ele precisou ser levado ao Hospital Souza Aguiar para conter o sangramento e fazer curativo<sup>169</sup>.

O início da primavera de 1969, por exemplo, teve uma situação com desfecho inusitado. Celma, meretriz conhecida no Mangue, mandou chamar a turma da ronda quando Geraldo, bêbado, a ameaçou e maltratou na frente de todos que estavam no bar<sup>170</sup>. Quando o policial se dirigiu a Geraldo pedindo-lhe os documentos, ele apresentou a letra de um samba e ainda perguntou se servia. O homem embriagado, ao ser contido por policiais, falou alto e em bom tom para todos que ele era um juiz de direito. Logo, o superior hierárquico dos soldados ali presentes.

O seu porte avantajado combinado a ameaças e xingamentos contra os policiais foi um bom motivo para que chamassem reforços e, finalmente, o detivessem. Na delegacia, fichado, o senhor Geraldo pode recobrar a sobriedade e encarar uma possível ressaca moral.

Como pudemos perceber, as prostitutas enfrentavam diversas dificuldades. Porém, infelizmente já calejadas com as trajetórias marcadas por violências e conflitos elas sabiam bem como constranger e se vingar de quem as desrespeitasse. Mesmo que para isso fosse necessário chamar os policiais.

As rixas e agressões presentes no Mangue, muitas vezes envolviam um homem e uma mulher. Houve casos de prostitutas que brigaram entre si, mas as agressões entre homens e mulheres chamaram a atenção por conta da possibilidade de ser a quebra de acordo no encontro, como no caso a seguir.

Lana ficou surpresa e apreensiva quando percebeu que policiais batiam à porta de seu quarto. Assim que ela abriu a porta, os homens disseram ter recebido uma denúncia e passaram a revistar todo o cômodo. Embaixo de sua cama foram encontrados nove embrulhos em papel de jornal. Dentro deles havia maconha. O quarto ficava na Zona do mangue, em

---

<sup>169</sup> Arquivo da Polícia Civil, Setor de microfilmagem, Boletim de ocorrência da 6ª Delegacia policial: Lesão corporal dolosa, 06/07/1973, rolo ano 1973.

<sup>170</sup> Arquivo da Polícia Civil, Setor de microfilmagem, Boletim de ocorrência da 6ª Delegacia policial: 23/09/1969, rolo ano 1969.



uma habitação coletiva. Lana saiu do quarto, observada pelos vizinhos, para prestar esclarecimentos ao delegado<sup>171</sup>.

Apesar de muitos processos darem conta do envolvimento de homens no tráfico de drogas, mais uma vez temos situações que reforçam a presença de mulheres nessa atividade. Todavia, o tráfico de drogas poderia não ser sua única fonte de renda. Ser prostituta e ter drogas a oferecer para o cliente era um meio de aumentar sua lucratividade. Tal qual a venda de bebidas.

No entanto, havia uma particularidade atrelada ao consumo de drogas ilícitas. Embora o baixo meretrício fosse um espaço marginalizado, e por isso com maior circulação de determinadas drogas, as substâncias não legalizadas precisavam ser consumidas disfarçadamente. Ou às escondidas. Desse modo, havia clientes que usavam maconha ou cocaína em quartos de bordéis, na companhia das meretrizes que poderiam fornecer as drogas.

Maria Teresa foi presa em flagrante, em 1971, por vadiagem na rua Machado Coelho<sup>172</sup>. Em seu boletim, o escrivão destacou que ela estava em atitude suspeita. O que poderia dizer muita coisa, ou nada, visto que existiam perfis também considerados “suspeitos”. Bastava ter as características que ela possuía para ser um criminoso em potencial para a polícia: tratava-se de uma mulher negra e jovem em um baixo meretrício,

Anos depois, em 1974, no município de Duque de Caxias<sup>173</sup>, Maria Tereza e Eni faziam trottoir quando chamaram a atenção de policiais por iniciarem uma discussão com um homem chamado João<sup>174</sup>. Os policiais abordaram o grupo e o homem reclamou que as mulheres haviam tomado o dinheiro dele. Elas negaram o roubo. Afirmaram terem recebido o dinheiro das mãos de João, distribuídos da seguinte forma: 30 cruzeiros para Maria Tereza, 15 cruzeiros para Eni.

Os policiais revistaram as mulheres, pedindo que mostrassem o que tinham guardado no porta-seios. Segundo um dos policiais, que foi testemunha do caso, as prostitutas de trottoir tinham por hábito guardar o dinheiro no sutiã<sup>175</sup>. Maria Tereza negou que usasse a

---

<sup>171</sup> Arquivo da Polícia Civil, Setor de microfilmagem, Boletim de ocorrência da 6ª Delegacia policial: 19/09/1969, rolo 1969-1970.

<sup>172</sup> Arquivo da Polícia Civil, Setor de microfilmagem, Boletim de ocorrência da 6ª Delegacia policial: 10/08/1971, rolo 1970-1971.

<sup>173</sup> O município de Duque de Caxias pertence ao Grande Rio, região metropolitana do estado do Rio de Janeiro.

<sup>174</sup> Arquivo do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. Serviço de Gestão de Arquivos Permanentes (SEGAP). Processo 14441/ 1974, Comarca de Duque de Caxias, 1ª Vara Criminal.

<sup>175</sup> *Ibidem*, Auto de prisão em flagrante, folha 3.

peça e, para confirmar, tentou mostrar a ausência da mesma sob a blusa, quando um pacote caiu de sua miniblusa.

Dentro do pacote havia dois embrulhos, um contendo maconha e outro com sete pequenos envelopes com cocaína. Acusada de portar drogas, Maria Tereza disse que o pacote era de João, que havia pedido que ela o guardasse assim que os policiais se aproximaram do círculo<sup>176</sup>.

Além disso, as duas mulheres negaram conhecer João. Segundo Maria Tereza, eles começaram a conversar quando estavam dentro de um ônibus que vinha de São João de Meriti, momento em que João teria cobrado de Eni 30 cruzeiros que havia lhe dado, o que foi apresentado como fato gerador de toda a confusão logo após descerem da condução.

As falas apresentadas no interrogatório foram bastante confusas. Não havia afinidade entre os testemunhos apresentados. Ao longo do processo, apesar dele ter sido citado pela acusada como proprietário das drogas, João não foi sequer qualificado, nem citado como testemunha do caso.

Nessa situação, foi possível identificar alguns elementos importantes de serem considerados pela pesquisa. O primeiro deles foi com relação às mulheres serem prostitutas. Em nenhum momento do processo Maria Tereza ou Eni se identificaram enquanto meretrizes. O primeiro policial a testemunhar as chamou de “mundanas”<sup>177</sup>. Na qualificação, a primeira disse ser manicure e trabalhar no Estácio<sup>178</sup> e a segunda disse ser doméstica no lar<sup>179</sup>.

Pelo fato dos policiais terem as identificado como mulheres de trottoir, era possível que a região onde ocorreu a prisão fosse um espaço destinado à prostituição. E a declaração de Eni quando falou sobre a abordagem policial remeteu a forma como agiam ao prender suspeito de vadiagem:

a declarante e a acusada quando foram presas não estavam discutindo e nem fazendo nada de mais e que os policiais estavam pedindo documentos que como não possuísse trouxeram-nas presas<sup>180</sup>.

---

<sup>176</sup> Ibidem, Interrogatório, folha 21 verso.

<sup>177</sup> Arquivo do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. Serviço de Gestão de Arquivos Permanentes (SEGAP). Processo 14441/ 1974, Auto de prisão em flagrante, folha 3

<sup>178</sup> Ibidem, Interrogatório, folha 21

<sup>179</sup> Ibidem, Interrogatório, folha 24

<sup>180</sup> Idem.

A ausência de João nos autos do processo permitiu que fosse levantada a hipótese dele ser um cafetão. Principalmente porque ele não foi citado nem na documentação da polícia. As mulheres negaram conhecê-lo; a briga envolvia dinheiro e foi Maria Tereza quem guardou o embrulho com as drogas.

Os cafetões eram quem recebiam uma parte do que foi pago pela prostituta por prestar determinados serviços. Dentre esses serviços, podemos citar que eles garantiam que as prostitutas recebessem os valores cobrados do cliente, que elas pudessem circular em determinadas ruas sem serem importunadas por policiais ou outros cafetões e, no caso de serem presas, eram os cafetões quem resolviam a situação delas na delegacia<sup>181</sup>.

As prostitutas poderiam ser presas, mas os cafetões, assim como os rufiões, não. Eram eles quem pagavam a propina para os policiais fazerem vista grossa à presença de meretrizes. Assim como à venda de drogas que também poderia ser feita por elas. Essa podia ser uma justificativa para os policiais não terem prendido João, nem requisitado seu testemunho.

Mas se ele era o cafetão delas, por que as duas insistiram que as drogas eram dele? Elas sabiam que uma pena por tráfico de drogas era muito pior que por vadiagem. Além disso, podiam confiar que ele não seria pego devido à relação que ele podia ter com os policiais, o que foi assinalado pelo caminho desse processo. Ao menos em relação aos embrulhos de maconha e cocaína caídos da minibus de Maria Tereza, João não foi implicado.

Se não era cafetão, João poderia ser um cliente que se arrependeu da transação que fez e queria o dinheiro de volta. No entanto, não havia devolução de dinheiro, mesmo que o serviço nem tenha sido prestado. Pagava-se pelo tempo, e não pelo sexo na prostituição.

Esse processo nos permitiu pensar também nas relações entre tráfico e prostituição. As drogas estavam presentes nesses espaços e podiam ser fornecidas pelas próprias prostitutas aos seus clientes. Ou eram consumidas pelas prostitutas para aguentarem o ritmo acelerado de trabalho. Como eram sete pequenos embrulhos de cocaína nesse caso, há maior possibilidade de ser para venda que para uso próprio.

Talvez João realmente fosse um traficante, e não cafetão. E pediu que a prostituta guardasse as drogas porque não imaginava que os policiais fossem revistá-la. E ela provavelmente aceitou guardar porque achou que não iriam pegar dela o pacote com as

---

<sup>181</sup> PEREIRA, Armando. Sexo e... Op. cit. p. 127.

drogas. Pode ser que a discussão fosse a respeito do valor das drogas que uma delas iria adquirir.

Além do tráfico de drogas, as prostitutas poderiam se envolver em outras atividades criminosas. O caso de Benedita chamou a atenção por ser o único enquadrado no artigo 171 do código penal<sup>182</sup>. Consta que ela teria alugado um apartamento ao português Armando, na rua Senador Dantas, e para a entrega das chaves havia combinado que ele entregaria duas vezes a quantia de CR\$50.000, em um total de CR\$100.000. E, segundo o português, quando foi entregar a segunda parcela de CR\$50.000, Benedita disse que só entregaria as chaves mediante o pagamento de CR\$30.000.

Diante disso, Armando desistiu do apartamento e pediu o dinheiro de volta, sendo que a acusada não o entregou na data marcada. Nem as chaves, nem o dinheiro que ele havia pagado<sup>183</sup>. O alfaiate, dono de uma das lojas localizada no prédio onde ficava o apartamento alvo do litígio e a corretora que Benedita dizia trabalhar, disse que Benedita utilizava o apartamento onde morava para encontro de casais<sup>184</sup>, além de ser conhecida cafetina no Mangue.

Quando foi encontrada pela polícia, dois anos depois da queixa de Armando, Benedita disse que não era proprietária do apartamento, apenas morava lá com Édino, indivíduo com quem dividia o apartamento e responsável pelas transações imobiliárias<sup>185</sup>. Ela ainda disse que não sabia quem era o verdadeiro proprietário do apartamento que seria alugado para Armando, visto que Benedita e Édino pagavam aluguel.

Édino, em seu interrogatório, disse que conheceu Benedita na época em que morava na rua Afonso Cavalcante, período em que a mesma trabalhava como gerente de uma das casas do baixo meretrício. Ele negou que tivesse participado de qualquer transação envolvendo o apartamento e que “não sabe a que ponto Benedita quer chegar”<sup>186</sup>.

Outra testemunha surgiu para ser ouvida, Cordélia, que alugava uma vaga no apartamento onde viviam Benedita e Édino. Ela testemunhou que nada sabia, principalmente porque saía de casa muito cedo e retornava tarde. Depois de um tempo o delegado exigiu que

---

<sup>182</sup> Arquivo do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. Serviço de Gestão de Arquivos Permanentes (SEGAP). Processo 5757, ano 1968, 5ª Vara Criminal

<sup>183</sup> Ibidem, folha 5

<sup>184</sup> Ibidem, Assentada, testemunha Álvaro Curtis Peixoto, folha 15 verso

<sup>185</sup> Ibidem, Auto de qualificação, folha 33 verso

<sup>186</sup> Ibidem, Termo de declarações, folha 34

Cordélia comparecesse novamente à delegacia, mas a mesma não foi encontrada. Nessa documentação sobre as diligências feitas pela delegacia, constava que Benedita tinha ido morar no Manguê, na travessa Oliveira, 10.

Muitos foram os mecanismos criados pelos sujeitos com trajetórias no Manguê. Fosse meios legais ou ilegais, no fundo seus objetivos confluíam em criar melhores condições de vida. O golpe dado por Benedita (considerando a hipótese de tê-lo efetivado), em 1963, rendeu valores suficientes para que ela fosse para outro lugar por pelo menos dois anos.

## Conclusão

Nesse capítulo pudemos conhecer o caso de Nina e, através dele, as variadas nuances presentes na prostituição. A sua chegada ao Mangue ainda menina foi uma maneira de entender de que forma muitas meninas, de diferentes regiões, chegaram à capital, com a missão de mulher adulta de se manter. A infância pobre marcada pelo trabalho doméstico nos apresentou um dos motivos de tantas mulheres do Mangue terem vivido como domésticas, assim como o fato de serem analfabetas.

Ao longo do capítulo analisamos as formas como a prostituição e o trabalho doméstico se entrelaçaram nas fontes e nas vidas das mulheres pobres. O estigma do meretrício e a experiência como doméstica foram motivadores para que se declarassem domésticas, quando eram prostitutas. O trabalho exaustivo por baixo salário e as violações e abusos dos patrões serviram de estímulo para que preferissem aguardar clientes nas ruas, portas e janelas das casas do Mangue.

Uma das formas de compreender a vida no baixo meretrício foi através do olhar do delegado de polícia e também estudioso sobre prostituição, Armando Pereira. Foi através de sua análise que entendemos as formas como a prostituição acontecia e quem eram os agentes que davam suporte a essa atividade. As meretrizes podiam trabalhar nas casas de prostituição, da maneira como Nina trabalhou para Tia Rosita na República do Mangue. Parte do que recebiam dos clientes era passado para as cafetinas que lhes garantiam os quartos e proteção.

Também foi possível observar que nem todas as mulheres do Mangue trabalhavam em casas. Tinham aquelas que preferiam as ruas, *o trottoir*. E nessa forma era necessário contar com o serviço de seguranças que as protegeriam de clientes caloteiros, roubos ou policiais. Todavia, muitas vezes o rufião assumia posição de explorador que exigia cada vez mais quantias das prostitutas, principalmente quando havia envolvimento afetivo ou status de marido ou amásio. Bem como os cafetões que agenciavam mulheres de trottoir e delimitavam os espaços onde elas deveriam trabalhar, também se responsabilizando pelos acordos com policiais e pela segurança das mulheres.

As relações construídas com as cafetinas eram complexas e marcadas por singularidades. Portanto, não cabia entendê-las apenas como relações mercadológicas, apesar do interesse na lucratividade. A condição em que a prostituição acontecia, assim como a divisão dos saberes dessa atividade, provocava a formação de vínculos mais fortes.

A cafetina acompanhava as trajetórias de vida das mulheres que se prostituíam sob seu teto. As casas de prostituição eram os espaços que acolhiam as mulheres que foram rejeitadas por suas famílias, ou que perderam seus empregos. De uma maneira ou de outra, a figura da cafetina era de quem amparava quando ninguém mais o faria. De todo modo, essa reflexão não buscou eximir da existência de conflitos, brigas ou rixas entre as mulheres e donas das casas. Mas sim demonstrar que ambas compartilhavam de experiências próximas, principalmente no que tangia a marginalidade e ao estigma da prostituição.

Por se tratar de um espaço destinado ao divertimento, o consumo de álcool era frequente nas ruas, bares e quartos da zona do Mangue. Os bordéis que tinham bares exigiam que suas prostitutas estimulassem a ingestão de bebida acompanhando seus clientes, de forma que eles gastassem mais e, assim, aumentasse o lucro das casas.

Além das bebidas alcóolicas, o uso de substâncias ilegais, como maconha e cocaína também era comum. Por se tratar de uma região marginalizada, o tráfico dessas drogas era habitual, apesar da presença policial. Assim, pudemos perceber que as mulheres também traficavam e vendiam drogas ilícitas para todos que quisessem usufruir dos efeitos de substâncias entorpecentes. Ou seja, a atuação das mulheres do Mangue não se restringia à prostituição e ao trabalho doméstico.

Diante de todos esses processos e questões levantadas, ficou óbvio que a história a partir de documentos policiais apresentou o lado negativo da prostituição, permeado por violências, repressão e exclusão social. As narrativas contadas que chegavam até boletins de ocorrência, notas de jornais ou processos criminais traziam trajetórias marcadas pela pobreza. No entanto, através de um olhar mais aguçado podemos ver para além das prisões, espancamentos, brigas e homicídios. O Mangue também era um espaço de construção de laços de afetividade, solidariedade. Assim como um espaço marcado pelo rompimento. Havia tempos de acolhimentos e de abandonos.

Benedita, que dera o golpe em um português, não fora delatada para os policiais por seu ex-amásio. Grey não disse a polícia que sua velha amiga, Tia Rosita, era cafetina. Maria Tereza e Eni não incriminaram uma a outra no interrogatório sobre os dólares de maconha. Portanto, apesar das dificuldades, da repressão e do estigma da prostituição, as mulheres foram sujeitos históricos imprescindíveis para a manutenção da Zona do Mangue até o final da década de 1970.

## Capítulo III

### *Flores da vida: as travestis do Mangue*

O relógio já marcava uma hora da manhã quando Cristino passava pela rua Machado Coelho. De longe ele avistou uma bela moça e decidiu se aproximar dela<sup>187</sup>. A rua em que estava fazia parte da Zona do Mangue, e diversos prostíbulos ainda atendiam seus clientes. Muitos homens que por lá caminhavam abordavam as mulheres que lhes chamassem a atenção, e Cristino era mais um entre tantos com o mesmo objetivo: garantir um encontro antes que amanhecesse.

Quando chegou mais perto da moça, Cristino teve uma surpresa. Aquela que ele pensava ser uma mulher, ele identificara como homem. Ou, em suas palavras, um “viado”. Em sua justificativa – comum a muitos homens no tempo histórico abordado, assim como atualmente – a travestilidade era uma enganação, era passar gato por lebre. Se enganar ofende, portanto, Cristino sentiu-se no direito de ofender Nadir e gritar para que todos ouvissem: “não gosto de viado!”<sup>188</sup>. Era a necessidade de afirmar sua masculinidade, para ele ferida, porque abordara um homem vestido de mulher. Nadir, por sua vez, respondeu ao xingamento e à violência da fala do rapaz com outros tantos palavrões e golpes de uma lâmina de barbear, chamada gilete<sup>189</sup>.

Essa foi a versão de Cristino exposta no processo contra Nadir. Ele ficou bastante ferido e foi necessário que guardas segurassem a travesti para que não prosseguisse com as “giletadas”. Cristino foi conduzido ao hospital e, de lá, seguiu para a delegacia, onde fez um boletim de ocorrência de lesão corporal<sup>190</sup>.

Apesar da versão contada por Cristino o colocar como iniciador da briga, ele seguiu até a delegacia e prestou queixa contra Nadir, seguro de que sua postura foi correta. Essa segurança expressa por ele pode ser considerada fruto da forma pela qual as relações de gênero estavam – e estão – estruturadas na sociedade. A homossexualidade e a negação da

---

<sup>187</sup> Arquivo do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. Serviço de Gestão de Arquivos Permanentes (SEGAP), Processo 1235, ano 1971, 17ª Vara Criminal.

<sup>188</sup> *Ibidem*, folha 4. “Auto de prisão em flagrante”.

<sup>189</sup> O termo gilete, usado para designar lâminas de barbear, é o nome da empresa criadora de tal produto.

<sup>190</sup> Arquivo da Polícia Civil, Setor de microfilmagem, Boletim de ocorrência da 6ª Delegacia policial, rolo do ano 1971.



performance masculina estava passível de punição e segregação violentas, fosse física ou psicológica.

Nadir contou para o delegado outra história<sup>191</sup>. A abordagem de Cristino foi com uma puxada de cabelo que fez com que a peruca de Nadir saísse de sua cabeça. A situação constrangedora provocou um sentimento de ódio que a fez sacar a gilete e cortá-lo por diversas vezes. Nadir e Cristino se conheciam, ambos residiam na Afonso Cavalcante, e eventualmente brigavam quando se viam.

Em seu interrogatório, Nadir contou que essas brigas aconteciam porque Cristino exigia que ela lhe desse o dinheiro que conseguia com a venda de comida no Mangue. Mas ela se recusava a entregar seus rendimentos<sup>192</sup>. Em um desses momentos, Cristino e mais alguns colegas agarraram Nadir e lhe deram uma coronhada que lhe custou três dentes. Outros dois ainda ficaram quebrados. Era comum homens abordarem travestis exigindo que elas dessem seu dinheiro. E até agiam com violência caso recebessem uma negativa<sup>193</sup>.

Nadir não prestou queixa à polícia. Aguardou para cuidar da situação no momento mais oportuno e de sua própria maneira, uma vez que o lugar social em que estava a colocava em uma condição desprivilegiada em relação à polícia, por conta dos constantes abusos cometidos pelas autoridades responsáveis pela segurança, e ao judiciário, por causa da parcialidade demonstrada na resolução dos conflitos nos tribunais. Abusos e parcialidades já presentes entre os pobres desde, pelo menos, o início do século XX<sup>194</sup>.

É interessante perceber a interseccionalidade presente nas trajetórias apresentadas nessa breve narrativa.<sup>195</sup>. Ser homem no Mangue e se apresentar como um indivíduo

---

<sup>191</sup> Arquivo do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. Serviço de Gestão de Arquivos Permanentes (SEGAP), Processo 1235, ano 1971, 17ª Vara Criminal, “Auto de prisão em flagrante”, folha 5.

<sup>192</sup> Ibidem, “Interrogatório de acusado”, folha 25.

<sup>193</sup> Ver: KULICK, Don. *Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

<sup>194</sup> Como bem explicitou o autor: “(...) devido à atitude de descrença dos populares em relação à possibilidade de as autoridades policiais e judiciárias agirem no sentido de arbitrar seus conflitos – descrença essa nutrida por uma experiência cotidiana de arbitrariedades e violências das ditas autoridades- restava aos populares apenas (...) a resolução de acordo com regras de comportamento próprias do grupo sociocultural em questão.”. Ver: CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores da belle époque*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008. p.303.

<sup>195</sup> Nome dado por Kimberlé Crenshaw a um conceito largamente usado pelo feminismo negro na década de 1980 que tinha como objetivo ser uma ferramenta teórico-metodológica para analisar as relações de poder e subordinação a partir de diferentes marcadores que compõe um indivíduo, tais como: raça, gênero, classe, cultura de maneira coletiva ou particular a cada pessoa. No Brasil, essa articulação entre gênero e raça foi feita pela antropóloga e feminista negra Lélia Gonzalez, na década de 1980. Ver: CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Rev. Estud. Fem., Jan

heterossexual, mesmo que pobre e transitando em atividades criminalizadas, permitia-o gozar de privilégios perante a polícia e a justiça, algo que jamais uma travesti teria. Ainda mais se carregasse consigo a cor preta na pele. No caso de Nadir, identificada como parda.

Cristino sentiu-se à vontade para prestar queixa, o que não ocorreu com Nadir. É relevante dizer que no caso do uso da gilete, um guarda estava por perto e conduziu a agressora até a delegacia. Não é possível saber se havia alguma autoridade próxima quando as coronhadas doeram e lhe arrancaram o sorriso. O que ficou registrado foi que ela optou por não ir à polícia.

A condição dos indivíduos corroborava na construção de costumes e regras sociais que ditavam a forma como as relações dinamizavam os espaços. E esses costumes e regras também ajudavam a reforçar a condição em que as pessoas se encontravam. Mas isso não tornava os sujeitos imóveis, sem atuação. O que vimos nessa narrativa, e analisaremos nas seguintes, é a movimentação de atores e atrizes sociais diante de impasses e conflitos.

Escolher andar com uma gilete e usá-la quando teve a peruca arrancada foi a estratégia de Nadir contra as diversas violências que sofrera desde que saiu de São Paulo em direção ao Rio de Janeiro, aos 17 anos<sup>196</sup>. As escolhas feitas por ela tinham de considerar sua situação financeira, sua condição sexual e sua cor. Havia espaços onde não era seguro estar, principalmente porque a ausência de trabalho a transformava em candidata preferencial da repressão policial à vadiagem.

Por mais que o Mangue fosse uma região consagrada pela fama de violenta, era esse o espaço onde as experiências de abuso de autoridade eram compartilhadas, além da possibilidade de, ali, trabalhar sem podar sua travestilidade e morar em um lugar no qual sua condição sexual não era apontada como uma aberração<sup>197</sup>.

---

2002, vol.10, no.1, p.171-188. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf> Acesso em: 15/08/2014.

<sup>196</sup> Arquivo do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. Serviço de Gestão de Arquivos Permanentes (SEGAP), Processo 1235, ano 1971, 17ª Vara Criminal, “Relatório de vida pregressa”, folha 13.

<sup>197</sup> O objetivo não é negar as violências entre os atores sociais que dividiam o cenário do Mangue, ou afirmar que travestis e homossexuais eram tratados com afetos por todos do baixo meretrício. E sim mostrar que espaços sociais onde se preza moralidades religiosas e cívicas eram hostis com as pessoas que assumiam posturas que fugiam da heteronormatização, ou seja, normas da heterossexualidade.

Nos jornais, a história de Nadir e Cristino ganhou novos elementos, o que a tornou bastante diferente da apresentada no processo<sup>198</sup>. No *Diário de Notícias*, um pequeno texto em meio a diversas manchetes aparecia com o seguinte título: “Tentou escapar do suadouro<sup>199</sup> mas foi cortado a gilete”. A notícia trazia ao público a agressão ocorrida no Mangue que envolveu Cristino e Nadir.

Apesar de só Nadir ter sido qualificada como “homossexual” pelo jornal, o texto dizia que Cristino era seu companheiro, o que não foi mencionado na narrativa contada aos policiais assim que o agredido saiu do hospital. O suposto motivo da agressão a Cristino foi a sua recusa de ir até a casa de Nadir por medo de ser vítima de um “suadouro”. Segundo a nota do jornal

Revoltado com seu companheiro Cristiano Conceição Siqueira, que se recusara ir à sua casa, na rua Afonso Cavalcante, 26, no Mangue, temendo ser vítima de um “suadouro”, o homossexual Nadir Morel do Vale, que estava armado com uma gilete, aplicou-lhe golpes, cortando-lhe o peito, rosto, barriga, pernas e braços.<sup>200</sup>

A curta narrativa apresentada no jornal divergia das histórias contadas pela vítima e pela agressora nos autos. Muitos periódicos apresentavam notícias com elementos que contradiziam as informações presentes nos processos. Sidney Chalhoub, ao trabalhar a história de Zé Galego<sup>201</sup>, chamou a atenção para a forma como muitos jornais construíam as notícias. Mesmo que o trabalho citado de Chalhoub analisasse os jornais do início do século XX, sua pesquisa possibilitou que compreendêssemos, através de suas observações, que o sensacionalismo tinha como objetivo atrair o maior número de leitores. Objetivo, esse, superior ao de informar com fidelidade os fatos. Além disso, a forma pela qual as histórias eram construídas demonstrava o caráter moralizador dos periódicos.

---

<sup>198</sup> Biblioteca Nacional, Periódicos. Tentou escapar do suadouro mas foi cortado a gilete. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 13, 13 de maio de 1971.

<sup>199</sup> Suadouro era um tipo de golpe praticado contra uma pessoa atraída a um local para ter relações sexuais. Após despir-se completamente, tinha seus pertences roubados dos bolsos. Essa prática muitas vezes era executada por prostitutas e travestis que tinham por objetivo ampliar seus ganhos.

<sup>200</sup> Biblioteca Nacional, Periódicos. Tentou escapar do suadouro mas foi cortado a gilete. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 13, 13 de maio de 1971.

<sup>201</sup> CHALHOUB, Sidney. Op. cit. p.27

Don Kulick, antropólogo e um dos principais teóricos queer<sup>202</sup>, atualmente professor de Antropologia na Universidade de Uppsala, na Suécia, pesquisou as travestis de Salvador na década de 1990<sup>203</sup>.

Esse estudo, publicado no livro “Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil”, foi de grande relevância para este capítulo e o entendimento sobre ser travesti no Mangue. Don Kulick também analisou a relação entre a imprensa e as travestis, e percebeu que em determinados jornais

(...) o interesse de promover e reforçar estereótipos pejorativos está acima da preocupação com a veracidade da informação<sup>204</sup>.

Dessa forma, a imagem apresentada sobre as travestis advinha do olhar de delegados de polícia e jornalistas, e que se desdobrava em páginas policiais. Ou seja, os estereótipos sobre as travestis eram impregnados de ideias associadas à criminalidade. Com isso, não era difícil observar que o papel que as travestis protagonizavam nas páginas policiais costumava ser o papel de algoz.

A partir dessa associação da *travestilidade*<sup>205</sup> ao crime foi possível identificar as duas principais formas pelas quais as travestis foram estereotipadas. A primeira diz respeito àquelas que enganam os homens que pensavam se tratar de uma mulher nascida sob o sexo feminino, e a segunda sobre a atração de clientes para a prática do suadouro.

---

<sup>202</sup> A teoria *queer*, muito conhecida a partir do livro Problemas de gênero, de Judith Butler, prioriza o questionamento aos conceitos de corpos e sexualidades construídas socialmente, lançando luz às performances de gêneros entendidas como subalternas, patológicas e desviadas. Ver: BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

<sup>203</sup> KULICK, Don. Op. cit.

<sup>204</sup> Ibidem, p. 53

<sup>205</sup> A travestilidade, nessa pesquisa, foi entendida a partir dos diversos estudos acadêmicos, assim como as experiências contadas em primeira pessoa pelas travestis e indivíduos transgêneros, que cada vez mais reivindicaram e ocuparam seu lugar de fala.

Dessa maneira, há um posicionamento político bem demarcado quanto ao uso da palavra travestilidade, pois o ser travesti não foi entendido nessa pesquisa como um transtorno ou patologia, o que o termo travestismo indicou por muitas décadas. Mas sim, como uma condição do indivíduo que manifesta performances de gênero diferentes daquela esperada e associada ao seu sexo biológico. O mesmo ocorreu quanto ao uso de homossexualidade, ao invés de homossexualismo. A manifestação da sexualidade que vai contra os conceitos sociais heteronormativos não foi vista como doença ou algo passivo de cura.

A escolha pelo gênero feminino para falar das travestis também foi um posicionamento político, uma vez que ser travesti é uma das múltiplas formas de vivência da mulheridade, ou seja, as diversas formas de ser mulher. E, se há a reivindicação de uma identidade feminina, muitas vezes associada ao uso de nome igualmente femininos, a insistência no tratamento masculino era considerada o não reconhecimento daquela performance de gênero. Ou seja, uma forma de agressão e sustentação de valores que impediam que travestis tivessem os mesmos direitos que pessoas que se apresentavam como cisgênero, conceito utilizado para definir indivíduos não-transgêneros, aqueles que possuem características de gênero condizentes com seu sexo biológico.

No jornal, a informação que o objeto usado na agressão era uma gilete tinha por objetivo insinuar ao leitor que um dos envolvidos era uma travesti. E isso se deu porque são diversos os relatos sobre o uso da gilete como maneira de se proteger e sobreviver nas ruas. Esta relação entre travestis e o uso da gilete, no entanto, era mais uma forma de reforçar estereótipos.

Larissa Pelúcio, professora de Antropologia na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho e também pesquisadora colaboradora do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, pesquisou sobre a prostituição de travestis e a sua relação com políticas de saúde. Em um de seus artigos, Pelúcio analisou estratégias construídas pelas travestis para que não fossem levadas por policiais:

A história de que a travesti anda com giletes escondidas na boca para se defender dos perigos da noite é uma lenda que perpassa o grupo e a polícia. Em épocas mais repressivas, ao serem presas, as travestis se cortavam, procurando ser soltas ou levadas para um pronto-socorro.(...)<sup>206</sup>

Essa estratégia de andar com uma gilete escondida era uma maneira de evitar prisões, assim como as conhecidas torturas praticadas por policiais<sup>207</sup>. Quando as travestis se cortavam, os policiais necessariamente tinham que prestar esclarecimentos sobre a condição da suspeita e conduzi-la até um hospital. O que demandaria tempo demais.

Dessa forma, os policiais temiam que isso lhes provocasse problemas maiores e, por conta dos cortes, permitiam que elas seguissem seus caminhos. Don Kulick também falou sobre a automutilação e agressão policial:

No passado, a reação mais eficaz consistia em abrir um corte na veia do antebraço e borrifar o próprio sangue no policial. Elas têm a preocupação de manter uma gilete escondida em alguma parte do corpo, sempre. Algumas vezes a lâmina desliza entre o lábio superior e os dentes, ou então é cuidadosamente alojada na bochecha. (...) certa vez me contaram a história de uma travesti que teria quebrado a tampinha plástica do frasco de esmalte, utilizando o caco para escarificar o braço. O policial recuou ao vê-la empapada em sangue, e ela conseguiu escapar da delegacia(...)<sup>208</sup>

---

<sup>206</sup> PELÚCIO, Larissa. Na noite nem todos os gatos são pardos: notas sobre a prostituição travesti. Cad. Pagu [online]. 2005, n.25, p. 229. <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n25/26528.pdf> Acesso em: 20/08/2014.

<sup>207</sup> No programa de rádio Lado BI, Nº 93, “Travestis envelhecem”, transmitido em 09/04/2015 as travestis Lili Vargas e Taís Azevedo relataram suas experiências sofridas na década de 1970, período conhecido no Brasil como “anos de chumbo”, em que elas e outras colegas sofreram todas as vezes que foram abordadas pela polícia. Em alguns relatos, as agressões ocorreram de maneira tão cruel, que travestis não voltaram com vida após serem torturadas. Essa prática ainda ocorre, no entanto, a organização de movimentos sociais protagonizados por travestis, assim como a facilidade de fazer denúncias, tem mostrado cada vez mais esse lado obscuro dos agentes de segurança contra essas pessoas.

<sup>208</sup> KULICK, Don. Op. cit. p.50

A preferência por fazer sangrar a própria carne a seguir em uma viatura policial se apresentou como um dado importante para considerar a agência de sujeitos que transgrediam em suas performances de gênero. Ou seja, a existência de travestis em espaços públicos já era, por si só, uma resistência.

James Green apresentou a fala do delegado Guido Fonseca sobre a presença de travestis no centro de São Paulo, entre 1976 e 1977<sup>209</sup>. O delegado afirmou que seu objetivo era retirar as travestis das ruas, mesmo que por pouco tempo, uma vez que fora das ruas já tinha uma redução nos rendimentos. Além disso,

Como parte da campanha para controlar a proliferação de travestis em São Paulo, Fonseca ordenou a criação de um arquivo especial para fichar todo travesti preso por vadiagem, perturbação da paz, ou práticas de atos obscenos. (...) Isso permitia as autoridades manter registros detalhados das atividades dos travestis.<sup>210</sup>

Apesar dessas ações policiais descritas por Guido terem acontecido em São Paulo, as experiências da *travestilidade* carioca foram marcadas por sofrimentos gerados, em grande parte, pelos abusos de autoridade e prisões arbitrárias tanto quanto a experiência paulista. Quando as travestis não conseguiam fugir da polícia, as prisões arbitrárias eram menos agressivas fisicamente quando comparadas às sessões de tortura a que eram submetidas. Nas entrevistas com as travestis mais velhas que encontrou em Salvador, Kulick citou casos em que a polícia militar as obrigavam a lutarem nuas entre si sob a luz dos faróis do camburão, as espancavam e as ameaçavam de morte<sup>211</sup>.

Outro caso nos ajudará a melhor perceber o cotidiano da prostituição das travestis na Zona do Mangue. Margarete circulava pelas ruas do Mangue com um vestido quando um português se sentiu atraído e logo foi abordá-la<sup>212</sup>. Depois da conversa habitual, trataram os valores e o português Vítor, junto da mulher que desejara, seguiu para uma das casas do Mangue, lugar para a consumação do encontro. Ainda despido, assim que foi colocar suas roupas, Vítor deu falta de seus pertences, percebeu que era um golpe e saiu atrás de

---

<sup>209</sup> GREEN, John. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Editora UNESP, 2000. p. 404.

<sup>210</sup> *Ibidem*, p.405

<sup>211</sup> KULICK, Don. Op. cit. p. 49

<sup>212</sup> Biblioteca Nacional, Periódicos. Assaltos e prisões: luso 2 vezes enganado com o golpe do travesti. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 13, 07 de abril de 1971.

Margarete. Enquanto ela o distraía, seus comparsas levaram todo o dinheiro que estava em seus bolsos.

Os gritos da vítima chamaram a atenção dos policiais que faziam a ronda na região e logo a quadrilha, que contava com a participação de Margarete, foi presa. No dia seguinte, a foto dela e dos demais acusados estampou uma das páginas do *Diário de Notícias* sob o seguinte título “Assaltos e prisões: luso 2 vezes enganado com o golpe do travesti”. De acordo com o texto do jornal

O português Vitor Dias da Silva foi duplamente enganado, porque a mulher, de cabelos longos, por quem se sentira atraído, a ponto de acompanhá-la para um encontro, não era senão o anormal Isaiás Manuel, a Margarete que, de peruca e vestido como tal, como tal agia, atraindo vítimas para os chamados golpes dos “suadouros”(...)

Para o jornal, a travesti enganou quando se vestiu e se portou como uma figura feminina. Então, Vítor foi ludibriado pois ele não iria até o quarto onde ocorreu o encontro se soubesse que Margarete era travesti. Essa maneira de adjetivar os homens que saíam com as travestis de “enganados” chamou a atenção na pesquisa pela forma como a masculinidade era apresentada naquele momento. Nessa idealização sobre a figura do homem, uma relação homossexual só aconteceria por engano. Como no caso das travestis que, ao “representarem” mulheres, levariam os homens ao “erro”. Percebeu-se, mais uma vez, a polarização entre algoz e vítima, lugares ocupados, respectivamente por travestis e homens.

No entanto, essa ideia do primeiro engano gerou desconforto, porque andar pelas ruas quentes da cidade não era comum aos desavisados. Dentro de um baixo meretrício onde o golpe do suadouro era recorrente<sup>213</sup> - assunto de carta de leitores, notícia em jornais – e realizado tanto por travestis quanto por prostitutas, o que pareceu de fato golpe foi limpar os bolsos do português enquanto estava nu junto a Margarete.

É evidente que a experiência da homossexualidade se modificou ao longo dos diferentes contextos históricos vividos no Brasil. Inclusive, o trabalho de James Green foi fundamental para compreender a história da homossexualidade para além do momento em que um homem se travestir de mulher era aceito: o carnaval<sup>214</sup>.

---

<sup>213</sup> Biblioteca Nacional, Periódicos. Gerico. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 7, 11 de julho de 1970.

<sup>214</sup> GREEN, James. Op. cit.

Sendo assim, se havia um consentimento social para que as *bichas* circulassem em determinados espaços por determinados momentos, quando elas apareciam fora desse “momento”, em espaços não reconhecidos socialmente para homossexuais, havia conflito. Além de agressão e prisão. Green demonstrou isso em sua pesquisa ao sinalizar que

Ao longo desses dez anos (1969-1978), o espaço urbano para os homossexuais expandiu-se de modo significativo. Bares, discotecas e saunas se proliferaram. Esse avanço era parte do fenômeno generalizado do crescimento das oportunidades de consumo entre a classe média urbana. Travestis vivendo da prostituição inundaram a região do centro do Rio de Janeiro e São Paulo. (...) A reação da polícia veio na forma de periódicas prisões em massa.<sup>215</sup>

As travestis abordadas nesse capítulo não viviam nas mesmas condições que um homossexual da classe média. Novamente, o exercício da interseccionalidade se fez necessário, uma vez que as prisões em massa aconteciam mais frequentemente em determinados endereços, assim como havia um perfil de homossexual que sofria mais com essas prisões.

Ao observar a folha de antecedentes criminais de Felisberto<sup>216</sup>, “preto”, “pederasta passivo”, cozinheiro e copeiro, residindo nos lugares onde dizia trabalhar<sup>217</sup>, via-se uma extensa lista de prisões em flagrantes por vadiagem. Das 13 prisões, contando com aquela que resultou no processo em que constava a folha de antecedentes, apenas uma foi por porte de entorpecentes, art. 281 do Código Penal<sup>218</sup>.

Na primeira prisão por vadiagem, em 1967, já era a quinta vez que Felisberto não conseguia comprovar que ganhava a vida de maneira honesta. Quando foi abordado na Rua Pinto de Azevedo por policiais, ele não tinha qualquer documento que comprovasse ter um emprego. Quando perguntado sobre a profissão, respondeu ser copeiro. Os policiais não acreditaram. Mas como comprovar um ofício para o qual patrões e patroas mantinham vínculos próximos à ideia de criadagem? Na tentativa de sensibilizar o juiz do caso, um estagiário de direito enviou a ele um pedido de justiça:

M.M. Sr. Dr. Juiz:

O acusado abraçou uma profissão ingrata, pois sendo pouco reconhecida pelas “donas de casa”, elas em geral se recusam a assinatura da carteira profissional.

---

<sup>215</sup> GREEN, James. Op. cit. p. 396.

<sup>216</sup> Arquivo do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. Serviço de Gestão de Arquivos Permanentes (SEGAP), Processo nº3183/69, ano 1969, 17ª Vara Criminal, “Folha de Antecedentes Criminais”, folha 18.

<sup>217</sup> Ibidem, “Auto de prisão em flagrante”, folha 2.

<sup>218</sup> Arquivo do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. Serviço de Gestão de Arquivos Permanentes (SEGAP), Processo nº4523/67, ano 1967, 18ª Vara Criminal, “Interrogatório do acusado”, folha 15.



Está trabalhando como copeiro, não sendo portanto vadio.  
Em 23-05-67<sup>219</sup>

Vínculos empregatícios com carteiras de trabalho assinadas eram difíceis de encontrar entre pessoas pouco qualificadas, ou para serviços em que os rendimentos eram baixos. No caso das casas de prostituição, principalmente. Essa documentação poderia ser um meio de provar a prática do lenocínio uma vez que saberiam quem era o empregador e responsável pelo estabelecimento.

Em um desses processos resultante das prisões, Felisberto disse, durante o interrogatório, que não era vadio, mas trabalhava como cozinheiro e copeiro para uma senhora, dona Tânia<sup>220</sup>.

Como foi demonstrado na última citação, as cafetinas não tinham interesse em tirar seus empregados da cadeia, se isso pudesse lhe render alguma investigação ou prisão. Sendo assim, era possível que Felisberto tivesse um trabalho, que estivesse dizendo a verdade no interrogatório. Mas sua patroa, dona Tânia, talvez não quisesse se comprometer indo à delegacia comprovar que se tratava de um de seus empregados.

Em 1969, Felisberto foi preso novamente, sob a mesma alegação: vadiagem. Desta vez foi no subúrbio do Rio, no Jardim do Meier. Após a voz de prisão por ausência de documentação, ele foi conduzido à delegacia e ao delegado respondeu não ser vadio, e sim cozinheiro na rua Rodrigues dos Santos, Estácio<sup>221</sup>.

Quando interrogado, afirmou novamente que “ (...) na sua profissão é difícil o patrão assinar documentos”<sup>222</sup>. Ele havia se deparado com o mesmo problema de antes, e respondia da mesma maneira, o que provavelmente pode ter acontecido repetidas vezes ao longo de sua vida.

Segundo o acusado, apesar de ter entregado desta vez uma declaração feita por seu patrão confirmando seu vínculo de trabalho, os policiais entenderam que não era o ideal e rasgaram-na, espancando-o em seguida<sup>223</sup>. Felisberto declarou, em 1967, que se sentia

---

<sup>219</sup> Ibidem, folha 16.

<sup>220</sup> Ibidem, “Auto de prisão em flagrante”, folha 2, verso.

<sup>221</sup> Arquivo do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. Serviço de Gestão de Arquivos Permanentes (SEGAP), Processo nº3183/69, ano 1969, 17ª Vara Criminal, “Auto de prisão em flagrante”, folha 2, verso.

<sup>222</sup> Ibidem, “Interrogatório do acusado”, folha 24.

<sup>223</sup> Arquivo do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. Serviço de Gestão de Arquivos Permanentes (SEGAP), Processo nº3183/69, ano 1969, 17ª Vara Criminal, “Interrogatório do acusado”, folha 24.

perseguido pelos policiais em um dos seus depoimentos<sup>224</sup>. O processo de 1969 foi resultado de sua 11ª prisão por vadiagem. O que ele tinha que chamava a atenção dos policiais? Cara de vadio?

A interseccionalidade se mostrou como um caminho para compreender as constantes prisões sofridas por Felisberto. Sua condição apresentava diversas categorias consideradas subalternas e, assim, ele aparecia como uma espécie de alvo que chamava a atenção para o que a polícia queria retirar das ruas.

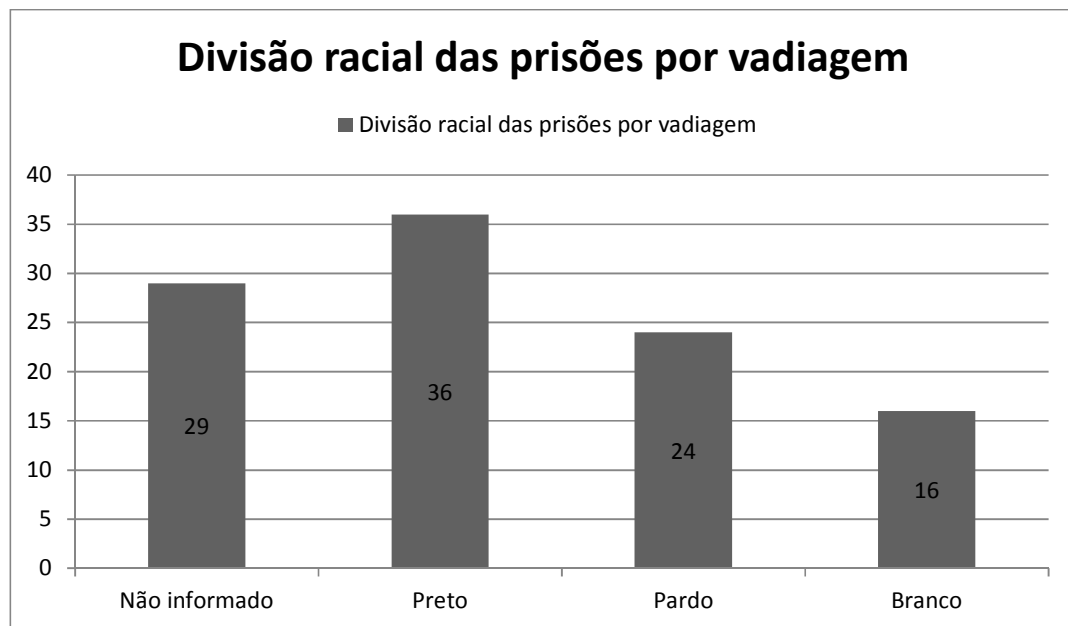
Ser negro, pobre e travesti proporcionou a Felisberto experiências diferentes daquelas experimentadas por aqueles que tinham como marcadores a negritude e a pobreza. Ou quem fosse pobre, mas branco e aparentemente heterossexual.

Através de uma análise quantitativa do perfil de homens e mulheres presos por vadiagem, foi possível verificar quantas e quantos indivíduos eram lidos como negros pela polícia. Apesar da classificação de cor ser dividida em três categorias: preto, pardo e branco, nessa pesquisa os pardos foram entendidos como negros. Essa afirmação se deu, principalmente, por considerar que a cor parda era um marcador que não detinha os privilégios comuns à branquitude.

A partir da observação dos boletins de ocorrência utilizados nessa pesquisa que compreendiam principalmente os meses de maio a setembro, nos anos de 1969, 1971, 1973 e 1975, foram localizados 105 casos de vadiagem. Desses, 36 foram identificados como pretos, 24 como pardos, 16 como brancos e em 29 registros não constava a identificação de cor. Podemos ver melhor essa distribuição no gráfico abaixo:

---

<sup>224</sup> Arquivo do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. Serviço de Gestão de Arquivos Permanentes (SEGAP), Processo nº4523/67, ano 1967, 18ª Vara Criminal, Auto de prisão em flagrante, folha 2, verso.



Ao levarmos em consideração as categorias preto e pardo, vemos que a população negra era maioria presa por vadiagem. Não conseguimos determinar os motivos da ausência da categoria cor em 29 registros. No entanto, mesmo que consideremos hipoteticamente que todos esses indivíduos sem a cor informada sejam brancos, ainda assim, constatamos uma maioria negra nas ocorrências policiais. Visto que, ao somarmos 29 não informados com 16 brancos, obtemos um total de 45 pessoas, contra um total de 60 pessoas negras.

Em outras palavras, a polícia estava mais propícia a conduzir às delegacias as pessoas com marcadores preto ou pardo. A cor, a condição sócio-econômica, a sexualidade ou a identidade sexual assumida informavam aos agentes policiais se a pessoa era uma suspeita em potencial de crimes e contravenções. A negritude, a pobreza, a homossexualidade e a travestilidade juntas, como era o caso de Felisberto, tornavam-no um elemento recorrente nas mãos dos agentes de segurança do estado, na pretensa manutenção da ordem.

Em nenhum dos dois processos citados havia qualquer indício que Felisberto era travesti. Os policiais não declararam as vestes do acusado, como minissaias, blusas decotadas, perucas ou nomes femininos. Visto que era uma prisão por vadiagem, a descrição das vestes não era tão importante, como em um caso de perturbação da ordem ou atentado ao pudor.

Além disso, o documento não sugeriu qualquer trabalho relacionado à prostituição. Muitos cronistas ou estudiosos contemporâneos ao Mangue costumavam dizer em seus trabalhos que homossexuais apenas auxiliavam os bordéis, fosse como segurança ou em

trabalhos domésticos. Todavia, com o passar dos anos a vivência no meretrício enquanto prostituta ficou mais evidente. Armando Pereira afirmou em um de seus estudos que:

No meio prostitucional, o travesti evoluiu, nitidamente, de uma posição inferior – de auxiliar de bordel, arriscando-se, a desonras, a buscar o freguês, tímida e ocultamente, para a de principal personagem, com gambiarras e tudo o mais. Ele intenta derrubar a mulher e faz progressos em sua trajetória. (...) <sup>225</sup>

No entanto, os dois processos o identificaram como pederasta passivo. Essa identificação era generalizante frente às diversas possibilidades de experiências na vivência da homossexualidade. Assim, não havia uma ideia certa a partir da qualificação dada pelos policiais, ou até mesmo apresentada pelo acusado sobre sua sexualidade.

Anos mais tarde, Felisberto apareceu em um boletim de ocorrência sobre um roubo no baixo meretrício <sup>226</sup>. Carmem tinha ido até a delegacia prestar queixa contra o roubo de sua peruca e apontou uma conhecida como suspeita. Ela afirmou que a autora do crime era Cantora. Para as autoridades policiais, Felisberto Gonçalves.

Ao prestar declarações sobre a queixa, Cantora revelou ter vendido a peruca para uma senhora conhecida no Mangue como “Tia Bené”, Benedita Araújo. Tia Bené, por sua vez, disse que recebeu a peruca como pagamento de uma dívida que Cantora tinha com ela.

Assim como Cantora, Carmem também tinha sua história marcada por prisões por vadiagem. Nos processos, Carmem, ou Carminha, era José Celestino. Em 1970, Carmem foi presa por perturbação da ordem quando caminhava pela Av. Vieira Souto <sup>227</sup>. Segundo os policiais, estava vestida como travesti <sup>228</sup>. Ela usava minissaia e peruca e estava na companhia de colegas, quando os policiais a prenderam por atentar contra a tranquilidade das famílias. Nesse processo não havia qualquer referência à prostituição.

Novamente Carmem foi presa, em 1971 <sup>229</sup>. Segundo o testemunho dos dois policiais que a conduziram até a delegacia, a acusada percorria a orla de Ipanema convidando os

---

<sup>225</sup> PEREIRA, Armando. *Bandidos e favelas: uma contribuição ao estudo do meio marginal carioca*. Rio de Janeiro: Eu e Você, 1984. p. 104

<sup>226</sup> Arquivo da Polícia Civil, Setor de microfilmagem, Boletim de ocorrência da 6ª Delegacia policial: roubo, 14 de maio de 1971. Rolo 1970-1971.

<sup>227</sup> Arquivo do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. Serviço de Gestão de Arquivos Permanentes (SEGAP), Processo nº61741/70, ano 1970, 18ª Vara Criminal, “Auto de Prisão em Flagrante”, folha 2.

<sup>228</sup> Idem.

<sup>229</sup> Arquivo do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. Serviço de Gestão de Arquivos Permanentes (SEGAP), Processo nº473/71, ano 1971, 34ª Vara Criminal.

passantes para um encontro libidinoso em troca de dinheiro. Ou seja, Carmem estaria fazendo trottoir na zona sul.

Os policiais descreveram seus trajes assim como o fizeram em 1970. Ela vestia um vestido de alcinha, cor de rosa, todo estampado, bem acima dos joelhos<sup>230</sup>. E também usava uma peruca de cabelos castanhos curtos. Talvez fosse a peruca que Cantora furtou cerca de um mês depois dessa prisão. Além disso, os policiais disseram que ela, aos gritos, proferiu palavras de baixo calão assim que a viatura chegou para controlar o escândalo e acabar com a perturbação da tranquilidade<sup>231</sup>.

Na audiência, Carmem disse que era pederasta e ainda negou que estivesse fazendo trottoir, uma vez que seus rendimentos provinham de seu trabalho como doméstica<sup>232</sup>. E complementou sua fala ao juiz, dizendo que os policiais que a prenderam em Ipanema, foram os mesmos que a conduziram à delegacia em outras ocasiões. O que se aproximou bastante do que Felisberto declarou em sua audiência sobre a perseguição dos policiais<sup>233</sup>.

Apesar do desgaste físico e emocional que uma prisão desse tipo podia provocar, a alegação dos policiais foi considerada improcedente, pois não havia denúncia dos moradores da região contra ela<sup>234</sup>. Assim, o juiz determinou o arquivamento desse processo:

Não há prova de que qualquer pessoa tenha sido molestada pela atividade do menor nem se qual queixaram nos autos. O que está acontecendo é que os policiais fecharam-se dentro da presunção da legitimidade e dela estão abusando. Por tais julgamentos, julgo improcedente a investigação determinando seu arquivamento bem como a entrega do menor ao responsável aqui presente.<sup>235</sup>

Nos autos do processo apareceram informações sobre a situação parental de Carmem, visto ser menor de idade. Dentre elas, que seus pais eram desquitados. Seu pai possuía uma renda provavelmente confortável, pois era professor de odontologia na Faculdade de Medicina<sup>236</sup>. Tendo sido caracterizado ainda como *farrista*, ou seja, alguém que goste curtia

---

<sup>230</sup> Arquivo do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. Serviço de Gestão de Arquivos Permanentes (SEGAP), Processo nº473/71, ano 1971, 34ª Vara Criminal, “Auto de apresentação e Apreensão”, folha 2.

<sup>231</sup> Ibidem, “Auto de Prisão em Flagrante”, folha 3, verso.

<sup>232</sup> Ibidem, folha 5.

<sup>233</sup> Arquivo do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. Serviço de Gestão de Arquivos Permanentes (SEGAP), Processo nº3183/69, ano 1969, 17ª Vara Criminal, “Interrogatório do acusado”, folha 24.

<sup>234</sup> Arquivo do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. Serviço de Gestão de Arquivos Permanentes (SEGAP), Processo nº473/71, ano 1971, 34ª Vara Criminal, “Audiência de Apresentação do Menor”, folha 12. 1971.

<sup>235</sup> Idem.

<sup>236</sup> Ibidem, folha 5.

os prazeres da noite, também sendo entendido como boêmio, o que pode ter corroborado para o desquite.

A mãe sabia da condição do filho de pederasta. Carmem, inclusive, já estava com seus seios em formação. Constava nos autos também que não houve movimentação da família para um tratamento conveniente.

No texto do documento não estava claro se o tratamento conveniente seria para acabar com sua condição homossexual, ou um acompanhamento psicológico devido às agressões, prisões e à dificuldade de ser homossexual em uma sociedade que não aceitava a sexualidade que se distanciava da heteronormatividade<sup>237</sup>. Carmem disse em audiência que se sentia bem como era, e que seu principal problema eram as provocações e humilhações que sofria por ser travesti.

Os diversos percalços de indivíduos que se viam e reconheciam enquanto homossexuais gerava sofrimento e, diante disso, a necessidade de criar estratégias para lidar com os problemas que surgiam quando era revelada – ou descoberta, sua sexualidade.

A documentação analisada não esclareceu sobre o uso de qualquer substância que justificasse os seios em formação de Carmem. Todavia, a pesquisa de Don Kulick, novamente, trouxe maior entendimento sobre a travestilidade, no capítulo em que explica o fazer-se travesti.

Mesmo que a pesquisa tenha ocorrido em meados da década de 1990, havia relatos de travestis com cerca de 40 anos que tinham ingerido hormônios aos 15. Dessa forma, esse estudo sobre as travestis de Salvador corroborou para melhor apreciação do caso de Carmem.

Os primeiros anos da década de 1960, no Brasil, foram marcados pela entrada de pílulas hormonais que anunciavam o fim da gravidez indesejada. Era o mais recente método contraceptivo, e este significou uma grande mudança comportamental e cultural, propiciando a chamada Revolução Sexual<sup>238</sup>.

---

<sup>237</sup> A heteronormatividade é um termo usado para definir as normas compartilhadas pela heterossexualidade.

<sup>238</sup> HOBBSAWM, Eric. Era dos Extremos: o breve século xx: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Revolução Cultural, pp. 314-336.

As primeiras pílulas anticoncepcionais tinham elevada taxa hormonal e sua presença foi bastante discutida na imprensa que ora abordava seus prós, ora os contras<sup>239</sup>. Médicos ginecologistas indicavam para as suas pacientes o uso da pílula anticoncepcional, e por essas informações foi possível deduzir a classe social das mulheres que tinham maior acesso a essas pílulas<sup>240</sup>: aquelas que tinham dinheiro suficiente para consumir uma novidade farmacológica e faziam acompanhamento regular com ginecologistas. Ou mesmo as mulheres que tinham acesso a revistas que traziam matérias abordando o assunto.

Entretanto, não eram apenas as mulheres que iam até a farmácia em busca dos anticoncepcionais. Travestis também os compravam, mas com objetivos diferentes. Para Carmem, as pílulas com hormônios femininos eram um caminho para viver em um corpo marcado pela feminilidade. Ao fazer uso desse medicamento, travestis ingeriam progesterona e estrogênio e, assim, estimulavam o crescimento de seios e o aumento dos quadris:

Martinha é uma travesti de 40 anos, crescida na antiga “zona do meretrício” de Salvador, que começou a se prostituir escondido da família aos nove. Ela contou ter descoberto os hormônios quando tinha uns 15 anos, por intermédio de um cliente que era médico. Esse homem disse que ela poderia desenvolver seios se tomasse hormônios e fez ele mesmo as primeiras injeções em Martinha. Isso aconteceu em meados dos anos 70, período em que hormônios ainda eram novidade no mercado farmacêutico brasileiro.<sup>241</sup>

A ingestão de hormônios pelas travestis estava muito ligada à prostituição, uma vez que ter uma aparência mais feminina interferia em um aumento considerável da lucratividade. Ter um corpo de mulher não era o propósito de todos que viviam a homossexualidade, todavia, era uma maneira de atrair mais clientes.

Dessa forma, é importante compreender que a escolha por ser travesti podia estar diretamente relacionada à necessidade de sobrevivência. Ainda mais, se considerarmos que muitos jovens eram expulsos de suas casas ainda crianças, ou entrando na puberdade, e a prostituição era a escolha que gerava mais lucro para eles conseguirem pagar as próprias contas.

---

<sup>239</sup> PEDRO, Joana Maria. *A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração*. Rev. Bras. Hist. [online]. 2003, vol.23, n.45, pp. 239-260. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882003000100010](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882003000100010) Acesso em: 13/07/2015.

<sup>240</sup> *Ibidem*, p.243.

<sup>241</sup> KULICK, Don. Op. cit. p. 83.

No caso de Carmem, que nascera do sexo masculino e, por isso, deveria performar a masculinidade a partir de conceitos heteronormativos, o reconhecimento de sua homossexualidade provavelmente foi um dos motivos para as dificuldades de relacionamento com seus familiares. Não expressar a masculinidade, quando possuidor de um órgão sexual masculino, era considerada uma desonra, motivo para escárnio, vergonha para a família.

Diante disso, era comum que rapazes homossexuais abandonassem seus lares ou fossem expulsos dos mesmos. E, precisando sobreviver nas ruas, eles descobriam que a prostituição era um caminho para receber dinheiro de maneira mais rápida. A transição, em muitos casos, não ocorria por uma questão de não lidar com o corpo masculinizado, e sim porque permitia maiores ganhos na prostituição<sup>242</sup>. Vestir-se, portar-se e ter um nome feminino era uma estratégia, no caso de algumas travestis, para receber mais nos encontros e ampliar a rede de clientes.

Era julho de 1970, quando Cassiano decidiu partir de Belém do Pará, com destino ao Estado da Guanabara, ele tinha como objetivo recomeçar a sua vida<sup>243</sup>. Ao entrar no ônibus, sentou-se ao lado de Zenira, com quem logo fez amizade. A longa viagem de cerca de dois dias foi encurtada pelas conversas que teve com sua vizinha de assento.

Entre apresentações, reclamações sobre o conforto e a expectativa com a chegada, Cassiano contou histórias de sua própria vida. Revelou para sua nova amiga diversos detalhes de sua trajetória, marcada por sofrimentos, angústias e dificuldades financeiras, chegando a mostrar à Zenira as cartas que trocara com sua família.

Zenira se sensibilizou com as histórias que Cassiano contou, emocionando-se em diversos momentos com os problemas da trajetória de vida do rapaz. Com o objetivo de ajudar o novo amigo, visto que trabalhava como cantora em várias casas noturnas e restaurantes, Zenira deu seu endereço e o número de seu telefone.

Algumas horas antes deles desembarcarem, Cassiano disse que não tinha para onde ir quando saísse da rodoviária<sup>244</sup>. Zenira ficou preocupada, e decidiu convidá-lo para passar alguns dias em sua casa, até que ele encontrasse um lugar para ficar<sup>245</sup>. Nesse período, ela

---

<sup>242</sup> SANTOS, Rafael França Gonçalves dos. *As aparências enganam? A arte do fazer-se travesti*. Curitiba: Appris, 2015.

<sup>243</sup> Arquivo do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. Serviço de Gestão de Arquivos Permanentes (SEGAP). Processo nº4264/73, ano 1973, 20ª Vara Criminal, “Auto de Qualificação”, folha 12, verso.

<sup>244</sup> Idem.

<sup>245</sup> Idem.



procuraria um emprego como copeiro<sup>246</sup>. Cassiano já havia trabalhado como taifeiro na Marinha, logo, conhecia bem a rotina de trabalho das cozinhas.

Na noite do dia 24 de dezembro, Cassiano foi ao apartamento de sua amiga e, aproveitando-se de sua ausência, levou diversos objetos dela consigo para a casa de uma conhecida que vivia em Éden, Baixada Fluminense. Lá, deixou alguns itens que havia roubado e depois partiu para o Norte, vendendo os demais objetos para os passageiros e passantes das cidades onde o ônibus fazia parada.

Quando Zenira retornou para seu apartamento, percebeu que a porta estava aberta e se deu conta da ausência de alguns objetos de valor<sup>247</sup>. Ela, então, seguiu para a delegacia e prestou queixa.

Dois dias depois, a vítima retornou à delegacia para acrescentar novos objetos que desapareceram de seu apartamento, tais como: isqueiro, rádios de pilha, despertador, vários brincos, vidros de perfume, óculos<sup>248</sup>. Zenira não sabia avaliar a quantia dos objetos e indicou um suspeito. Ela suspeitou de Cassiano e avisou a polícia.

Meses depois, em 1971, o acusado foi detido e confessou o roubo<sup>249</sup>. Cassiano disse aos policiais que tinha vivido alguns dias com Zenira, e que o emprego que ela havia lhe arranjado não durou muito. Ainda falou que em dezembro retornou a casa dela para pedir ajuda. O acusado revelou que já havia matado um homem a navalhadas em uma briga, e esse foi o real motivo que o levou a seguir viagem para o Estado da Guanabara.

Além disso, Cassiano disse ser conhecido como Martinha. O uso de um nome feminino, e o reconhecimento do mesmo pelo grupo de amigos ao qual pertencia foi um dos elementos para identificação da travestilidade dos indivíduos apresentados nesse trabalho. Alguns processos não identificavam o gênero dos acusados ou das acusadas. Principalmente aqueles sobre flagrante de vadiagem, a não ser pelo acréscimo de outro nome feminino.

As dificuldades financeiras de Cassiano, junto à falta de trabalho, colaboraram na sua decisão de ir até a casa de Zenira para roubar os bens que ele considerava de valor. O fato de

---

<sup>246</sup> Arquivo do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. Serviço de Gestão de Arquivos Permanentes (SEGAP). Processo nº4264/73, ano 1973, 20ª Vara Criminal, “Auto de Qualificação”, folha 12.

<sup>247</sup> Ibidem, “Furto-Comunicação”, folha 2.

<sup>248</sup> Ibidem, “Aditamento”, folha 3.

<sup>249</sup> Ibidem, “Aditamento”, folha 4.

ele conhecer a vítima, e tê-la como uma pessoa que o ajudava, possibilitou a interpretação de que ele agiu de má fé, tendo construído uma relação de confiança para depois roubá-la.

Também podia ser o caso do acusado considerar que sua amiga entenderia a situação, por saber de todas as dificuldades que ele enfrentava. Eles se conheciam desde julho, tempo suficiente para construir uma amizade, visto que diversas vezes ficou na casa dela. Assim como também foi tempo suficiente para saber que bens ela guardava no apartamento. Algo bem próximo ao caso de Cantora, quando decidiu pegar a peruca de Carmem para pagar sua dívida com tia Bené.

Ou ainda terem se desentendido e, por isso, entender que a outra pessoa tinha a obrigação de lhe ajudar, mas não o fez. Portanto, tanto Martinha quanto Cantora, decidiram resolver suas dificuldades através do roubo a quem tinham como amigas.

Esse último caso, assim como o roubo da peruca, expôs crimes cometidos por travestis, o que na visão de delegados e jornalistas confirmavam seus estereótipos. Todavia, diante da ausência de trabalhos e da própria dificuldade na prostituição, o roubo se constituía numa possibilidade de amenizar os problemas do cotidiano, ou estratégia diretamente relacionada à falta de renda.

Apesar de existirem travestis que se prostituíam, alguns trabalhos deixaram evidente a diferenciação entre ser uma mulher, uma travesti ou um homossexual na prostituição. O delegado Armando Pereira, em um de seus livros, mostrou suas reflexões acerca do *prostituto*<sup>250</sup>. Para ele, o homem que se prostituía no Brasil a partir do *vício passivo*, não participava de uma atividade comercial e, por isso, não ser comum encontrar bordéis dedicados aos *invertidos*. Nas palavras do delegado,

As casas que, porventura, conseguem estruturar, não podem subsistir porque anti-econômicas. A prostituição comercial se baseia na prestação do ato sexual mediante paga. Ora, aqui raramente, ou porcas vezes, o cliente paga o invertido. O que ocorre é quase sempre o oposto – o invertido pagando ao seu cliente<sup>251</sup>

Essa percepção de que o homossexual era o pagante do sexo, mesmo que em posição de prestador de serviço, foi muito bem analisada por Kulick através das narrativas de suas entrevistadas. Só a partir do uso de hormônios, segundo seu estudo, que as travestis passaram

---

<sup>250</sup> PEREIRA, Armando. *Sexo e prostituição*. Rio de Janeiro: Gráfica Record Editora, 1968. p. 107.

<sup>251</sup> *Ibidem*, p. 109

a cobrar pelo sexo, tais quais as prostitutas<sup>252</sup>. A construção do corpo, do comportamento e de uma identidade relacionada ao feminino foi um meio das travestis se tornarem atraentes aos homens, e conseqüentemente, aos clientes.

Assim, os homens achavam que era um favor transar com os homossexuais. E só deixou de o ser, como bem explicou uma das entrevistadas por Kulick, sobre a hesitação dos clientes pagarem as travestis: “você é quem vai me comer. Eu vou ser a mulher e você vai ser o homem. Você paga uma prostituta, então você pode muito bem me pagar”<sup>253</sup>.

Além dessas questões, havia as prisões. Algo que já foi debatido anteriormente. Durante a ditadura militar, as submissões à tortura e humilhações se estendiam a todos os indivíduos marginalizados, principalmente travestis. A resistência delas, que permaneciam nas ruas, mesmo após todo tipo de agressão, foi muito bem descrita pelo antropólogo.

A prostituição de travestis ou de homossexuais persistia, muito de maneira clandestina por uma questão de sobrevivência e de dificuldade na relação com os clientes. Diante dessas questões, os homossexuais desenvolveram determinados papéis no baixo meretrício que muitas vezes eram atribuídos às mulheres. Um exemplo foi a citação do trabalho doméstico no processo de Felisberto, ou de Grey, no caso de Nina, que era couteleiro<sup>254</sup>.

Mesmo que não se vestissem totalmente como mulheres – em alguns casos, apenas usavam determinados elementos associados ao feminino, o que podia caracterizar certa androgenia, havia o chamado “trejeito” que fazia com que socialmente fosse entendido como *bicha*. E, assim, era comum que tomassem para si, ou recebessem indicação para fazer serviços comumente desenvolvidos por mulheres.

Quando as atividades não eram relacionadas aos serviços domésticos, trabalhavam como seguranças, copeiros, cozinheiros, manicure e outras atividades reconhecidas como papéis femininos. Todavia, é fundamental percebermos a prostituição de travestis como mais uma possibilidade de atividade profissional no baixo meretrício.

Mesmo que historicamente a predominância na zona do Mangue fosse de mulheres, os homossexuais já se relacionavam com clientes, inclusive antes do reconhecimento da

---

<sup>252</sup> KULICK, Don. Op. cit. p. 159.

<sup>253</sup> Ibidem, p.159

<sup>254</sup> Arquivo do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. Serviço de Gestão de Arquivos Permanentes (SEGAP). Processo Criminal, nº 4081/69, homicídio, 26ª Vara Criminal, “Termos de Declarações”, folha 9.

travestilidade. Embora entendessem o meretrício como um espaço em que toda a expressão da sexualidade fosse compreendida, homossexuais e travestis encontravam resistências, preconceitos e discriminações.

Contudo, no mangue existia o esforço dos homossexuais em se tornarem figuras indispensáveis nas casas de prostituição, segundo a análise produzidas por Armando Pereira. Para ele, foi essa constante presença que propiciou os primeiros ganhos através da prostituição. Segundo o delegado

A força da audácia – e não recua face ao martírio – consegue substituir, a horas tardias, a prostituta traumatizada, e atender aos cavalos vorazes. Vestem-se de mulheres, roupas sumárias no corpo de efebo, alguns arranjos de maquilagem, e eílos também na trincheira do sexo, lutando denodadamente para conquistar os retardatários... A desoras não há policiamento, dormem todos, então podem exercer com tranquilidade o seu pobre ofício.<sup>255</sup>

A visão construída sobre a travesti tinha relação com o que estava abaixo da prostituição feminina, o que tinha em si uma referência à crença da desonra de um homem que se submetia a ter relações com outro homem ocupando o papel passivo, destinado às mulheres.

Com isso, foi possível observar a interseccionalidade de ser uma mulher prostituta e ser uma travesti prostituta. Existia uma diferença inequívoca que não estava somente ligada ao sexo biológico, mas também às diversas construções culturais e sociais sobre as posições e papéis definidos para cada gênero. Portanto, não havia a negação das travestis, e sim a definição de um papel subalterno ao da mulher que se prostituía. No Mangue, existia uma hierarquia de gênero.

---

<sup>255</sup> PEREIRA, Armando. *Sexo e prostituição*. Rio de Janeiro: Gráfica Record Editora, 1968. p. 110.

## Conclusão

Nesse capítulo pudemos observar que a Zona do Mangue era um baixo meretrício constituído de pluralidades de gênero e sexualidade, inclusive na atuação da principal atividade. Ou seja, as travestis estavam presentes no Mangue e parte delas vivia da prostituição.

A escolha por um novo nome e uso de roupas femininas, caracterizando a construção de uma nova identidade, era um caminho que ampliava as possibilidades dentro do meretrício. Apresentar-se como mulher nas ruas quentes do Mangue atraía mais clientes e, conseqüentemente, mais lucros.

Dessa maneira, essa escolha dizia mais sobre sobrevivência que necessidade de ser lida pela sociedade como mulher<sup>256</sup>. A maior lucratividade da prostituição influenciou a forma pela qual os homossexuais do baixo meretrício vivenciaram a travestilidade. Também influenciaram na vivência da travestilidade, as diversas mudanças históricas que se desencadearam no país, e uma delas foi a chegada da pílula anticoncepcional no Brasil da década de 1960. Os hormônios contidos nas pílulas possibilitaram que as mulheres vivessem sua sexualidade livremente, assim como permitiu que as travestis pudessem iniciar transformações em seus corpos que os aproximassem de um corpo feminino.

Além da prostituição, era comum que os homossexuais se ocupassem de atividades associadas ao papel feminino como doméstica ou manicure. Chamados de “anormais” ou “invertidos” por policiais e jornais, os homossexuais eram constantes alvos das rondas nas prisões por vadiagem. E a frequência dessas prisões provavelmente estava ligada a outros marcadores como a negritude e a condição social, o que revelou a necessidade de observar o objeto de estudo a partir da interseccionalidade.

A marginalidade social imposta à homossexualidade e à travestilidade determinava os espaços onde essas pessoas poderiam transitar, consoante a forma como deveriam ganhar seus rendimentos. Essa limitação vivida por esses indivíduos corroborava no envolvimento com a criminalidade. Portanto, havia travestis e homossexuais do Mangue que viviam de pequenos crimes, assalto, venda de drogas e o recorrente golpe do suadouro, que unia o roubo à prostituição, visto que suas vítimas eram clientes.

---

<sup>256</sup> Essa conclusão só foi possível após ouvir relatos e análises de mulheres trans sobre a prostituição e vivência de travestis nas ruas.

Mesmo que tenham protagonizado experiências dolorosas, relacionadas diretamente com contextos políticos e sociais, elas ainda foram colocadas na clandestinidade das notas de rodapé. E isso sendo sujeitos históricos atuantes e transformadores da própria realidade, formadores de estratégias de sobrevivência diante das perseguições e violências, físicas e simbólicas.

A utilização de conceitos formulados por militantes e acadêmicas inseridas no movimento transfeminista foi uma escolha adotada nesta pesquisa porque entendemos que a produção de saberes sobre a própria identidade de gênero precisa ser incluída nos estudos acadêmicos como forma de combate à transfobia e discursos patologizantes que pouco dialogam com o grupo tido como objeto de pesquisa.

Portanto, a historiografia brasileira apresentou um alarmante silêncio sobre a prostituição de travestis, principalmente no que tangia à prostituição na Zona do Manguê. As travestis, quando citadas, apareciam apenas como figurações. Dessa maneira, esse trabalho tenta preencher essa lacuna apresentando as travestis como atrizes indispensáveis à dinâmica do baixo meretrício, assim como as suas estratégias para lidar com as frequentes adversidades encontradas no contexto ao qual estavam inseridas.

## Conclusão

As flores horizontais deste trabalho tiveram suas trajetórias expostas e analisadas para além da sexualidade transgressora. A chegada e a permanência de prostitutas e travestis na Zona do Mangue, ao longo do século XX, foi marcada por constante repressão. Todavia, a prostituição não era o único foco da ação de policiais. Todos os aspectos que envolviam a marginalidade no baixo meretrício eram entendidos como elementos a serem eliminados, encarcerados e perseguidos pelo Estado.

Deste modo, não cabia somente a observação do meretrício, ou as formas como as relações sexuais decorriam na Zona do Mangue. O conceito de imoralidade não estava restrito à negociação dos encontros. O incômodo com o baixo meretrício também estava relacionado às características físicas e sociais de quem construía esse espaço. A partir de análises interseccionais, compreendemos que marcadores de raça, classe e gênero tinham impacto na escolha de quais sujeitos eram enquadrados como pertencentes às “classes perigosas”.

A travessia por diferentes contextos políticos, que incidiram sobre rupturas e permanências das interações na Zona do Mangue, demonstrou a resistência apesar das incessantes estratégias de dar fim à região e suas atividades. Entretanto, diante do avanço das obras do Centro Administrativo São Sebastião e da construção das estações do metrô, as casas, bordéis e bares sofreram com as constantes desapropriações. Sem onde para trabalhar, as mulheres seguiram em busca de um novo lugar, o que resultou na afamada Vila Mimosa. Portanto, não existiu o fim da Zona do Mangue, mas um hiato em sua trajetória.

Apesar da memória da Zona do Mangue e de todas as mulheres que construíram sua identidade não ser mantida e valorizada por instituições, a população tratou de elaborar sua própria homenagem, mesmo que às avessas: o prédio do Centro Administrativo São Sebastião, erguido sobre os escombros dos bordéis, foi apelidado de “Piranhão”.

O recorte temporal desta pesquisa coincidiu com o período em que o Brasil esteve sob o governo de uma ditadura civil militar. Muitas análises sobre esse momento histórico se concentraram na atuação de camadas intelectualizadas, envolvidas na vida política do país. No entanto, este trabalho propôs a análise das experiências de prostitutas, travestis e indivíduos que participaram da Zona do Mangue, um baixo meretrício que, independente de

ideologias políticas e governos, atravessava a História imerso na categoria “torturáveis”<sup>257</sup>, segundo Luciano Oliveira.

Portanto, através deste trabalho, pudemos acompanhar as relações de personagens que em muitos momentos foram marginalizados também pelos estudos históricos. A trajetória de prostitutas e travestis que constituíram a identidade da Zona do Mangue, nos permitiu compreender as estratégias construídas por essas mulheres para se manter dentro desse espaço, assim como garantir meios de sobreviver. Além disso, foi perceptível que a dinâmica peculiar da Zona do Mangue, em que a prostituição ocupava o lugar de principal atividade, envolvia diversos elementos, atividades e reflexões para além do meretrício.

No primeiro capítulo, foi exposto o percurso do baixo meretrício carioca ao longo de todo o século XX. A história da Zona do Mangue, entrecruzada à história do Brasil, demonstrou o quanto os espaços marginalizados eram afetados pelas mudanças políticas, principalmente àquelas que tangiam ao aumento da repressão. Assim como, acordos internacionais influenciavam a maneira com a qual a prostituição era compreendida e tratada no país. A realização da República do Mangue foi um retrato disso.

Além dessas análises, o capítulo buscou compreender quais indivíduos atuavam nas ruas do Mangue e que atividades estavam presentes no cotidiano desse espaço. Posto isto, pudemos afirmar, a partir das fontes, que a prostituição não era atividade exclusiva. Nas mesmas ruas dos bordéis, existiam bares e cafés que atendiam passantes, clientes, prostitutas e moradores. E como não era um espaço destinado somente para lojas, as ruas também eram compostas de casas, sobrados e prédios, alguns deles de habitações coletivas.

As narrativas colocadas ao longo do capítulo, expuseram o perfil daqueles que por diversos motivos acabaram registrados pela Polícia. Uma das maneiras de constar no arquivo policial era a prisão por vadiagem. E foi a partir dessa contravenção que observamos os perfis que apareceram com maior frequência. No terceiro capítulo, chegamos à conclusão que a maioria presa por vadiagem era lida como negra.

A prisão por vadiagem era uma das formas do poder público retirar das ruas aqueles indivíduos indesejáveis do ponto de vista moral: prostitutas, travestis, pobres e negros. Era uma maneira de “limpar” a cidade. Logo, esses dados foram importantes porque apresentaram

---

<sup>257</sup> OLIVEIRA, Luciano. *Do nunca mais ao eterno retorno*: Uma reflexão sobre a prostituição. São Paulo: Brasiliense, 2009.



as categorias que eram entendidas como “perigosas” e, mais do que isso, subversivas à moral e aos bons costumes.

Entre vadias e vadios, também encontramos agressões, roubos e golpes. Essas comunicações registradas pelo escrivão nos mostrou o ofício de clientes e frequentadores da zona, tais como militares, motoristas, assaltantes entre outros. E também revelou que a bebida alcoólica não era o único recurso para otimizar a diversão no baixo meretrício, uma vez que o tráfico de drogas ilegais, tais como a cocaína e a maconha, era comum.

Por se tratar de um espaço destinado à prostituição e, por isso, marginalizado, o tráfico, a venda e o consumo de drogas ilícitas ocorriam com maior frequência. Além do fato de ser um lugar para o entretenimento. Apesar da diversão e dos lucros que as drogas poderiam gerar, seu uso exagerado— assim como de bebidas alcoólicas - deixava as relações mais vulneráveis a brigas e até agressões.

O caso de Nina, exposto no segundo capítulo, narrou a história de uma prostituta que assassinou a pancadas com uma barra de ferro, uma senhora que havia sido sua cafetina na Zona do Mangue. Na noite do crime, Nina teria ingerido cerveja, o que pode ter ajudado a materializar o que desejava fazer com Tia Rosita.

A tensão entre essas mulheres, em uma relação que explicitava questões históricas, como a presença de prostitutas estrangeiras na Zona do Mangue, o fato dessas mulheres se tornarem cafetinas e a interação conflituosa entre prostitutas e cafetinas demonstrou o quanto uma análise limitada à ótica mercadológica excluiria diversas questões embutidas nessa relação.

Uma delas era a condição que muitas mulheres se encontravam quando batiam à porta de bordéis em busca de uma vaga. A falta de trabalho, ou o cansaço devido a baixa remuneração no trabalho doméstico, despertava o interesse pela prostituição, vista como uma oportunidade de receber o suficiente para se sustentar ou manter a família. Uma vez que muitas prostitutas recebiam as primeiras orientações sobre o ofício de suas cafetinas, ou até mesmo conselhos de quem já tinha vivido experiências próximas às que elas relatavam, a relação não existia apenas para a manutenção do lucro. Havia a aproximação pela experiência compartilhada. Cafetinas eram as prostitutas que envelheceram.

O segundo capítulo também teve como objetivo problematizar a escolha pela prostituição. A prostituta era uma trabalhadora, e a partir dessa perspectiva entendemos que a prostituição foi uma consequência do conjunto de experiências e escolhas das mulheres observadas. Todavia, foi importante considerarmos que a decisão pela prostituição no baixo meretrício foi tomada a partir de um leque de possibilidades bastante restrito.

As frequentes agressões, rixas e repressão policial demonstraram as dificuldades encontradas nas relações existentes na Zona do Mangue. Entretanto, julgamos importante considerar que as fontes de origem policial e jornalística foram fruto de momentos de conflito. Logo, dificilmente encontraríamos elementos indicadores de experiências positivas na região, tais como relatos de sucesso ou satisfação na atividade. Na documentação policial existiam elementos de sobra para reforçar olhares estereotipados sobre o meretrício, por isso a necessidade de reforçar que o olhar sobre as fontes analisadas precisavam apreciar as condições em que as informações foram produzidas.

Por conta dos estereótipos, muitas prostitutas esconderam sua ocupação das autoridades, optando por se dizerem domésticas. Essa era uma estratégia dessas mulheres que pretendiam se esquivar da arbitrariedade de policiais, delegados e juízes. No entanto, Dilma, uma das prostitutas apresentadas nesse capítulo, diante de uma prisão por vadiagem, afirmou ser meretriz. Essa fala chamou a atenção durante a pesquisa, uma vez que ela negava a condição de vadia, declarando-se prostituta e, com isso, trabalhadora. Ou seja, nesse momento, se afirmar enquanto prostituta também foi uma estratégia para lidar com as autoridades.

Entendendo que a prostituição era a principal atividade na Zona do Mangue, mas não a única a ser realizada pelas mulheres, também vimos que a venda de drogas ilegais era um dos meios delas adquirirem renda ou reforçar o orçamento. Da mesma forma como a aplicação de golpes, no caso do suadouro e da venda do apartamento feita por Benedita.

Sobre as relações de gênero, o rufianismo era uma das formas de interação entre homens e mulheres. Apesar de se tratar de uma relação desigual, haviam interesses mútuos entre meretrizes e rufiões. Se as prostitutas precisavam de proteção para atuar nas ruas, os rufiões faziam a segurança dessas mulheres para obter dinheiro. Eram eles os responsáveis por cobrar dos clientes caloteiros, ou ir até a delegacia soltar as mulheres quando eram presas.

No entanto, os aspectos desiguais podiam ser percebidos devido as mulheres sofrerem com os abusos e exploração dos homens que tinham por objetivo protegê-las. Principalmente quando eram os rufiões quem agenciavam as prostitutas, tal qual um cafetão. Há de se considerar que as mulheres ficavam mais expostas à exploração quando, além das negociações profissionais, o rufião desempenhava um papel importante em seu círculo afetivo, sendo o amásio, marido ou namorado da prostituta.

Dessa forma, ficou evidenciado parte dos papeis que eram desempenhados pelos homens dentro da Zona do Mangue. Entretanto, Assim como as mulheres desenvolviam diferentes papéis, os homens também não se limitavam a serem clientes ou rufiões. Eles também eram comerciantes, donos de bares, apontadores de jogo do bicho, traficantes de drogas ilícitas, seguranças, exerciam trabalho doméstico, copeiros, cozinheiros e até cuteleiros.

Alguns desses homens que transitavam pelas ruas da Zona do Mangue eram homossexuais, como acompanhamos no terceiro capítulo que teve como objeto de análise as travestis. Os homossexuais trabalhavam nas casas de prostituição em diversas ocupações, principalmente àquelas compreendidas como essencialmente femininas, no caso de cuteleiros ou domésticos. Mas atuavam também como seguranças, cozinheiros e copeiros de bares e bordéis, construindo relações estreitas com a prostituição.

A homossexualidade nas décadas de 1960 e 1970 era bastante condenada, inclusive no baixo meretrício. Quando os homens eram identificados como homossexuais, eles sofriam diversas agressões, tanto de policiais, quanto dos passantes das ruas. Alguns estudos apresentados nesse terceiro capítulo chamaram a atenção para a forma com a qual homens lidavam com a homossexualidade. Um exemplo foi o fato de homens, que se identificavam como heterossexuais, cobrarem um valor para manterem relações com aqueles que eram vistos como “anormais” ou “invertidos”. Ou até mesmo roubar os seus pertences, como disse Nadir em seu processo contra Cristiano. Essas ações contra homossexuais explicitaram o quanto a sexualidade dos homens atuava em linhas tênues nas suas interações, que em diversos momentos tinha caráter agressivo.

Diante de um ambiente hostil, em que homossexuais eram presos por vadiagem ou atentado ao pudor, a vivência da sexualidade transgressora resistia. As experiências na prostituição, em um período de violências simbólicas e físicas advindas do próprio aparelho

do Estado, instigaram à construção de estratégias e grupos para defesa dos direitos dos homossexuais<sup>258</sup>.

Nas trajetórias das travestis, também foi necessária a construção de estratégias para que sobrevivessem às adversidades e violências. Dentre as diversas formas encontradas para se manterem vivas, ou longe das cadeias, estava o uso da lâmina de barbear. Essas lâminas serviam como armas contra o ataque de agressores. Entretanto, uma das principais utilidades dessas lâminas era provocar ferimentos sobre o próprio corpo para que os policiais deixassem de conduzi-las até às delegacias, onde elas seriam torturadas e presas.

A própria constituição da travesti era uma estratégia de sobrevivência, uma vez que o uso de nomes femininos, assim como comportamento, roupa, mudanças corporais e acessórios eram elementos importantes para que se destacassem nas ruas e conquistassem mais clientes. A prostituição era uma oportunidade, e a construção de uma identidade feminina era um meio de garantir maior lucratividade.

A pílula anticoncepcional, que acabara de entrar no mercado brasileiro com hormônios e estrogênio, na década de 1960, foi uma aliada não só à Revolução Sexual das mulheres, mas também na constituição de corpos femininos. A ingestão de hormônios através das pílulas permitiu o fazer-se travesti, que apresentou à sociedade novas formas de viver a mulheridade.

A partir das observações feitas, pudemos afirmar que a Zona do Mangue era um espaço em que a prostituição feminina não era restrita à presença de mulheres cisgêneros<sup>259</sup>, uma vez que travestis também estavam presentes nesse baixo meretrício. Além disso, a prostituição não era a única atividade que movimentava a economia, visto a circulação de traficantes de drogas, assim como o desempenho de outras ocupações que podiam ter uma relação direta ou indireta com a prostituição.

Portanto, esta pesquisa teve também o objetivo de apresentar a Zona do Mangue a partir de perspectivas que integrassem grupos silenciados pela História, de forma que mostrasse sua agência em meio às adversidades e às estratégias formuladas para garantir condições mínimas para manter suas escolhas e necessidades.

---

<sup>258</sup> A partir de 1978, a liberdade sexual ganhou mais notoriedade no Brasil, com o Movimento de Liberação Homossexual, em que militantes homossexuais começaram a se organizar para lutar por seus direitos. Ver: ARAÚJO, Paulo César. *Eu não sou cachorro, não: Música popular cafona e ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2010. P. 141

<sup>259</sup> A cisgeneridade consiste na consonância do sexo biológico com a identidade de gênero.

## Bibliografia

ARAÚJO, Paulo Cesar de. *Eu não sou cachorro não*. 7ªed. Rio de Janeiro: Record, 2010. 462p.

\_\_\_\_\_. *Roberto Carlos em detalhes*. São Paulo: Planeta, 2006. 450p.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cad. Pagu* [online]. 2006, n.26, pp. 329-376. ISSN 1809-4449.

BORGES, Nilson. A doutrina de segurança nacional e os governos militares. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (orgs.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 13-42. *O Brasil Republicano* v.4.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003

BRETAS, Marcos Luiz. As empadas do confeitiro imaginário. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 7-22, jan./jun. 2002

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação do Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2000. 396p.

\_\_\_\_\_. O nascimento do Manguê: raça, nação e o controle da prostituição no Rio de Janeiro, 1850-1942. *Tempo*, Rio de Janeiro, nº 9, p. 43-63. Disponível em: [http://www.historia.uff.br/tempo/artigos\\_dossie/artg9-4.pdf](http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg9-4.pdf) Acesso em: 15/08/2012.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

CHARTIER, Roger. "Diferença entre os sexos e dominação simbólica". *Cadernos Pagu*, Campinas, SP: Ed. da Unicamp, n. 4, p. 37-47, 1995. Disponível em: [www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_nlinks&ref=000129](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000129) Acesso em: 30/09/2012.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Rev. Estud. Fem.*, Jan 2002, vol.10, no.1, p.171-188. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf> Acesso em: 15/08/2014.

DAMASCENO, Caetana Maria. *Segredos da boa aparência (da “cor” à “boa aparência” no mundo do trabalho carioca, 1930-1950)*. Seropédica: Ed. da UFRRJ, 2010, p.57.

DAVIS, Natalie Zemon. *O retorno de Martin Guerre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DÍAZ-BENÍTEZ, María Elvira. FÍGARI, Carlos Eduardo (orgs.). Prazeres Dissidentes. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

DUARTE, Adriano Luiz. Cidadania e exclusão: Brasil 1937-1945. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999.

ÉBOLI, Evandro. Prostitutas vítimas de perseguição na ditadura reivindicam anistia, **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 21 de setembro de 2013. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/prostitutas-vitimas-de-perseguiacao-na-ditadura-reivindicam-anistia-10082257> Acesso em: 28/09/2013.

ESTEVES, Martha de Abreu. Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. 212p.

FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade 2: o uso dos prazeres. 13ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2010.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. 38ª ed. 1ª reimp. Petrópolis: Vozes, 2010.

GOMES, Angela de Castro. *Ideologia e trabalho no Estado Novo*. In: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. p. 53-72.

GONZALES, Lélia. Para as minorias, tudo como dantes. **Lua Nova**, São Paulo , v. 1, n. 4, p. 32-33, mar. 1985 . Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-4451985000100011&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-4451985000100011&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 20/10/2014.

GREEN, John. Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo soc.* [online]. 2014, vol.26, n.1, pp. 61-73. ISSN 0103-2070.

HOBBSAWM, Eric. Era dos Extremos: o breve século xx: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. *Revolução Cultural*, pp. 314-336.

JUNIOR, Otavio de Freitas. Histórico e causas da prostituição. In: **A prostituição é necessária?** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966.

KOSELLECK, Reinhart. “História dos conceitos e história social” [1972]. In: \_\_\_\_\_. *Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC-Rio, 2006, pp. 97-118; 341-342 (notas).

KULICK, Don. *Travesti: prostituição, sexo, gênero, e cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008. Esse trabalho será melhor explorado no próximo capítulo.

KUSHNIR, Beatriz. *Baile de Máscaras. Mulheres Judias e Prostituição. As Polacas e suas Associações de Ajuda Mútua*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

LARA, Silvia Hunold. MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (orgs.). *Direitos e justiça no Brasil: ensaios de história social*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

LEGARDINIER, Claudine. *Prostituição I*. In: HIRATA, Helena; *Et. Al.* (orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora da UNESP, 2009.

LEITE, Gabriela. *Filha, mãe, avó e puta: A história de uma mulher que decidiu ser prostituta*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LEITE, Juçara Luzia. *República do Mangue: controle policial e prostituição no Rio de Janeiro (1954-1974)*. São Caetano do Sul, SP: Yendis Editora, 2005.

MENEZES, Lená Medeiros. *Os estrangeiros e o comércio do prazer nas ruas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

MORAES, Aparecida Fonseca. *Mulheres da Vila – prostituição e identidade social*. 1992. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-graduação em Antropologia e Sociologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro.

MOREIRA, Regina da Luz. *O palácio que virou memória: o Monroe e a construção do metrô carioca, polêmica em tempos de ditadura*. In: GOMES, Angela de Castro (coord.). **Direitos e cidadania: memória, política e cultura**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. p. 233-268.

MOUTINHO, Laura. *Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes*. Cad. Pagu [online]. 2014, n.42, pp. 201-248. ISSN 1809-4449.

NEDER, Gizlene (org.). *História e direito: jogos de encontros e transdisciplinaridade*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

OLIVAR, José. Miguel. Nieto. *O direito humano de ser puta: uma reflexão sobre direitos sexuais no universo da prostituição feminina em Porto Alegre, Brasil*. Teoria & Sociedade (UFMG), v. 15, p. 108-137, 2009.

\_\_\_\_\_. *Devir puta: políticas da prostituição de rua na experiência de quatro mulheres militantes*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

OLIVEIRA, Luciano. *Do nunca mais ao eterno retorno: uma reflexão sobre a tortura*. São Paulo: Brasiliense, 2009.

PARANHOS, Adalberto. Espelhos partidos: samba e trabalho no tempo do estado Novo. Projeto História Nº 43, Dezembro de 2011.

PASINI, Elisiane. Limites simbólicos corporais na prostituição feminina. Cadernos Pagu (14), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2000, pp.181-200.

PEREIRA, Armando. *Sexo e prostituição*. Rio de Janeiro: Gráfica Record Editora, 1968.  
\_\_\_\_\_. *Prostituição uma visão global*. 2ed. Rio de Janeiro: Pallas, 1976.  
\_\_\_\_\_. *Mulheres deitadas*. 4ed. Rio de Janeiro: Pallas, 1976.  
\_\_\_\_\_. *Bandidos e favelas: uma contribuição ao estudo do meio marginal carioca*. Rio de Janeiro: Livraria Eu e Você, 1984.

PEÇANHA, Natália Batista. “Regras de civilidade”: tecendo a masculinidade do smart nas páginas d’O Rio Nu (1898-1916). 2013. 162p. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e sociais, Departamento de História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2013

PEDRO, Joana Maria. A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração. Rev. Bras. Hist. [online]. 2003, vol.23, n.45, pp. 239-260. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882003000100010](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882003000100010) Acesso em: 13/07/2015.

PELÚCIO, Larissa. Na noite nem todos os gatos são pardos: notas sobre a prostituição travesti. Cad. Pagu [online]. 2005, n.25, p. 229. <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n25/26528.pdf> Acesso em: 20/08/2014.

PERROT, Michelle. Escrever uma história das mulheres: relato uma experiência. *Cadernos Pagu*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, n.4, p. 9-28, 1995. Disponível em: [www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=50915](http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=50915) Acesso em: 28/09/2012.

\_\_\_\_\_. História (sexuação da). In: HIRATA, Helena; *Et. Al.* (orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora da UNESP, 2009. p. 111-116.

PHETERSON, Gail. Prostituição II. In: HIRATA, Helena; *Et. Al.* (orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora da UNESP, 2009. p. 203-208.

PISCITELLI, Adriana. Exploração sexual, trabalho sexual: noções e limites. In: SILVA, Daniele Andrade da [et al] (orgs.). **Feminilidades: corpos e sexualidades em debate**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. p.147 – 164.

PONTES, Tiago Ribeiro. Código penal brasileiro: comentários revistos e atualizados. 8ª Ed., Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1977.

PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: DELGADO,



Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (orgs.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 207-241. O Brasil Republicano v.4.

PRIORI, Mary Del. AMANTINO, Marcia (orgs.). *História do corpo no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

RAGO, Margareth, *Os Prazeres da Noite. Prostituição e Códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

RESTREPO, Laura. *A noiva escura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

RIBEIRO, Gladys Sabina; ESTEVES, Martha de Abreu (1989), “Cenas de Amor Entre Nacionais e Imigrantes”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo.

RIDENTI, Marcelo. *Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança*. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (orgs.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 133-166. O Brasil Republicano v.4.

SANTANA, Munich e DIMENSTEIN, Magda. *Trabalho doméstico de adolescentes e reprodução das desiguais relações de gênero*. *Psico-USF (Impr.)* [online]. 2005, vol.10, n.1, pp. 93-102. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pusf/v10n1/v10n1a12.pdf> Acesso em: 10/11/2014.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *A prisão dos ébrios, capoeiras e vagabundos no início da Era republicana*. *TOPOI*, v. 5, n. 8, jan.- jun. 2004, pp. 138-169.

SANTOS, Rafael França Gonçalves dos. *As aparências enganam? A arte do fazer-se travesti*. Curitiba: Appris, 2015.

SCHETTINI, Cristiana. “Que tenhas teu corpo”: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira*. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SILVA, Daniele Andrade da (org.). *Feminilidades: corpos e sexualidades em debate*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985*. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge

(orgs.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 243-282. O Brasil Republicano v.4.

SILVA, Sérgio Serafim da. *Olho de vidro: aquele que tem olhos mas não vê, ingênuo.* São Paulo: Scortecci, 2005.

SIMÕES, Soraya Silveira. Vila Mimosa: etnografia da cidade cenográfica da prostituição carioca. Niterói, RJ: EdUFF, 2010.

SOARES, Luis Carlos. Rameiras, Ilhoas e Polacas... A Prostituição no Rio de Janeiro do século XIX, São Paulo, Ática, 1992.

SOIHET, Raquel. História das mulheres (entrevista). Revista de História do corpo discente da UFBA, v. 3, nº1 (2011), p. 120-124. Disponível em: [http://www.revistahistoria.ufba.br/2011\\_1/e01.pdf](http://www.revistahistoria.ufba.br/2011_1/e01.pdf). Acesso em: 25/09/2012.

SOIHET, Raquel. Mulheres ousadas e apaixonadas: uma investigação em processos criminais cariocas (1890-1930). Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 9, n. 18, p. 199-216, 1989.

SOUZA, Flávia Fernandes de. Escravas do lar: as mulheres negras e o trabalho doméstico na corte imperial. In. XAVIER, Giovana, FARIAS, Juliana Barreto, GOMES, Flávio (orgs.). **Mulheres Negras no Brasil escravista e do pós-emancipação.** São Paulo: Selo Negro, 2012. P. 244-260.

THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum.** São Paulo: Cia das Letras, 2002.

\_\_\_\_\_. A miséria da teoria. Rio de Janeiro: Zahar, 1981

TILLY, Louise A. Gênero, História das mulheres e História Social. Cadernos Pagu, Campinas, SP: Ed. da Unicamp, n. 3, p. 29-62, 1994. Disponível em: [www.pagu.unicamp.br/sites/www.pagu.unicamp.br/.../pagu03.03.pdf](http://www.pagu.unicamp.br/sites/www.pagu.unicamp.br/.../pagu03.03.pdf) Acesso em: 14/04/2012.

VIEIRA, Helena. Onde estavam as travestis durante a ditadura?, **Revista Forum**, 05 de abril de 2015. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/osentendidos/2015/04/05/onde-estavam-travestis-durante-ditadura/> Acesso em: 15/04/2015.

## Fontes consultadas

### Periódicos

*Diário de Notícias, Rio de Janeiro*

*Correio da manhã, Rio de Janeiro*

*Última Hora, Rio de Janeiro*

Meses e anos consultados: Dezembro de 1960, Junho de 1961, Julho de 1970, Abril a Agosto de 1971, Janeiro de 1973, Janeiro e Julho de 1975.

Todos compõem o acervo da Biblioteca Nacional

### Boletins de Ocorrência da 6ª Delegacia Policial

Meses e anos consultados: Maio a Setembro dos anos 1969, 1971, 1973, 1975, 1977.

Todos compõem o acervo do Arquivo da Polícia Civil

### Processos Criminais

Processo nº4523/67, ano 1967, 18ª Vara Criminal.

Processo nº 5757/68, ano 1968, 5ª Vara Criminal.

Processo nº3183/69, ano 1969, 17ª Vara Criminal.

Processo nº 4081/69, ano 1969, 26ª Vara Criminal.

Processo nº61741/70, ano 1970, 18ª Vara Criminal.

Processo nº4573/71, ano 1971, 24ª Vara Criminal.

Processo nº 2330/71, ano 1971, 21ª Vara Criminal.

Processo 1235/71, ano 1971, 17ª Vara Criminal.

Processo nº473/71, ano 1971, 34ª Vara Criminal.

Processo nº4264/73, ano 1973, 20ª Vara Criminal.

Processo 14441/74, ano 1974, Comarca de Duque de Caxias, 1ª Vara Criminal.

Arquivo do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. Serviço de Gestão de Arquivos Permanentes (SEGAP).

### Entrevista

PEREIRA, Armando. Armando Pereira: depoimento [Maio:1993]. Entrevistadora: Beatriz Kushnir. Rio de Janeiro, 1993, Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro.

## Decretos

Decreto nº46981, 8 de outubro de 1959.  
Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=112661> Acesso em 07/01/2015.

Decreto-lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941.  
Lei das Contravenções Penais, Art. 59. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del3688.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3688.htm) Acesso em: 20/03/2014.

## Livros

PEREIRA, Armando. *Sexo e prostituição*. Rio de Janeiro: Gráfica Record Editora, 1968.  
\_\_\_\_\_. *Prostituição uma visão global*. 2ed. Rio de Janeiro: Pallas, 1976.  
\_\_\_\_\_. *Mulheres deitadas*. 4ed. Rio de Janeiro: Pallas, 1976.  
\_\_\_\_\_. *Bandidos e favelas: uma contribuição ao estudo do meio marginal carioca*. Rio de Janeiro: Livraria Eu e Você, 1984.